

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE, CULTURA E
FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE

ADRIANA DE OLIVEIRA VASCONCELLOS DANDOLINI

EMPREENDEDORISMO FEMININO, GÊNERO E LIBERDADE: HISTÓRIAS DE
MULHERES EMPREENDEDORAS NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR

FOZ DO IGUAÇU – PR

2018

ADRIANA DE OLIVEIRA VASCONCELLOS DANDOLINI

**EMPREENDEDORISMO FEMININO, GÊNERO E LIBERDADE: HISTÓRIAS DE
MULHERES EMPREENDEDORAS NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Fábio Lopes Alves

FOZ DO IGUAÇU – PR

2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Dandolini, Adriana de Oliveira Vasconcellos
EMPREENDEDORISMO FEMININO, GÊNERO E LIBERDADE :
HISTÓRIAS DE MULHERES EMPREENDEDORAS NA CIDADE DE
FOZ DO IGUAÇU/PR / Adriana de Oliveira Vasconcellos
Dandolini; orientador(a), Fábio Lopes Alves, 2018.
124 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2018.

1. . I. Alves, Fábio Lopes. II. Título.

ADRIANA DE OLIVEIRA VASCONCELLOS DANDOLINI

**EMPREENDEDORISMO FEMININO, GÊNERO E LIBERDADE: HISTÓRIAS DE
MULHERES EMPREENDEDORAS NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de concentração em Trabalho, Política e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Mirian Goldenberg
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro Efetivo Convidado

Prof^a. Dr^a. Denise Rosana da Silva Moraes
Membro Efetivo da Instituição

Prof. Dr. Fábio Lopes Alves (UNIOESTE)
Orientador

Foz do Iguaçu, 28 de fevereiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, a quem confio toda a minha vida e todas as minhas conquistas.

Aos meus pais, Marcos e Dalva, que nunca mediram esforços em me proporcionar uma boa formação e educação e sempre me incentivaram e acreditaram nos meus sonhos, mesmo quando eu duvidava de mim mesma. Obrigada por serem pais tão maravilhosos, amo vocês infinitamente, sem vocês nada disso seria possível!

Ao meu marido, Guilherme, que sempre me apoia e me incentiva nos meus planos e sonhos, dividindo tarefas, contribuindo para que o meu caminho seja mais leve, mais bonito e muito mais feliz. Obrigada, meu amor, te amo muito. Estar ao seu lado é um privilégio!

Ao Prof. Dr. Fábio Lopes Alves, pela orientação sábia e amiga, pelos exemplos de conhecimento e dedicação, de responsabilidade e firmeza. Muito obrigada por permitir esta oportunidade em minha vida e por contribuir para que esta pesquisa acontecesse. Serei eternamente grata por compartilhar seus conhecimentos!

À Prof^a. Dr^a. Mirian Goldenberg, que inspirou a pesquisa e aceitou o convite para participar da presente banca. Obrigada, professora. Seria muito mais fácil ter recusado em face dos inúmeros compromissos que tem, mas como uma mulher inspiradora que é, aceitou o convite e contribuiu ainda mais com suas sugestões pontuais e sábias. Minha eterna gratidão por suas generosas contribuições para a pesquisa!

À Prof^a. Dr^a. Denise Rosana da Silva Moraes, que gentilmente aceitou participar da banca de avaliação da pesquisa, com contribuições pertinentes e valiosas ao estudo.

Às mulheres empreendedoras participantes, pessoas importantíssimas deste processo de investigação, as quais gentilmente concordaram em participar da entrevista. Vocês nos inspiram com suas histórias de superação e sucesso!

Por fim, agradeço ao meu irmão Matheus, toda minha família, amigos, colegas e professores, que de algum modo manifestaram apoio, ideias e sugestões e acreditaram na minha vitória. Minha eterna gratidão!

"Ninguém nasce mulher: torna-se mulher."
Simone de Beauvoir

DANDOLINI, Adriana de Oliveira Vasconcellos. **Empreendedorismo feminino, gênero e liberdade:** histórias de mulheres empreendedoras na cidade de Foz do Iguaçu/PR. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMO

A presente pesquisa analisou as relações de gênero contemporâneas na perspectiva da mulher empreendedora de Foz do Iguaçu/PR. Buscou a compreensão do empreendedorismo como ferramenta de liberdade feminina e a identificação dos “capitais” da mulher empreendedora contemporânea. Abordou o histórico da trajetória da mulher na conquista de seus direitos civis, tanto no contexto mundial quanto nacional, perpassando sobre assuntos como gênero, feminismo e mercado de trabalho. Analisou a percepção do gênero em três autores: Simone de Beauvoir (1970), Alan Touraine (2011) e Gilles Lipovetsky (2000). Também identificou o conceito de empreendedorismo e a relação da mulher na atividade empreendedora. O objetivo principal centrou-se na identificação e compreensão da atividade empreendedora nas vidas das mulheres selecionadas para a pesquisa, por meio de suas histórias de vida, bem como na constatação de quais são seus preceitos fundamentais, com inspiração nos estudos realizados pela antropóloga e escritora Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014) que traz a figura do “corpo” e do “marido” como capitais para as mulheres brasileiras. O problema da pesquisa se centrou na hipótese da atividade empreendedora ser uma ferramenta para a emancipação feminina e identificou quais os “capitais” das mulheres empreendedoras participantes, a partir de suas histórias de vida. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, com entrevistas em profundidade, por meio de relatório, para compreender as histórias de vida das mulheres empreendedoras da cidade de Foz do Iguaçu/PR.

PALAVRAS-CHAVE: empreendedorismo; liberdade feminina; gênero.

DANDOLINI, Adriana de Oliveira Vasconcellos. **Women entrepreneurship, gender and freedom: stories of women entrepreneurs in the city of Foz do Iguaçu/PR.** 2018. 124 f. Dissertation (Master in Society, Culture and Frontiers) - State University of Western Paraná. Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

The present research analyzed the contemporary gender relations from the perspective of the entrepreneurial woman from Foz do Iguaçu/PR. It sought the understanding of entrepreneurship as a tool of female freedom and the identification of the "capitals" of contemporary entrepreneurial women. It discussed the history of women's trajectory in the conquest of their civil rights, both in the world and in the national context, covering topics such as gender, feminism and the labor market. It analyzed the perception of the genre in three authors: Simone de Beauvoir (1970), Alan Touraine (2011) and Gilles Lipovetsky (2000). It also identified the concept of entrepreneurship and the relation of women to entrepreneurship. The main objective was to identify and understand the entrepreneurial activity in the lives of the women selected for the research, through their life histories, as well as in the verification of their fundamental precepts, inspired by the studies carried out by the anthropologist and writer Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014) who brings the figure of "body" and "husband" as capitals for Brazilian women. The research problem focused on the hypothesis that entrepreneurial activity was a tool for women's emancipation and identified the "capitals" of participating women entrepreneurs from their life histories. The methodology used was the qualitative research, with in-depth interviews, through a report, to understand the life stories of women entrepreneurs of the city of Foz do Iguaçu/PR.

KEY-WORDS: entrepreneurship; women's freedom; gender.

LISTA DE ABREVIATURAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CNI - Confederação Nacional da Indústria

G-7 – Grupo dos Sete

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBQP - Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU MULHERES - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SOFTEX - Sociedade Brasileira para Exportação de Software

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE	15
1.1 Breve histórico da trajetória da mulher na conquista de direitos civis e acesso ao mercado de trabalho	15
1.2 Situações da mulher contemporânea no cenário social atual	26
1.3 Relações de Gênero	29
1.3.1 Simone de Beauvoir: gênero como construção social	30
1.3.2 Alain Touraine: o “novo feminismo”	32
1.3.3 Gilles Lipovetsky e a “terceira mulher”	38
1.4 A identidade da mulher empreendedora contemporânea	45
2 A ATIVIDADE EMPREENDEDORA COMO FERRAMENTA DE LIBERDADE FEMININA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	49
2.1 A relação da mulher e do empreendedorismo	50
2.2 O empreendedorismo como ferramenta de liberdade feminina	53
2.3 Mulheres empreendedoras e seus “capitais”	61
3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	68
3.1 Pesquisa qualitativa e abordagem interpretativista	68
3.2 Procedimento de coleta de dados	71
4 ANÁLISE DOS RELATOS DAS EMPREENDEDORAS E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS	73
4.1 Mulheres empreendedoras participantes	74
4.1.1 Vilma: “eu me sinto realizada”	75
4.1.2 Diana: “sucesso é o reconhecimento daquilo que você faz bem e bem feito”	77
4.1.3 Jane: “sucesso é ter liberdade de vida”	78
4.1.4 Vera: “tem sucesso quando você é reconhecido por boas causas”	80
4.1.5 Elas são “pós-mulheres”	81
4.1.6 Elas superam desafios	84

4.2	Gênero	87
4.2.1	Papéis designados	88
4.2.2	Homens subordinados.....	91
4.2.3	Jogo de cintura	92
4.2.4	Novas formas de lidar com problemas	96
4.2.5	Conciliação com os papéis de “mãe” e “esposa”	97
4.2.6	Alianças femininas.....	100
4.2.7	Submissão feminina	102
4.3	Sucesso e liberdade.....	103
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE A – ROTEIRO	124

INTRODUÇÃO

As mulheres contemporâneas estão conquistando cada vez mais espaços na área empreendedora. No decorrer dos últimos 15 (quinze) anos entraram no mercado de trabalho brasileiro mais de 12 (doze) milhões de mulheres. Nos dias atuais, mais de 30 (trinta) milhões de mulheres trabalham fora de casa (SILVA, 2005).

Estima-se que as micro e pequenas empresas brasileiras representem 3 (três) milhões de estabelecimentos, gerando 42% (quarenta e dois por cento) dos empregos. No estado do Paraná, em 1993, 20% (vinte por cento) das micro e pequenas empresas eram dirigidas por mulheres (MACHADO, 2002). Atualmente, das 500 (quinhentas) mil micros e pequenas empresas em funcionamento, 30% (trinta por cento) delas está sendo gerida por mulheres (SEBRAE/PR, 2017).

Assim, referidos números revelam o aumento de iniciativas empreendedoras por parte de mulheres no Brasil. Entre os anos de 2002 e 2015, a proporção de empreendedores por oportunidade foi menor entre as mulheres, do que nos homens (SEBRAE, 2016). Atualmente, de acordo com pesquisa realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2015), as mulheres representam 49% (quarenta e nove por cento) dos empreendedores iniciais.

As relações de gênero na contemporaneidade têm fomentado diversos debates e muitas pesquisas sobre as desigualdades ainda existentes quanto a diferenças salariais, ocupação em cargos de chefia, falta de representatividade nos parlamentos, dentre outras questões que ainda se fazem presentes na realidade vivida pelas mulheres brasileiras, principalmente no mercado de trabalho (ALPERSTEDT, FERREIRA, SERAFIM, 2013; BRUSCHINI, PUPPIN, 2004; JONATHAN, 2003).

A atual crise econômica e a situação de desemprego levaram muitas mulheres a buscar novas maneiras de conseguir renda para seu sustento e o sustento de suas famílias, surgindo assim, a oportunidade de empreender.

A partir desta atividade empreendedora as mulheres têm alcançado o fortalecimento de suas carreiras profissionais, transformando-se em protagonistas de suas próprias histórias. Essa característica está intimamente atrelada ao conceito de “pós-mulher” trazido por Lipovetsky (2000) e Touraine (2011) que define as

mulheres contemporâneas como atrizes de suas próprias histórias, livres e desvinculadas de imposições externas.

Desta forma, estas mulheres empreendedoras vêm modificando um campo anterior consolidado ao gênero masculino, alterando estruturas no campo de mercado de trabalho com referidos comportamentos, provocando, assim um verdadeiro desafio às relações patriarcais impostas (MAGESTE *et al*, 2008), ampliando suas liberdades sobre suas vidas, profissões e demais esferas.

Atrelada a esta realidade vivida pelas mulheres contemporâneas, temos os preceitos fundamentais nas vidas de cada uma delas, sendo que Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014), constatou em 1988, em diversas pesquisas realizadas com mulheres cariocas e alemãs, que o “corpo” e o “marido” eram vistos pelas mulheres brasileiras como verdadeiros capitais. Entretanto, para as mulheres alemãs, já não eram vistos da mesma forma. Assim, inspirada nas leituras da autora citada, a presente pesquisa verificou quais seriam os verdadeiros capitais nas vidas das mulheres empreendedoras contemporâneas.

Sob esta ótica, a presente pesquisa abordou a questão das mulheres empreendedoras na região de Foz do Iguaçu e compreendeu as razões que levaram estas mulheres a empreender, analisando os verdadeiros “capitais” nas suas vidas e se o empreendedorismo de sucesso pode ser visto neste sentido.

A pesquisa evidenciou a problemática da libertação feminina por meio da atividade empreendedora, bem como dos “capitais” percebidos pelas empreendedoras, por meio de suas histórias de vida, com análise comparativa com os estudos da antropóloga Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014), que por décadas se dedica a compreensão dos anseios das mulheres brasileiras.

O objetivo geral foi identificar e analisar a atividade empreendedora na vida das mulheres empreendedoras pesquisadas, bem como constatar quais são os valores fundamentais em seu cotidiano.

A metodologia escolhida para a viabilização da investigação foi a pesquisa qualitativa, por meio das histórias de vida de mulheres empreendedoras que desenvolvem suas atividades na cidade de Foz do Iguaçu/PR, com entrevista semi-estruturada, por meio de roteiro, em uma abordagem interpretativista.

De modo a referenciar teoricamente a pesquisa, realizou-se levantamento de literatura sobre gênero (BEAUVOIR, 1970; LIPOVETSKY, 2000; TOURAINÉ, 2011), feminismo (BLAY, 2001; GOLDENBERG, TOSCANO, 1992; DUARTE, 2003;

NARVAZ, KOLLER, 2006) e empreendedorismo (DORNELAS, 2008; DOLABELA, 1999; DEGEN, 1989). A coleta de dados ocorreu com um grupo amostral composto por 4 (quatro) mulheres empreendedoras que tem seu próprio negócio e desenvolvem suas atividades na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

A pesquisa foi estruturada em 4 (quatro) capítulos. O primeiro capítulo apresentou a análise das relações de gênero na contemporaneidade, com breve relato histórico da trajetória feminina na conquista de direitos civis e acesso ao mercado de trabalho. Esse capítulo abordou ainda as categorias de feminismo, bem como a situação da mulher contemporânea no cenário atual, abrangendo ainda análise sobre a mulher com enfoque em entre três grandes autores na área de gênero: Simone de Beauvoir (1970); Alain Touraine (2011) e Gilles Lipovetsky (2000). Por fim, fez-se uma análise sobre a identidade da mulher empreendedora contemporânea, objeto da pesquisa.

O segundo capítulo discorreu sobre a atividade empreendedora como ferramenta de liberdade feminina, abordando a relação da mulher contemporânea com o empreendedorismo, a revolução comportamental provocada por Leila Diniz (GOLDENBERG, 2008) e pelas empreendedoras da atualidade e, por fim, teceu breves reflexões sobre a possibilidade do empreendedorismo de sucesso ser visto como um “capital”, em estudo comparado às pesquisas realizadas pela autora Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014), que analisa o “corpo” e o “marido” como capitais para as mulheres brasileiras.

O terceiro capítulo apresentou a abordagem teórico-metodológica adotada para a pesquisa, discorrendo acerca da pesquisa qualitativa e da abordagem interpretativista, suas possibilidades e limites e o procedimento para a coleta de dados da pesquisa.

No quarto capítulo se realizou uma análise dos resultados obtidos com a pesquisa, que foi subdividido em tópicos, com detalhamento acerca das trajetórias das mulheres empreendedoras participantes. Fez-se uma análise de seus relatos e foram elencados pontos em comum a todas as participantes no que se refere ao modo como desenvolvem a atividade empreendedora em suas vidas e o modo como vivenciam as relações de gênero na contemporaneidade, tanto nas suas dificuldades quanto em questões que já estão superadas.

Finalmente, realizou-se a análise dos preceitos fundamentais nas vidas destas mulheres empreendedoras e suas percepções sobre o sucesso e sobre a

liberdade nos dias de hoje. Foram verificadas, ainda, semelhanças no comportamento de Leila Diniz, na década de 1960 (GOLDENBERG, 2008), com o comportamento dessas mulheres na atividade empreendedora atual, bem como com as características percebidas nas “pós-mulheres” (LIPOVETSKY, 2000; ALVES, 2014; TOURAINÉ, 2011) que podem indicar que as empreendedoras vivenciam a liberdade e o “pós-feminismo” em suas vidas pessoais e profissionais na atualidade.

1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE

1.1 Breve histórico da trajetória da mulher na conquista de direitos civis e acesso ao mercado de trabalho

A história acerca da trajetória das mulheres no mercado de trabalho e na obtenção de direitos políticos e sociais foi uma conquista lenta e contínua no âmbito das relações de poder que regem a sociedade em que vivemos.

Isto se deve ao fato de que, antes da Revolução Industrial e da sociedade moderna/pós-moderna (século XVIII e século XIX), os valores morais e sociais postos na época eram puramente patriarcais. Assim, referidas famílias seguiam esse modelo, onde Freyre (2003) destaca que as mesmas eram ambientadas na casa grande e na senzala, correspondendo a um sistema social, econômico e político sustentado respectivamente pela escravidão, latifúndio e pelo patriarcado rural, força que perdeu controle após a urbanização do país.

Naquele período histórico, os cuidados do lar e educação dos filhos eram incumbência das mulheres, que, segundo Mary Del Priore (1994), passavam suas vidas enclausuradas, ensinando à prole práticas cristãs, ofício que lhes assegurava também a sobrevivência.

Entretanto, em que pese o patriarcalismo tenha diminuído o controle em si nas esferas políticas e econômicas, a herança cultural advinda deste modelo familiar ecoou e ecoa durante gerações, influenciando o próprio feminismo brasileiro em aspectos peculiares. Para o feminismo, o patriarcado se trata de um sistema social baseado no reconhecimento da autoridade pela tradição, que justificaria por si a violência de gênero (NARVAZ E KOLLER, 2006; GOLDENBERG E TOSCANO, 1992).

Pereiro (2005, p. 160) destaca que na sociedade ocidental, na sociedade primitiva (8.000 a.C), incumbia ao gênero feminino apenas o trabalho doméstico e criação da prole e ao gênero masculino o sustento da família. Não por questões naturais (que serão mais bem explicadas no tópico seguinte onde se abordará a construção do gênero), mas pela própria construção cultural posta. Assim, por conta desta construção cultural ocorrida já nos primórdios da civilização, a divisão do

gênero consistia em atribuir às mulheres as responsabilidades de cuidados do lar e dos filhos (apanhando frutos e raízes) e aos homens o desenvolvimento de atividades fora do lar (caça, pesca, etc), como observado por Carrasco, Borderías e Torns:

Como alguns estudos específicos sobre a história do trabalho doméstico mostraram, as tarefas consideradas hoje genuinamente domésticas, como lavar roupa, limpar a casa, preparar comida e cuidar de crianças, eram uma pequena parte de tudo e não era algo cotidiano (Ehrenreich y English, 1975). Por sua vez, as crianças foram incorporadas muito cedo para o trabalho, os meninos com os pais, as meninas com as mães, de modo que o trabalho de cuidados foi inserido muito mais cedo nas rotinas diárias da família (2011, p. 17, tradução nossa).

Este momento teria ocorrido quando as famílias passaram a estabelecer locais fixos para sua moradia, nas origens da propriedade privada, culminando em uma divisão nas atribuições das tarefas do lar e tarefas de agricultura e caça, com a divisão do trabalho por sexo, onde as mulheres ficavam responsáveis pelos cuidados dos filhos e do lar e os homens responsáveis pelo sustento alimentar (SEIXAS, 1998; SENA *et al*, 2015).

Bauer (2001) afirma que na antiguidade a dominação masculina¹ também era quase total, sendo que as mulheres eram banidas dos ambientes profissionais e acadêmicos, ficando reclusas ao lar e atividades domésticas.

Já nos séculos XVI, XVII e XVIII o trabalho artesanal produzido pelas mulheres estendeu-se ao comércio, sendo que ao final do século XIX as mulheres pertencentes às classes mais favorecidas tiveram acesso à educação (FERNANDES, CAMPOS e SILVA, 2013; SENA *et al*, 2015).

Com a Revolução Industrial, houve a aceitação e inserção de mulheres no mercado de trabalho e o sustento do lar passou a ser dividido por homens e mulheres dentro dos seus próprios lares, sendo que a renda anteriormente atribuída apenas ao homem passou a ser recebida também pelas mulheres.

¹ Pierre Bourdieu (2002) em sua obra “A dominação masculina” retrata a construção social naturalizada, feita entre os sexos, a partir de uma perspectiva simbólica, onde o poder dominante é mantido a partir da aceitação implícita e inconsciente do próprio dominado. Referida obra não será aprofundada no presente estudo, tendo em vista que o viés proposto por Bourdieu não se alinha com a proposta da pesquisa de empoderamento pessoal e feminino, ao contrário, a perspectiva trazida por Bourdieu inibe a ideia de possibilidade de mudança a partir das próprias mulheres, trazendo as mesmas como vítimas e não protagonistas da própria história.

Observam Amorim e Batista que, apesar do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a jornada e as remunerações eram desiguais às dos homens, sendo que a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais foram grandes impulsionadoras da aceitação de mão-de-obra feminina, tendo em vista que o grande número de homens enviados para o combate e que foram mortos durante os conflitos permitiram que as mulheres pudessem ocupar seus postos, oportunizando a elas espaço no mercado de trabalho:

Um forte impulsionador da entrada da mulher no mercado de trabalho deu-se no século XX com as 1ª e 2ª Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente). A ausência dos homens enviados para combate e posteriormente a quantidade de homens mortos durante o conflito tornou imprescindível a contratação de mulheres para funções que antes eram exclusivamente masculinas. As mulheres ganharam mais espaço no mercado de trabalho. Nesse período nascem os primeiros movimentos feministas. As mulheres começaram uma luta mais organizada por seus direitos e pela igualdade de oportunidades no trabalho. (AMORIM E BATISTA, 2012, p. 03).

Entretanto, logo após a suspensão das hostilidades entre os lados envolvidos nas referidas guerras, retomou-se também as teses conservadoras com o discurso de que “lugar de mulher é no lar”, dando notoriedade acerca da manipulação da participação de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992).

Assim, logo no início do século XX, as mulheres outrora somente administradoras do lar que passaram também à função laboral externa sofreram situações discriminatórias, e segundo Weinstein (1995), as mulheres que optaram competir com os homens em situação de igualdade de tarefas e responsabilidades acabaram recebendo remunerações muito inferiores que as dos mesmos:

[...] As manufaturas têxteis empregavam de bom grado uma grande quantidade de mulheres e crianças, com salários muito mais baixos do que os recebidos pelos operários adultos; ao mesmo tempo, os políticos, educadores, jornalistas e dirigentes sindicais reformistas (homens), protestavam contra essa prática e reclamavam o fim do emprego industrial de mulheres, já que estas não só abandonavam seus filhos e lares, mas constituíam uma força de trabalho não-qualificada, indiferente à organização social e moralmente comprometida (WEINSTEIN, 1995, p. 146).

Essa situação discriminatória e abusiva deu início às primeiras lutas feministas em favor dos direitos à igualdade da mulher, tanto no aspecto constitucional quanto no aspecto profissional:

As primeiras lutas em favor dos direitos da mulher surgiram na segunda metade do século XIX. Estes movimentos tiveram como objetivo principal a luta por igualdade de direitos constitucionais e, num segundo plano, a igualdade no terreno profissional. As mulheres operárias e das classes médias, reivindicaram igualdade diante da lei e a possibilidade de poderem votar.

Com a Revolução Industrial pôs-se em movimento uma série de transformações que afetariam profundamente a condição social da mulher, principalmente. O trabalho da mulher começou a ser valorizado como um instrumento efetivo de mobilidade social e como uma solução para ajudar a família em sua difícil situação econômica (FERNANDES, CAMPOS e SILVA, 2013).

Orlando Gomes (1976, p. 466) observa que a situação precária da mão-de-obra feminina dentro das indústrias, originadas em razão da Revolução Industrial, se dava em razão da redução do custo da produção, visto que se tratava de uma mão-de-obra “barata”, o que acabou culminando em uma intervenção estatal no que se refere ao trabalho das mulheres (e também dos menores).

Também é esta a observação feita por Seixas (1998) citada por Sena et al (2015) sobre a abusividade do poder patriarcal no mercado de trabalho, em relação à mão-de-obra feminina:

A industrialização fortalece o capitalismo, constroem-se as primeiras fábricas, nasce a classe operária e a classe média atinge o apogeu. Burgueses, donos do capital e das novas fábricas vão substituindo os aristocratas na estrutura do poder. As monarquias sofrem fortes abalos e surgem as novas repúblicas com suas incipientes democracias, como a norte-americana após a independência, em 1776, e a francesa, após a revolução de 1789. Até 1884, as únicas mulheres a votar na Inglaterra são as solteiras ou viúvas donas de propriedades, moradoras nas cidades. Até 1914, o maior emprego individual para as mulheres é o serviço doméstico, e a mulher operária é transformada em escrava do salário, mal paga e recebendo menos que o homem pelo mesmo trabalho (SEIXAS, 1998, p. 69).

Blay (2001, p. 605) afirma que os movimentos feministas começaram a tomar força. As mulheres reivindicaram melhores condições de trabalho e melhores remunerações, sendo que a data de 8 de março, que se consagra o Dia

Internacional da Mulher, além de lembrar as operárias que morreram incendiadas no interior de uma fábrica, no ano de 1911, em Nova York, também é resultado de uma luta anterior, promovida por Clara Zetkin, dedicada ao reconhecimento da mulher na sociedade e no mercado de trabalho.

Para Goldenberg e Toscano (1992) o movimento feminista enquanto “ação organizada de caráter coletivo que visa mudar a situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações a que ela está sujeita” surgiu na Europa Ocidental, a partir do Século XVIII. As autoras citam ainda Olympe de Gouges (1748-1793) como sendo uma precursora deste movimento, pois a mesma propôs a aprovação da Declaração aos Direitos da Mulher Cidadã, na França, em 1791, fato este que ecoou por todos os séculos que se seguiram.

Para estas autoras, o feminismo “significa reivindicar estes direitos sociais e assumir as responsabilidades que deles são decorrentes, não em busca de uma igualdade com o homem, mas respeitando-se as diferenças entre os dois gêneros” (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p. 58).

Sobre o feminismo, Duarte (2003) destaca que este movimento deve ser entendido em sentido mais amplo, ou seja, “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo” (2003, p. 152).

Narvaz e Koller (2006) complementam ainda, afirmando que o feminismo é “uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes” (2006, p. 648).

A partir das últimas décadas do século XIX, ocorreram diversos movimentos liberais de luta das mulheres pela igualdade direitos civis, políticos e educativos, caracterizando a primeira onda do feminismo (DUARTE, 2003; NARVAZ; KOLLER, 2006). O direito ao voto feminino teve fundamental importância:

[...] As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2010, p 15).

A segunda onda do feminismo ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, em especial nos Estados Unidos e na França. Este movimento enfatizava a busca de igualdade (para as feministas americanas), bem como a necessidade de valorização das diferenças (para as feministas francesas), trazendo a noção de equidade e paridade no debate “igualdade-diferença” (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Na década de 1980 surge a terceira onda do feminismo. Iniciam-se diversos estudos sobre as mulheres e as relações de gênero, onde o movimento político de luta e a academia perpassam entre si:

[...] Surge, assim, a terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda), cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas - cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo *das* e *pelos* mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista - dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional (Scott, 1896). (NARVAZ E KOLLER, 2006, p. 649)

Alves (2014, p. 71-72) ressalta que “essas ‘ondas’ do movimento feminista não ocorrem em momentos iguais se levarmos em conta os diversos países envolvidos”, não havendo uma lógica histórica linear quando analisadas de um ponto de vista geral, uma vez que referidas ondas coexistem em dados momentos (NARVAZ E KOLLER, 2006, p. 649-650).

A intersecção das lutas femininas com outros movimentos sociais gerou diversos tipos de movimentos feministas, dentre eles: o radical; o liberal; o socialista, o marxista e o anarquista. Já no campo teórico-epistemológico surge o empirismo feminista; o ponto de vista feminista e o pós-modernismo ou pós-estruturalismo feminista, corrente contemporânea na qual se inscrevem os estudos de gênero e a presente pesquisa (NARVAZ E KOLLER, 2006, p. 649).

Portanto, percebe-se que o cenário mundial passou a demonstrar mudanças de comportamento em contexto geral, sendo que a luta feminista foi uma das vertentes inseridas na história. Entretanto, no Brasil, referidas ondas de movimentos feministas demoraram um pouco mais para acontecer em relação ao contexto mundial, devido às circunstâncias postas da época.

No Brasil, o direito ao sufrágio feminino deu-se com a articulação promovida por Bertha Lutz, no início do século XX, (PINTO, 2010, p. 16) sendo finalmente conquistado no ano de 1945, quando as mulheres brasileiras votaram pela primeira vez (BLAY, 2001, p. 605-606).

Assim, as primeiras ondas do feminismo surgidas no final do século XIX e início do século XX também no Brasil tiveram como foco o movimento sufragista, sendo denominado como “feminismo bem comportado”, pois não questionava a opressão sofrida pelas mulheres (PINTO, 2010; OTTO, 2004).

Sobre o movimento feminista no Brasil, Goldenberg e Toscano (1992) destacam que a formação cultural e econômica brasileira demonstra porque o movimento feminista no Brasil era um reflexo do que acontecia na Europa e nos Estados Unidos, até mesmo pelo fato da colonização a que o Brasil fora submetido durante séculos, o que explica diretamente o patriarcalismo, paternalismo, conservadorismo e machismo brasileiro. Porém, destacam que não foi uma “reprodução simples” dos modelos estrangeiros, mas que continha questões que eram tipicamente brasileiras.

Posteriormente, surge uma segunda vertente (que não a vertente do movimento sufragista) do feminismo (denominado “malcomportado”) com foco na defesa da educação e questionamentos acerca da dominação masculina (divórcio, sexualidade), composto por diversas mulheres (anarquistas, intelectuais, líderes operárias) (PINTO, 2010; OTTO, 2004).

Céli Regina Jardim Pinto ainda aponta uma terceira vertente ocorrida no ano de 1910, “o menos comportado dos feminismos”, se manifestando por meio do Partido Comunista e do movimento anarquista, tendo Maria Lacerda de Moura como expoente (PINTO, 2010; OTTO 2004).

O período compreendido entre as décadas de 1937 e 1970 foi o que aportou menos destaque em um contexto histórico no Brasil:

Com o golpe de 1937 ocorre um longo período de refluxo do movimento feminista que se estende até as primeiras manifestações nos anos 1970. No entanto, isso não significa que durante esse longo período as mulheres não tiveram nenhum papel no mundo público; muito pelo contrário, houve momentos importantes de participação da mulher, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida, por exemplo (OTTO, 2004, p. 239).

Para Goldenberg e Toscano (1992) a crise econômica mundial dos anos 1930 e o início da Segunda Grande Guerra marcam uma fase de “certo marasmo” nos movimentos sociais, inclusive no feminismo, uma vez que a luta contra o fascismo e demais preocupações políticas passam a dominar as atenções o mundo todo, inclusive das próprias mulheres, que no bojo desta nova sociedade em formação estavam se preparando para “nela desempenhar um importante papel” (1992, p. 24).

Em 1960, as mulheres brasileiras que tinham acesso à educação começaram a se aperfeiçoar, permitindo certa perspectiva de trabalho para as mesmas, não tendo impacto, porém, sobre todas as mulheres do país, uma vez que as perspectivas ali vertentes se deram apenas para as mulheres que tinham condições de ter acesso ao sistema educacional (TANURE, 2014, p. 21).

Tanure (2014) bem observa que o acesso a estes novos direitos não foram conquistados por todas as mulheres, mas apenas pelas que tinham condições econômicas para tanto. A autora ressalva que em relação às mulheres pobres essas mudanças não foram significativas, uma vez que o acesso a uma educação de nível médio ou superior não fizeram parte de suas realidades.

Fernandes, Campos e Silva colocam que, além do acesso da mulher à formação universitária, outras situações também foram fundamentais na ampliação de espaço da mulher no mercado de trabalho, como por exemplo, a luta pelos direitos iguais entre gêneros e as mudanças nos contratos matrimoniais:

[...] A entrada no mercado de trabalho, o acesso à formação universitária e às novas formas de erotismo organizaram a luta feminina em defesa dos seus direitos. A pílula anticoncepcional e as mudanças nos contratos matrimoniais também foram, aos poucos, organizando a saída da mulher do universo doméstico e do exclusivo cuidado dos filhos, conduzindo-a para o espaço público, antes reservado quase exclusivamente aos homens (2013, p. 03).

Neste cenário brasileiro, surge a figura de Leila Diniz, atriz que ocupou espaço na mídia brasileira e se tornou símbolo de referência para um padrão feminino na década de 1960. Leila, com seu comportamento transgressor, conseguiu quebrar tabus e paradigmas da época, construindo, assim, uma imagem socialmente conhecida por “revolucionária”. A atriz não se afiliou a partidos políticos ou bandeiras, por ser uma “feminista intuitiva”, mas ajudou na aceleração de

padrões de comportamentos femininos já existentes em sua época, que serão expostos no contexto desta pesquisa (GOLDENBERG, 2008).

Assim, em 1970 houve a emergência do “novo feminismo”. Nesse período, enquanto a Europa e os Estados Unidos estavam em intensa manifestação política e renovação cultural, no Brasil a realidade era outra, pois a ditadura perdurava e reprimia a população:

[...] O cenário no Brasil era, no entanto, diferente do quadro mundial. A ditadura no país tornava as lutas sociais articuladas a uma dimensão mais ampla de demanda pela democracia. O movimento de mulheres, do mesmo modo, abrangia outras esferas de manifestação tais como luta contra a carestia, movimento de mães pela liberdade, anistia etc. Distinguia-se, assim, de outros movimentos feministas vigentes em outros países. (BARREIRA, 2003, p. 136)

Céli Regina Jardim Pinto (2010) ressalta que mesmo em meio à ditadura e a situação de opressão vivida pela população brasileira naquele tempo, ainda surgiram movimentos significantes para a luta feminista, sendo que em 1972 ocorreram eventos que apontavam para a consolidação do “novo feminismo”, encabeçados por Romy Medeiros e, ainda, no ano de 1975, a decretação do “Ano Internacional da Mulher”, formulado pela ONU (Organização das Nações Unidas), que também foi o ano da organização do Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini (OTTO, 2004, p. 239). Neste sentido, a autora complementa:

Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas. [...] No Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel muito relevante na luta pela anistia, que ocorreu em 1979. (PINTO, 2010, p. 16-17)

Sobre o “novo feminismo”, Goldenberg e Toscano (1992) destacam o novo movimento do feminismo no Brasil, surgido a partir da década de 1960, tendo como ponto de partida o livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, sendo um movimento com pautas mais progressistas e temáticas atualizadas. Dentre estas

diversas temáticas e eventos promovidos à época, se destaca a “Semana de Pesquisa sobre o papel e comportamento da Mulher Brasileira” cujas questões concluíram por: mudanças no Código Civil; implantação de creches e mudanças na legislação trabalhista.

Em 1980, esses movimentos ganharam ainda mais visibilidade, aumentando a participação feminina dentro do mercado de trabalho brasileiro (FERNANDES, CAMPOS e SILVA, 2013).

Houve, assim, uma “redemocratização do feminismo”, que passou por divisões de oposições partidárias, bem como proporcionou o surgimento de grupos feministas temáticos. Nas universidades, surge o feminismo acadêmico e os Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher, onde se iniciam grandes discussões científicas acerca da criação de órgãos voltados para a defesa dos direitos da mulher (GOLDENBERG E TOSCANO, 1992). Além da pauta de violência, outros temas também entraram no foco das lutas feministas da época, como o planejamento familiar, sexualidade e aborto (OTTO, 2004, p. 239-230):

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados (PINTO, 2010, p. 17).

Por meio das referidas lutas e movimentos feministas para a igualdade de direitos das mulheres foram conquistadas algumas premissas antes renegadas às mesmas, como observa Tanure:

[...] Ao conquistarem espaço no mercado de trabalho, houve também uma mudança nos papéis assumidos pelas mulheres. Antigamente, elas tinham apenas o papel de cuidar do lar e da casa, a partir desses movimentos, passaram a assumir o papel de trabalhadora

formal, tornando-se responsáveis pela complementação da renda familiar e, em muitos casos, sendo a única provedora financeira da casa. (2014, p. 15)

Naquela década também foi elaborada uma nova Constituição Federal Brasileira, que foi promulgada em 1988 e perdura até os dias atuais e que se tornou um marco simbólico jurídico na conquista de direitos iguais entre homens e mulheres, tendo em vista seu caráter ideológico de igualdade de direitos e deveres de todos, perante a lei, que segundo Lopes deu fim à figura de “chefia da sociedade conjugal e com ela as preferências e privilégios que sustentavam juridicamente a dominação masculina” (LOPES, 2006, p. 407).

Com esta medida, a legislação brasileira visava diminuir a desigualdade de gênero, declarando uma concepção ideológica de igualdade entre homens e mulheres, inclusive no panorama do Direito do Trabalho:

[...] No Brasil, uma mudança na concepção de igualdade entre homens e mulheres no trabalho ocorreu a partir do marco jurídico acerca do Direito do Trabalho presente na Constituição Brasileira de 1988. Ao declarar uma ideologia de igualdade de direitos e deveres, a Constituição desaparece com a figura centralizadora e masculina da sociedade conjugal, eliminando, juridicamente, a dominação masculina na organização patriarcal e a preferência que, até então, o homem tinha ante a mulher. Declarar a divisão dos deveres e responsabilidades conjugais para ambos protege não somente o lugar da mulher no lar, mas também, garante a possibilidade do trabalho (TANURE, 2014, p. 22).

Nos dias atuais, o direito ao voto e fim da figura jurídica da chefia da sociedade conjugal já parecem superadas. Porém, em relação ao mercado de trabalho nota-se que, mesmo com a mudança da legislação nesse sentido, as mulheres devem permanecer em alerta e em constante luta pela conquista de seus direitos e equiparação social, sendo que ainda existem desigualdades em relação ao gênero no mercado de trabalho - entre eles, a remuneração inferior para os mesmos cargos ocupados por homens e ausência de participação feminina nos altos cargos de chefia, que serão aprofundados no tópico a seguir. Portanto, ainda que tenham sido alcançados avanços significativos desde o início do movimento das mulheres, são necessárias lutas diuturnas para que seja efetivamente alcançada a igualdade entre os gêneros.

1.2 Situações da mulher contemporânea no cenário social atual

Em pesquisa recente, publicada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi constatado que, em 2016, no Brasil, a disparidade salarial entre homens e mulheres com a mesma idade e mesmo nível de instrução chega a 30% (trinta) por cento de diferença em favor dos homens, sendo o maior índice de diferença salarial entre os 18 (dezoito) países pesquisados que compõem a América Latina (OBSERVATÓRIO BRASIL DA EQUIDADE DE GÊNERO, 2016).

Outra conquista a ser obtida pelas mulheres na geração atual seria em relação aos cargos de chefia, tendo em vista que ainda existem poucas mulheres nos comandos de grandes empresas. Segundo estudo realizado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), no Brasil o índice de ocupação feminina nestes cargos fica entre 5% e 10%, assim como a China, Itália, México e Espanha (ONU, BRASIL, 2016).

Além disso, em 2016 uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) estimou que uma a cada quatro mulheres que já tiveram mais de um emprego na vida, largou seu último trabalho para cuidar de filhos ou outros parentes.

Assim, ainda que a mulher tenha conquistado novos espaços na sociedade e no mercado de trabalho por vezes necessita retomar as atividades domésticas e de cuidados do lar que a vida inteira lhe são atribuídos, tendo que abrir mão de sua carreira profissional para reassumir sua posição dentro do “modelo tradicional” de família, cujo papel de cuidados quase sempre incumbe à mulher, esposa, mãe (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 604).

Esta percepção alerta e aponta ainda outro aspecto inerente à situação da mulher executiva contemporânea: a teoria do “teto de vidro” (LIPOVETSKY, 2000; LIMA *et al*, 2013). Surgida no ano de 1986, referida teoria explica as motivações e as consequências sobre o conjunto de “barreiras invisíveis” que dificultam a chegada das mulheres aos cargos executivos mais elevados, dentre elas, o preconceito e discriminação; o conflito entre trabalho e família e a questão da maternidade²:

² Referida teoria aborda elementos “não explícitos” que explicariam a dificuldade de ascensão e manutenção de mulheres em cargos executivos de chefia, presidência, diretoria, entre outros. Para entender melhor ver LIMA *et al*, 2013.

[...] A mulher passou a ser socialmente aceita no mercado de trabalho, especialmente no Ocidente, mas ainda carrega consigo as funções relacionadas ao trabalho doméstico, que é uma das barreiras do conjunto que forma o teto de vidro. O fato de a mulher ter grandes responsabilidades vinculadas ao lar e à família, fez com ela seja cobrada e que cobra ainda mais de si, que se sobrecarregue e tenha que criar estratégias para suavizar os conflitos existentes entre estas duas importantes instâncias de suas vidas. Diferentemente do homem, que permaneceu sob a mesma lógica de priorizar sua carreira em detrimento das outras esferas de sua vida (LIMA *et al*, 2013, p. 66).

No contexto brasileiro de 2015, de acordo com pesquisas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 2005 e 2015 a renda das mulheres equivalia a 76% (setenta e seis) por cento da renda dos homens. A pesquisa constatou ainda que as mulheres tendem a receber menos que os homens porque trabalham seis horas a menos por semana em sua ocupação remunerada. Porém, como dedicam duas vezes mais tempo que os homens às atividades domésticas, trabalham, no total, 5 (cinco) horas a mais que eles. Ao todo, a jornada das mulheres é de 55,1 horas por semana, contra 50,5 horas dos homens (REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS, 2016).

Bruschini alerta sobre a discriminação das mulheres no mercado de trabalho:

[...] Apesar da conquista de novos espaços as mulheres ainda são discriminadas no mercado de trabalho. Encontram um leque de oportunidades mais limitado do que o dos homens, maiores barreiras para ocupar cargos de chefia e continuam ganhando menos do que seus colegas (1994, p. 30).

Assim, pesquisas e estudos nas áreas de gênero continuam fomentando avanços nestas conquistas, como bem observa Miranda (2015), essas relações de poder entre homens e mulheres ainda devem ser estudadas para entender a necessidade de políticas públicas para a equidade de gênero, minimizando as situações do passado, gerando novas oportunidades às mulheres no mercado de trabalho atual, bem como equiparação salarial e aumento de participação nos cargos de chefia (MIRANDA, 2015, p. 299).

Como salientado por Lopes (2006), as conquistas já alcançadas pelas gerações de mulheres do passado, por vezes não são reconhecidas pelas próprias mulheres da geração atual, que possivelmente abnegam toda a trajetória no alcance

na igualdade de direitos, como se a luta feminista já fosse algo superado pelo passado e não precisasse de maior atenção, o que de fato não é verdadeiro (TANURE, 2014).

Sobre a revolução do feminismo, Goldenberg e Toscano (1992) concluem que as mulheres contemporâneas estão em nova fase de luta. Assim, em que pese os avanços na conquista de direitos civis, o movimento não pode ser considerado superado, pois ainda há muito que se fazer em termos de igualdade entre os gêneros:

As feministas brasileiras enfrentaram situações muito mais adversas e difíceis do que as que hoje enfrentamos. Por isso mesmo, temos de nos propor novos desafios para enfrentar o arcabouço ideológico e cultural do machismo e conseguir uma ruptura profunda da lógica patriarcal. Temos também de buscar transformar a igualdade constitucional e jurídica já alcançada na prática cotidiana da sociedade. E para isso é preciso audácia, criatividade, coragem e vontade política (GOLDENBERG e TOSCANO, 1992, p. 98).

Desde 1992 outros avanços foram conquistados, como a criação da Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015) que alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e incluir no rol dos crimes hediondos e a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) que buscou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispondo sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, entre outras medidas jurídicas, cujo intuito é proteger a vida dessas em situação de violência e risco de morte.

Porém, referidas leis e medidas jurídicas ainda não foram suficientes para combater a desigualdade que assolou as mulheres durante longos séculos, inclusive no que se refere ao mercado de trabalho.

Outro exemplo de desigualdade ainda existente nos tempos dias é a participação da mulher na política brasileira, que mesmo representando cerca de 50% da população brasileira, não refletem proporcionalmente aos cargos dos candidatos eleitos, uma vez que sua participação no parlamento brasileiro é de cerca de 9% (nove por cento). A média mundial alcança 20,9% e entre os países latino-americanos o Brasil fica em penúltimo lugar, acima apenas do Panamá (MOISÉS E SANCHEZ, 2013). Nas eleições de 2016, o eleitorado feminino atingiu o

índice de 52%, mas elegeu apenas 11,57% de mulheres do total para os cargos das prefeituras nas eleições municipais (TSE, 2016).

O aumento da participação feminina na vida econômica, política e profissional do país proporcionam avanços para todos na sociedade, inclusive para os próprios homens, visto que a intenção as lutas feministas não é superar os direitos adquiridos pelos homens, mas competir em termos de igualdade com os mesmos (FERNANDES, CAMPOS e SILVA, 2013, p. 04).

Portanto, constata-se que as conquistas alcançadas para as mulheres se traduzem numa verdadeira conquista democrática e social que reflete positivamente para todos os indivíduos que compõe a sociedade, beneficiando a todos, e proporcionando acesso igualitário em todas as esferas sociais.

1.3 Relações de Gênero

Os estudos sobre gênero podem alcançar as mais diversas áreas da psicologia, antropologia e sociologia. Prado, Di Giorgi e Ribeiro (2015) esclarecem que este conceito não deve ser encarado como uma categoria fixa:

O conceito deve ser compreendido de uma forma mais ampla e dinâmica. O gênero é uma categoria histórica, analítica e relacional, sendo que para produzir seus reais efeitos de diferenciação ele se articula com diversos discursos, artefatos culturais, sistemas de significação e categorias como etnia, religião, sexo, sexualidade, classe social, categoria geracional etc. (2015, p. 80)

Com a finalidade de não distorcer o conceito ao tema central que esta pesquisa se propôs, o conceito de gênero será analisado a partir de três grandes autores da área: Simone de Beauvoir (1970), Alain Touraine (2011) e Gilles Lipovetsky (2000).

Não se pretende aqui realizar uma análise comparativa entre os três autores, mas apenas dissertar acerca de gênero a partir do entendimento de cada um desses autores. Estes autores trazem a noção do gênero vinculado à figura da “pós-mulher” ou “terceira mulher”, que muito se assemelha a figura da “mulher empreendedora contemporânea”, objeto desta pesquisa. Por esta razão que os demais autores e

referências da área de gênero não foram dissertados exaustivamente, uma vez que o objeto da pesquisa é a mulher da presente geração, ou seja, a mulher contemporânea, como se passará a expor:

1.3.1 Simone de Beauvoir: gênero como construção social

Simone de Beauvoir foi uma das escritoras mais influentes da década de 1970, sendo ainda precursora da luta feminista, das mudanças de papéis estabelecidos e participação nos movimentos sociais (MORAES, 1999, p. 93).

Trata-se da autora de uma frase muito conhecida, sendo uma intelectual de vanguarda de estudos sobre gênero: “Não se nasce mulher, se torna mulher”. Isso porque Beauvoir³ afirma que o gênero feminino é uma construção da sociedade, onde é imputada uma “feminilização” às mulheres, designando-se os papéis que as mesmas devem articular dentro do contexto social produzido.

Assim, em sua obra “O Segundo Sexo”, precursor de movimentos feministas na década de 1970, Beauvoir fundamenta seu pioneiro pensamento acerca da construção social do gênero, onde a mulher é o “outro” e não o sujeito, sendo que esta determinação não é natural, mas sim cultural (BEAUVOIR, 1970, p. 14-15).

Tem-se, assim, que a autora foi fundamental na luta pela igualdade de direitos das mulheres com os homens, uma vez que a mesma enfatizava a importância da autonomia financeira para as mulheres, tendo a mesma “desconstruído” a suposta universalidade do “ser mulher”, apontando “outras vias e opções para todas aquelas que ousassem querer” (MORAES, 1999, p. 101).

Em sua biografia, a própria autora sintetiza brevemente sua teoria acerca da construção do gênero em seu contexto e época no qual fora escrito:

Eu disse como esse livro [O segundo sexo] foi concebido; quase fortuitamente, querendo falar de mim, percebi que precisava

³ Beauvoir manteve relacionamento amoroso com Jean-Paul Sartre e juntos foram considerados o casal mais influente do século XX. Eles nunca formalizaram a união, porém mantiveram a relação ao longo de vários anos. É possível perceber a influência mútua nas obras dos mesmos, tanto por parte de Beauvoir nas obras de Sartre quanto nas obras de Sartre por Beauvoir (no que se refere a questões concernentes à relação do indivíduo e da liberdade individual e possibilidades de escolha). Para entender melhor, ler: “Beauvoir e Sartre: a questão da influência (1981)”, de Margaret Simons.

descrever a condição das mulheres [...] Tentei pôr em ordem no quadro, à primeira vista incoerente, que se ofereceu a mim: em todo caso, o homem se colocava como o Sujeito e considerava a mulher como um objeto, o Outro. [...] Um dos mal-entendidos que meu livro suscitou foi que se pensou que nele eu negava qualquer diferença entre homens e mulheres: ao contrário, ao escrevê-lo medi o que os separa; o que sustentei foi que essas dessemelhanças são de ordem cultural e não natural. Contei sistematicamente como elas se criam, da infância à velhice, examinei as possibilidades que este mundo oferece às mulheres, as que lhes são recusadas, seus limites, suas oportunidades e faltas de oportunidade, suas evasões, suas realizações (BEAUVOIR, 2009, pp. 145-146).

Como bem observado por Simone de Beauvoir, ao longo de toda a trajetória da mulher no mercado de trabalho e no reconhecimento de direitos políticos sempre foi muito difícil romper a barreira criada entre homens e mulheres, em condições de igualdade, sendo que, mesmo que pese o contexto histórico de sua pesquisa ser da década de 1970, ainda hoje, em 2017, as mulheres continuam sofrendo algumas consequências relatadas pela mesma naquela época:

[...] Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política, etc, maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam. (BEAUVOIR, 1970, p. 14-45)

Como pioneira da área de estudos sobre gênero, Beauvoir oportunizou fundamentos para diversos estudos que vieram posteriormente ao seu legado, dentre eles os estudos sobre “pós-feminismo”, onde sua teoria foi adequada à realidade social contemporânea.

Portanto, Beauvoir (1970) abriu caminhos para o questionamento do lugar pertencente à mulher na sociedade, sendo que as mulheres empreendedoras atuais, que competem em situação de igualdade com os homens possuem exatamente estas características de independência e autonomia e, com seus comportamentos atuais, quebram a lógica estruturada historicamente de hierarquia entre gêneros.

Beauvoir proporcionou ainda a abertura para novos caminhos dentro dos estudos de gêneros que até hoje provocam reflexões sobre necessidade de mudanças da cultura que incubem as mulheres limites e oportunidades que lhes são recusadas em razão do gênero. As provocações da autora até hoje ecoam no tempo e na ciência, provocando hipóteses de pesquisas ainda muito necessárias para as mudanças de comportamento da sociedade.

1.3.2 Alain Touraine: o “novo feminismo”

Alain Touraine (2011) apresenta uma teoria sobre o “novo feminismo”, que surgiu no contexto europeu como força não social, onde as mulheres constroem um novo modelo de sociedade, a partir da construção de si mesmas. Em seu estudo, ele revela a condição das mulheres que vivem no “pós-feminismo”, que são mulheres que agem nas relações de gênero atuais como atrizes sociais, vislumbrando-se como sujeitos de suas próprias existências (2011, p. 10).

O autor defende que as mulheres de hoje têm consciência de que são atrizes de sua própria história, não se considerando mais objeto de significações externas:

Eu afirmei: a análise das condutas das mulheres começa com o reconhecimento do fato de que o gênero é uma criação do poder do macho, direta e indiretamente, e que esta noção de gênero, que foi útil na luta contra o essencialismo e o naturalismo, deve ser criticada. É sobre as ruínas dessa noção, tão ativamente destruída pelas feministas radicais e particularmente pelo grupo *queer*, que vão se formando os pensamentos que podem caminhar em sentidos muito diferentes, mas que sempre têm em comum um ponto de partida crítico ao qual ninguém saberia renunciar. Buscando mostrar que as mulheres se afirmam como tais, se dão por objetivo principal a construção de si mesmas enquanto sujeitos livres e pensam que é através da sexualidade que se realiza este esforço de construção – com ou sem sucesso -, eu escolhi aqui o mesmo ponto de partida daquelas que decidiram derrubar a dominação exclusiva do modelo heterossexual pela dominação masculina e que negaram o lugar central concedido tradicionalmente à dupla homem/mulher, substituindo-o por uma pluralidade de formas mutáveis e parciais de sexualidade. (TOURAINÉ, 2011, p. 23-24)

Touraine (2011) ainda classifica a obra de Judith Butler, “Gender Trouble” (1997) como o livro feminista mais importante da geração atual, sendo que se podem perceber alguns pontos em comum de suas teorias com os pensamentos da referida autora.

Uma delas se trata da desconstrução da noção de mulher através da dicotomia “homem/mulher”. Para Touraine e Butler, a fraqueza da ideia de gênero como uma construção social é que ela “não pontualiza aquilo que se especifica essa construção social do gênero, já que todas as condutas humanas e quase todas as relações sociais são construções sociais” (TOURAINÉ, 2011, p. 58).

Entretanto, Touraine (2011) se distancia de alguns pontos da teoria de Butler (1997) quando admite que seu estudo não adentra no campo da negação da feminilidade em si, uma vez que reconhece as diferenças e nisso requer a igualdade entre os gêneros:

É difícil resistir à desconstrução operada por Judith Butler e outras. Eu mesmo, como ponto de partida, adoto esta obra crítica, e mais amplamente assumo a desconfiança e até mesmo a rejeição das categorias demasiadamente elaboradas socialmente pelos homens para constituir a finalidade da ação feminista. Esta, com efeito, só poderia ser uma ação das mulheres em benefício das mulheres e de sua igualdade com os homens, embora à primeira vista essa formulação pareça dizer o óbvio e a evidência. Digo à primeira vista porque meu caminho se distanciará completamente de toda a aproximação em termos de igualitarismo, desde o sonho com uma sociedade unissex até aquilo que poderíamos chamar de igualitarismo não crítico, e que se fundamenta na ideia de que existe uma natureza feminina diferente da natureza dos homens e que ela deve ser reconhecida em termos de igualdade. (TOURAINÉ, 2011, p. 18)

Interessante ainda a justificativa trazida por Touraine (2011) às críticas à sua pesquisa sobre mulheres ser conduzida por um homem, afirmando não ser este o ponto necessário para o sucesso ou fracasso de uma pesquisa neste meio: “Afinal, o interesse de uma pesquisa não depende da qualidade de suas hipóteses e de seus métodos de demonstração do que da personalidade do pesquisador?” (TOURAINÉ, 2011, p. 192)

Sobre a mulher “pós-feminista”, Touraine defende que “não são apenas vítimas, mas atrizes que consolidam suas funções com uma vitalidade raramente encontrável em outras categorias sociais” (2011, p. 190). Também afirma que hoje

as mulheres têm mais capacidade de se comportar como sujeitos do que os homens, tendo em vista que assumem as responsabilidades sobre seus corpos e sexualidades.

Ressalta-se aqui que essas características se aproximam muito das características trazidas na figura da mulher empreendedora contemporânea, uma vez que as mesmas são donas do próprio negócio, assumem riscos e são atrizes de suas próprias histórias, construindo seu patrimônio econômico por suas próprias contas e riscos, como será exposto no decorrer desta pesquisa.

Touraine (2011) apresenta ainda em sua pesquisa que a grande tarefa das mulheres é “o dever de ser aquilo que elas entendem por ser mulher” (2011, p. 27), ou seja, colocar-se no centro e construir uma imagem de si como mulher, construindo sua própria identidade e suas condutas e julgamentos de valor.

Também é quase natural vincular esta imagem percebida por Touraine (2011) da “pós-mulher” à imagem das mulheres empreendedoras de sucesso e de Leila Diniz, atriz na qual o simbolismo revolucionário atingiu as mulheres brasileiras na década de 1970. Leila era a perfeita imagem da mulher que entende que é aquilo que se deve ser e que se percebe como a protagonista de sua própria história. O momento histórico em que viveu e os comportamentos que mantinha frente a tabus, culminando na adoção de novos comportamentos, contribuíram para a formação de novos papéis femininos brasileiros, encorajando e influenciando outras mulheres de sua época a questionar seus papéis designados (GOLDENBERG, 2008).

Touraine (2011), em seu estudo, realiza mais de sessenta entrevistas, de duas horas cada, com várias mulheres, que vivem na França, mais precisamente em Paris, no começo do século XXI, inclusive com mulheres muçulmanas, onde se propôs a “ouvi-las” para demonstrar a criação da nova cultura pelas mulheres, bem como definir a natureza histórica e social desta inversão cultural. O autor observou que estas mulheres que foram entrevistadas se definiram como mulheres e não como vítimas (mesmo quando sofriam injustiças), tendo como objetivo principal se construírem:

Nossas entrevistas testemunham, pois, uma mudança de posição e de estatuto das mulheres na sociedade, mas igualmente a invenção de uma sociedade de mulheres na qual os homens estão numa posição relativamente enfraquecida e diante da qual manifestam certa ansiedade. Esta formulação não pretende sugerir que as mulheres estão em vias de alcançar qualificações e

responsabilidades que no passado não podiam pretender. Significa que as mulheres estão em vias de instaurar um modelo de sociedade cuja novidade principal reside precisamente no fato de elas terem passado de uma função de consumidoras para uma função de produtoras de uma organização social, de representações culturais, de ideologias (TOURAINÉ, 2011, p. 86).

A ideia de Touraine (2011) em “ouvir” as mulheres de sua pesquisa e compreender suas realidades inspirou a presente pesquisa, onde a proposta também foi de “ouvir” e “compreender” as mulheres empreendedoras contemporâneas e suas realidades, com a mesma finalidade de “testemunhar” esse novo modelo de sociedade trazido pelas mulheres contemporâneas, dentre outras problemáticas, porém, com ênfase na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná.

Ainda, Touraine (2011) analisa o mito da dominação absoluta do homem sobre a mulher, sendo que a referida teoria reduz drasticamente a possibilidade de consciência a uma “falsa consciência”. Neste sentido, o autor analisa o feminismo como demonstração absoluta de capacidade de luta das mulheres, uma vez que as mesmas vieram de uma lógica de pensamento de dominação, mas no “novo mundo” se constroem e superam as relações de poder (2011, p. 90-91).

O autor ainda descontrói a ideia da luta feminina como movimento social trazendo como noção de transformação social e cultural:

[...] O que as mulheres rejeitam, conseqüentemente, é um conjunto de dependências que vão muito além daquilo que chamamos de sistema patriarcal. As mulheres não procuram nesta ou aquela filosofia da história a justificação de sua ação. Não é historicamente inelutável que as mulheres conquistem a independência e a igualdade com os homens [...] Seu objetivo principal é a construção de si, e este se concretiza de forma mais precisa no domínio da sexualidade, ou seja, mais na vida pessoal do que nos domínios públicos, representados pelo emprego ou pela remuneração (TOURAINÉ, 2011, p. 94).

As mulheres entrevistadas por Touraine eram unanimemente pós-feministas, “o que significa dizer que elas consideram o êxito do feminismo como evidente e que fitam o presente e não o passado” (2011, p. 31). Assim, o autor critica a postura mantida pelas pós-feministas e a sua ausência no cenário público:

[...] O feminismo provocou debates e obteve vitórias; e mesmo, sendo um movimento militante, ele transformou a vida e o espírito da maioria das mulheres. O pós-feminismo propõe uma reflexão na qual muitas mulheres têm uma participação mais pessoal e ativa, reflexão que transforma as mudanças institucionais em uma mutação cultural. Mas, será que esta ação, mais psicológica do que política, pode pretender ser durável sem organização, sem inimigos designados, sem engajamento no debate político? (TOURAINÉ, 2011, p. 97)

Touraine conclui que não é como um movimento social (cuja ação é coletiva, organizada, definida e provocada por um conflito social) mas como “atrizes da transformação do campo cultural que as mulheres exercem papel importante”, ou seja, na transformação da cultura (2011, 108-109).

Salienta-se ainda, a observação do autor sobre a concepção obtida pelas mulheres que foram entrevistadas acerca dos movimentos feministas, sendo que constata uma distância entre a ação feminista e a geração pós-feminista. Para o autor, a explicação seria o fato de o feminismo ser, por muito tempo, ligado ao movimento operário, proveniente de uma reflexão marxista, que voltava seu foco para a violência a vitimização das mulheres, onde a preocupação com a formação de uma consciência feminina não era alcançada (TOURAINÉ, 2011, p. 158-159).

Sobre Simone de Beauvoir, o autor faz uma crítica no que se refere à ideia da autora no que se refere à “dependência” das mulheres em permanecer “as outras” dos homens:

[...] Em suma: inútil esperar descobrir nesse livro qualquer tentativa (coroadada ou não de sucesso) das mulheres buscando libertar-se e transformar-se em sujeitos. Simone de Beauvoir coloca suas esperanças no crescimento do número de mulheres escolarizadas (e mesmo na cortesã ‘Hetera’, ao estilo grego, suscetíveis de seduzir os intelectuais).

De um salto, abandonamos este livro maior com a plena consciência e que sua autora conseguiu uma vitória sobre suas adversárias “naturalistas”, mas ficando embaraçados com a ausência de toda referência às lutas feministas. Ora, foi precisamente a vitória das feministas que permitiu a transformação da consciência operária e a aparição de uma forte consciência de si entre as mulheres. (TOURAINÉ, 2011, p. 88-89)

Touraine (2011) ainda dedica um capítulo inteiro de seu livro à mulher muçulmana (muito presente na sociedade francesa) e parte na problemática de analisar se as mulheres muçulmanas que vivem na França resistem ao feminismo ou se participam do movimento de emancipação. O autor observou nesse grupo de

mulheres que a maioria delas buscava ou defendia sua própria emancipação e não revelava nenhum conflito de civilizações. Essas mulheres demonstravam apego à religião, rejeição ao isolamento comunitário e revelaram, ainda, sintonia de religião com uma vida profissional satisfatória, que o autor denomina dupla ambivalência (p. 134-136):

Essas mulheres muçulmanas estão, com efeito, inteiramente mobilizadas na luta pela própria emancipação. Que elas consigam ou não elaborar soluções de vida que combinem suas lutas contra obstáculos às formas de construção mais positiva delas mesmas, jamais elas mencionaram tal propósito no grupo geral. (2011, p. 137)

Prado, Di Giorgi e Ribeiro (2015) argumentam que Touraine (2011) aborda a questão do gênero como “um mecanismo capaz de transformar a as formas pelas quais os sujeitos se ‘sentem’ e ocupam os lugares sociais” (2015, p. 82-83) trazendo uma ressignificação do sujeito com base em suas ações e não por determinação de instituições sociais:

A perspectiva de Alain Touraine é um tanto quanto diferente da proposta pelo pensamento feminista. Ao contrário de assumir o sujeito enquanto uma produção histórica, o autor propõe a compreensão do “sujeito pessoal”, ou seja, um autor capaz de empreender transformações sobre si sem que se encontre assujeitado às grandes estruturas sociais. (PRADO; DI GIOGI; RIBEIRO, 2015, p. 83)

Em suas observações finais sobre a pesquisa realizada, Touraine traz uma conclusão interessante sobre o novo paradigma posto pelas mulheres pós-feministas:

[...] O importante é que as mulheres, no novo paradigma em que entramos, não são apenas o ator social central, mas, o que é o mais importante ainda, a figura principal do sujeito, isto é, da capacidade e da vontade do indivíduo e dos grupos de constituir-se nos seus direitos de agir livremente. O movimento feminista tornou possível essa construção da mulher como sujeito, mas essa construção só apareceu depois do período propriamente feminista, e é no seio da geração atual que a vontade de construção das mulheres por elas mesmas adquire uma importância central. (2011, p. 158)

O autor alega que seu estudo se baseou precisamente entre dois eixos centrais: a experiência vivida e a mudança cultural histórica. O pós-feminismo seria,

assim, “um movimento de reconstrução cultural pela superação dos conflitos e polarizações que emprestaram sua força principal ao modelo europeu de modernização” (2011, p. 117):

[...] mulheres querem criar, a partir delas mesmas, um novo modelo de cultura, mas que deve ser vivido por todos, homens e mulheres. Elas consideram a oposição homens/mulheres como uma criação da ordem masculina; a transformação cultural engajada pelas mulheres deve eliminar essa oposição e não estabelecer nenhuma hierarquia no interior do mundo múltiplo, diverso e mutável, da sexualidade. (TOURAINÉ, 2011, p. 117-118)

Por fim, Touraine conseguiu desvencilhar de velhos “rótulos” e “fórmulas” para construir a imagem da mulher pós-moderna. Ao ouvir e indagar as próprias mulheres sobre “o que são” e “para onde vão” o autor conseguiu remodelar as doutrinas existentes e trazê-las ao contexto contemporâneo. Pode-se dizer que Touraine conseguiu chegar ao objetivo que pretendia de um modo muito simples: ouvindo seu objeto de estudo, dando voz às mesmas. Ao contrário de outros estudiosos, não menos importantes, é interessante observar que as mulheres do contexto histórico de Touraine podem expressar o que sentem e o que vivem, de certa forma, por conquistas de espaço já alcançadas na atualidade, contribuindo de maneira ativa na construção do novo conceito de feminismo na atualidade.

Assim, as mulheres estudadas por Touraine (2011) permitiram que o mesmo compreendesse e enxergasse a realidade a partir da perspectiva feminina, da mesma forma que o presente estudo pretende demonstrar a realidade da mulher empreendedora, por suas próprias histórias e realidades vividas.

1.3.3 Gilles Lipovetsky e a “terceira mulher”

Gilles Lipovetsky (2000) em sua obra “A terceira mulher: permanência e a revolução do feminino”, assim como Touraine (2011), também estuda o comportamento da mulher na sociedade ocidental contemporânea. O autor indaga sobre o novo “lugar” das mulheres e a nova figura social do feminino tendo em vista a revolução social rápida provocada pela emancipação feminina no século XX, numa

“interpretação social, circunscrita, do enigma da dicotomia moderna dos gêneros e de seu destino” (2000, p. 14).

O autor apresenta a figura feminina e sua revolução nos campos do amor, da sedução e da liberdade sexual, analisando e definindo as novas figuras sociais e as mudanças de comportamentos, inclusive no campo da sedução, cujos reflexos se estendem também na esfera do gênero masculino.

Além disso, Lipovetsky (2000) explana acerca da criação do “belo sexo” e do culto da beleza feminina e a difusão de cuidados por todas as camadas sociais ao longo das últimas décadas do século XX.

Em um contexto paradoxal sobre a emancipação feminina do poder sobre seu próprio corpo e da cultura da beleza, Lipovetsky observa:

[...] De um lado, o corpo feminino se emancipou amplamente de suas antigas servidões, sejam sexuais, procriadoras ou indumentárias; do outro, ei-lo submetido a coerções estéticas mais regulares, mais imperativas, mais geradoras de ansiedade do que antigamente. (2000, p. 135)

Neste sentido, Lipovetsky atribui a esse consumo ávido de produtos de beleza “uma vontade mais ou menos insistente de ser protagonista com relação ao próprio corpo” (2000, p. 141), experimentada pelas mulheres contemporâneas.

O pensamento de Lipovetsky (2000) se alinha com as pesquisas realizadas pela antropóloga Mirian Goldenberg, que desde 1988 estuda e compreende o comportamento feminino, chegando à conclusão de que o “corpo belo e jovem” pode ser visto como um verdadeiro “capital” para as mulheres brasileiras (GOLDENBERG, 2006, 2011, 2012, 2014).

Já no que se refere à mulher no mercado de trabalho, Lipovetsky destaca:

[...] Um novo ciclo histórico se estabelece nas sociedades democráticas: o da mulher no trabalho. Esse fenômeno não transforma apenas o mundo do trabalho, mas também a relação das meninas com os estudos, as relações entre os sexos, o poder no seio do casal: paralelamente ao controle da fecundidade, a atividade feminina exprime a promoção histórica da mulher que dispõe do governo de si, assim como uma nova posição identitária do feminino. (2000, p. 204)

Lipovetsky afirma ainda que uma característica da mulher pós-moderna é a recusa de uma identidade atribuída apenas a papéis exclusivos de mãe e esposa,

sendo que o trabalho feminino significa uma exigência individual e identitária feminina, se tornando um meio de realização pessoal:

[...] A nova cultura, centrada no prazer e no sexo, no lazer e na livre escolha individual, desvalorizou um modelo de vida feminina mais voltada para a família do que para si mesma, legitimou os desejos de viver mais para si e por si. O reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma “vida sua”, à independência econômica, na linha direta de uma cultura que celebra cotidianamente a liberdade e o maior bem-estar individual. (2000, p. 228-229)

A liberdade feminina, que será mais bem esmiuçada no decorrer do capítulo seguinte, surge neste contexto de fortalecimento da identidade da mulher “pós-moderna”, que se recusa a ser simplesmente administradora do lar e da educação dos filhos para assumir sua independência e autonomia financeira, por meio da atividade empreendedora. A pós-mulher, na figura da mulher empreendedora, traz especificamente a realização profissional como um dos papéis inerentes à sua identidade, transformando, desta forma, toda a estrutura construída sobre seu espaço na sociedade, antes restrito às tarefas domésticas e reprodução.

Para contextualizar o papel da pós-mulher na atualidade, Lipovetsky (2000) analisa algumas fases da mulher no contexto histórico, dividindo-as, para fins didáticos, em “primeira mulher”; “segunda mulher” e “terceira mulher”. Como afirmado por Alves, essa divisão é trazida no contexto de “condição cultural da mulher com capacidade de transformação” e não em um estágio temporal propriamente dito (2014, p. 109).

Assim, Lipovetsky (2000) conceitua a “primeira mulher” como a figura feminina vista até o início do século XIX, onde era vista como inferior, confinada às atividades sem brilho, vislumbrada como elemento obscuro e diabólico (detentora de poderes ocultos). Já na segunda metade da Idade Média, o autor ressalta a figura da “segunda mulher”, onde a figura feminina é sacralizada, vista como “musa inspiradora”, enaltecida na figura de mãe e esposa. Porém, mesmo posta em um pedestal e romantizada, essa ainda deve obediência ao marido e depende econômica e intelectualmente deste.

No que se refere a “terceira mulher”, sendo a fase contemporânea, o autor evidencia uma nova identidade feminina na sociedade, onde a mulher é

indeterminada, possuindo autonomia, liberdade sexual, diplomas acadêmicos e profissão, comandando o lugar e o destino social do feminino:

[...] As mulheres eram “escravas” da procriação, libertaram-se dessa servidão imemorial. Sonhavam ser mães no lar, agora querem exercer uma atividade profissional. Estavam sujeitas a uma moral severa, hoje a liberdade sexual ganhou direito de cidadania. Estavam confinadas nos setores femininos, e elas que abrem brechas nas cidadelas masculinas, obtêm os mesmos diplomas que os homens, e reivindicam paridade política. Sem dúvida, nenhuma revolução social de nossa época foi tão profunda, tão rápida, tão rica de futuro quanto a emancipação feminina. (LIPOVETSKY, 2000, p. 11)

Lipovetsky traz a noção de “terceira mulher” onde a exclusividade das tarefas domésticas e funções de mãe são recusadas pelas mesmas, caracterizando uma condição feminina pós-moderna (2000, p. 220). Essas mulheres lutam contra o regime patriarcal, mas não contra os homens em si (ALVES, 2014, p. 114). Aqui se inserem as mulheres do presente estudo: as mulheres empreendedoras contemporâneas.

O autor afirma que a terceira mulher é o novo modelo histórico dos poderes exercidos pelas mulheres na sociedade:

[...] O que equivale a dizer que a pós-mulher no lar significa muito mais que uma nova fase na história da vida doméstica e econômica das mulheres. O que se manifesta concretiza, mais profundamente, uma ruptura histórica na maneira pela qual é construída a identidade feminina, bem como as relações entre os sexos. Nossa época iniciou uma transformação sem precedente no modo de socialização e de individualização do feminino, uma generalização do princípio de livre governo de si, uma nova economia dos poderes femininos: é esse novo modelo histórico que chamamos de terceira mulher. (LIPOVETSKY, 2000, p. 231)

Essa interpretação segue em sintonia com o conceito trazido por Goldenberg e Toscano (1992) para explicar o “novo feminismo” na atualidade. Essas mulheres se recusam ao discurso que as coloca como vítimas ou a papéis designados em razão do gênero. Elas são protagonistas da sua própria história de vida, buscando sua autorrealização por seus próprios méritos:

[...] Recusamos o discurso que coloca a mulher como vítima indefesa, sem responsabilidade sobre seu destino, cuja única meta é realizar o sonho de ser boa esposa e mãe. Acreditamos que a mulher

pode escolher seu caminho, com autonomia, sendo protagonista da própria história e não mera coadjuvante. Não buscamos regalias ou prêmios por nossa condição, mas apenas o merecido respeito por nossas ações. Não aceitamos a crença no determinismo biológico que define o sexo pelos caracteres anátomo-fisiológicos e acreditamos, como Simone de Beauvoir, que a mulher não nasce mulher, mas torna-se mulher pela educação e por condicionamentos sociais. Rejeitamos a visão estereotipada da mulher como ser submisso, frágil, resignado, passivo e naturalmente servil, mais adaptado ao mundo doméstico e à função materna. Entendemos que a definição da mulher não passa pelo contraste com o homem, como um outro contrário ou oposto, desigual, mas apenas como alguém diferente. Enfim, acreditamos na mulher como um ser em busca de auto-realização, com direito à auto-expressão, com inúmeros caminhos possíveis a percorrer e que tem no homem um parceiro de jornada. (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p. 58-59)

Sobre o lugar contemporâneo das mulheres no mundo do trabalho, Lipovetsky defende que as mulheres ganharam o direito à independência econômica, sendo que:

[...] o ideal igualitário, o descrédito dos comportamentos machistas e a emancipação econômica da mulher tendem a construir um novo modelo marcado pela autonomia feminina e pela participação dos dois cônjuges nas decisões importantes. (2000, p. 247)

Sobre o feminismo na atualidade, Lipovetsky pondera:

[...] Onde estamos agora? Evidentemente, a questão é posta em termos novos e se manifesta com uma intensidade jamais atingida. Desde as eras mais remotas, a exclusão das mulheres das esferas superiores do poder era incontestável: hoje não para de provocar indignação. Julgava-se natural que as mulheres ficassem “em casa”; agora se acha escandaloso o fato de haver tão poucas eleitas no Parlamento. Enquanto se multiplicam as ações em favor da paridade entre os sexos nas assembleias políticas, propaga-se a ideia de que as mulheres vão regenerar a política e mudar o exercício da autoridade nas empresas. Encerra-se a época que destinava as mulheres aos papéis subordinados. Em nossos dias, os homens aprovam a plena participação das mulheres na vida política e não se sentem mais desonrados por obedecer a uma mulher no quadro da atividade profissional. Surge um novo feminismo que reivindica o poder em igualdade com os homens, empenha-se em reconciliar as mulheres com o prazer de ganhar e com o espírito de competição, convida-as a disputar a hierarquia, desembaraçando-se de suas antigas inibições. Depois do feminismo vitimário, chegou a hora de um “feminismo do poder”. (2000, p. 262)

Entretanto, consoantes dados trazidos anteriormente sobre as desigualdades ainda existentes no mercado de trabalho atual, Lipovetsky também destaca que nem todas as reticências e hesitações foram suprimidas em relação ao trabalho feminino, sendo que as desigualdades ainda persistem em relação às estruturas de emprego, qualificações profissionais, profissões e salários (2000, p. 242)

O autor assegura que, em que pese que as mulheres tenham atividade assalariada, isso não deixou de ter efeito sobre o trabalho doméstico assumido por elas. Para Lipovetsky (2000), os papéis familiares existentes ainda na atual democracia não persistem apenas em por culpa do tempo e história, como papéis “herdados”, mas sim, se tratam, para as atuais mulheres, de uma forma de demarcar suas identidades e fronteiras dentro de seus lares, como forma de controle de seus próprios territórios.

Na dinâmica pós-moderna, o autor assinala que a emancipação feminina não significa a homogeneização dos papéis familiares, uma vez que as mulheres não eliminam responsabilidades domésticas, mas suas novas aspirações “coabitam” com os mesmos (LIPOVETSKY, 2000). Neste aspecto, Lipovetsky enxerga a “feminização” do poder, sendo a última etapa da luta feminina pela igualdade:

[...] Nas empresas, os quadros femininos atingiram a massa crítica, ou seja, se aproximaram dela, em vários países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Sua porcentagem nos postos de gestão e de administração passou, entre 1974 e 1986, de 15,9 para 34,5 no Canadá, de 8,8 para 20 na Suécia, de 18,5 a 37,05 nos estados Unidos, de 15 para 20,9 na RFA. Na França, a longo dos anos 80, quase a metade dos novos postos administrativos foi ocupada por mulheres. Entre 1968 e 1990, a taxa de feminidade das “profissões liberais e dos executivos” passou de 18% para 30,7%. Ao que se soma o desenvolvimento do empresariado feminino: no Canadá, as mulheres criam três vezes mais empresas do que os homens; já no fim dos anos 80, as mulheres era proprietárias de 33% das empresas, e no ano 2000 essa proporção chegará a 50%. (LIPOVETSKY, 2000, p. 263).

Também explica o fenômeno do “teto de vidro”, já abordado anteriormente, concluindo que será muito provável que o aumento do número de quadros femininos e a luta contra estereótipos sexuais conseguirão romper este obstáculo, criticando, ainda o sistema de cotas para essa superação. Lipovetsky atribui a própria

capacidade feminina nessa situação, justificando que as mulheres, por si só, conseguirão superar esse problema:

[...] Não é a “boa vontade” dos administradores que fará recuar o “teto de vidro”, mas a determinação das mulheres em partir para o assalto à pirâmide. Não se criam elites a golpes de cotas: apenas quando as mulheres virem sentido em conquistar os mais altos lugares gerenciais e enveredarem plenamente neste caminho é que começará o declínio do “teto de vidro”. (LIPOVETSKY, 2000, p. 277)

Assim, no que se refere às cotas, realmente acredita-se que uma ação externa neste sentido não reduziria referidos obstáculos (por quanto “invisíveis” e sutis), porém ao afirmar que as mulheres não veem sentido em tomar altos cargos de gerência discorda-se que não seja a partir da vontade em ver sentido em si, mas sim das atribuições que são impostas a pessoas que se sujeitam a esses cargos. A maioria deles exige disponibilidade integral dos seus ocupantes, com livre acesso e horários, o que pode prejudicar a própria mulher dentro de seu lar, uma vez que consoante o que foi trazido anteriormente, ainda possui “papel familiar” designado, mesmo que voluntário.

Seguindo este raciocínio, Lipovetsky complementa:

[...] Se, ainda, em nossos dias, homens e mulheres não são postos em igualdade nas disputas de poder, essa situação resulta menos do sexismo das empresas do que das normas de socialização e dos papéis domésticos atribuídos às mulheres. (2000, p. 277)

As mulheres em exercício na atividade empreendedora da atualidade podem esclarecer a realidade fática atual, compreendendo-as na perspectiva acerca dos papéis atualmente designados, a partir de suas próprias realidades, sobre as desigualdades existentes ou não, na perspectiva do gênero.

Assim, acerca da realidade da mulher empresária brasileira, Tanure (2014, p. 26) afirma que apenas na década de 1990 que o movimento do empreendedorismo começou a se desenvolver, sendo que nesse mesmo momento o número de mulheres que entraram no mercado de trabalho ou iniciaram uma atividade empreendedora também se intensificou.

Também em relação à atuação das mulheres brasileiras no ramo empreendedor, Gotardo e Corcetti trazem dados interessantes:

[...] A mulher brasileira é historicamente uma das mais empreendedoras no mundo. Entre os empreendedores iniciais, 51% são homens e 49,6% mulheres, mantendo o equilíbrio entre gêneros no empreendedorismo nacional. (GEM, 2011). Os empreendimentos criados pelas mulheres apresenta uma maior taxa de sobrevivência. (GOTARDO e CORCETTI, 2014, p. 01)

Portanto, o conceito trazido por Lipovetsky acerca da identidade da “terceira mulher” e o seu posicionamento dentro da sociedade, inclusive suas aspirações e desejos próprios acaba por conduzir a discussão aqui trazida para uma questão: seriam as “terceiras mulheres” de Lipovetsky, incontestavelmente, as mulheres empreendedoras objeto do presente estudo? Ou seriam devaneios da pesquisa vincular as características similares entre ambas?

1.4 A identidade da mulher empreendedora contemporânea

Alves (2014, p. 97) esclarece que a pós-mulher não está mais submetida à dominação masculina, como defendiam Pierre Bourdieu e Heleieth Safiotti em seus tempos. Para o autor, a pós-mulher transforma a realidade social atual, onde a figura da mulher submissa entra em declínio para dar espaço à mulher dona de si, liberada, que possui suas próprias convicções:

[...] se utilizarmos somente a perspectiva bourdieusiana da mulher como ‘ser pelo e para o olhar do homem’, isto é, existindo primeiramente em função do masculino, para as narrativas descritas, estaremos cometendo um anacronismo, pois, no caso específico do objeto de estudo deste trabalho, antes de essas mulheres constituírem ‘seres para o homem’, elas constituem um ‘ser para e por elas mesmas’. Essa forma de ser mulher nos fez repensar a utilidade da noção de dominação masculina, tal como empregada em Pierre Bourdieu. (ALVES, 2014, p. 100)

Assim, o autor enfatiza que as pós-mulheres possuem aspirações femininas diversas das lutas dos movimentos feministas anteriores, sendo que mesmo que não estejam agindo de forma combativa (“queimando sutiãs”) “com seu movimento têm questionado a ordem cultural e, por que não dizer, a própria organização da sociedade.” (ALVES, 2014, p. 99). O autor inverte a perspectiva de análise do

comportamento da mulher como “vítima” para trazê-la como atriz de sua própria história:

Ao se construírem como mulheres livres das amarras masculinas, elas dão à personagem feminina o conteúdo e o corpo que bem entendem. Ao se definirem, conduzirem-se e se valorizarem como mulheres e não como vítimas da submissão, ao não ignorarem a existência da subordinação aos homens, afirmam que, mesmo diante deste cenário, possuem capacidade de reagir a esses efeitos históricos. (ALVES, 2014, p. 103)

Em sintonia com o pensamento de Alain Touraine (2011), Alves (2014) utiliza o termo “pós-mulher” para auxiliar na compreensão da transição cultural onde as mulheres contemporâneas, pertencentes à geração “pós-feminista”, vivenciam novas formas do feminino:

A partir do momento que o destino feminino e sua existência deixam de ser algo naturalizado, traçado, gerido e definido pelo masculino, passando a ser uma questão de escolhas preferenciais e interrogações cujas deliberações são responsabilidades (governo de si) do próprio feminino, temos a emergência da pós-mulher. Trata-se, portanto, de novas formas de se performar a feminilidade. (ALVES, 2014, p. 108)

A partir dos conceitos trazidos nas bibliografias selecionadas anteriormente, retoma-se a indagação proposta no final da seção anterior: seriam as mulheres empreendedoras, objeto do presente estudo, “pós-mulheres”?

Inicialmente, é interessante verificar qual a identidade da mulher empreendedora, mais precisamente da mulher empreendedora brasileira, para uma aproximação maior acerca das mulheres objeto do presente estudo.

Machado (2002) investigou a identidade da mulher empreendedora paranaense, sendo que chegou às seguintes conclusões:

[...] As empreendedoras apresentaram-se como pessoas que **trabalham o tempo todo, exigindo tremendamente de si mesmas e dos outros, renovando suas propostas continuamente.** Apresentaram-se como **auto confiantes, orgulhosas, obstinadas e com enorme energia.** As emoções presentes no exercício do papel destacam-se os sentimentos de culpa pelo sucesso no caso das empreendedoras que fizeram parte do estudo principal, **além do sentimento de soberania, da insatisfação constante, do gosto por desafios apontado por todas elas.** Outro aspecto presente na sua identidade empreendedora foi o seu **elevado envolvimento**

afetivo com o trabalho e a multiplicidade de papéis que realizam.

No que se refere ao processo de formação do auto conceito empreendedor este foi decorrente: a) dos relacionamentos durante a infância, durante o qual ocorreu a internalização de modelos de identificação e a incorporação do trabalho à vida pessoal. Estes forneceram o referencial de identificação e desidentificação necessário para catalogá-las na atividade 168 empreendedora. Copiar ou lutar contra os modelos são as opções que se apresentaram; b) escolha anterior da atividade profissional, porque da experiência nesta atividade é que resultou a iniciativa empreendedora. Esta iniciativa ocorreu como consequência da ação delas em determinado campo de trabalho, ao qual elas se familiarizaram e mantiveram um certo domínio sobre ele; c) dos relacionamentos atuais, sobretudo com a família e com os funcionários. Estes são importantes para a continuação do processo de construção de seu auto conceito.

[...] Outra questão ao qual o presente trabalho propôs-se a responder está relacionada às implicações do auto conceito encontrado nas empreendedoras e na sua ação gerencial. Sobre este aspecto uma ênfase constante em agradar o cliente e os funcionários esteve sempre presente como ponto comum entre sua auto percepção empreendedora e os modos de gestão. Os principais destaques aqui estão relacionados às dificuldades de crescimento dessas empresas, que no presente estudo estão ligadas a: **a) busca constante do equilíbrio entre trabalho e família;** b) atitudes centralizadoras ligadas ao constante controle pessoal de todas as atividades e pessoas na organização; 169 **c) conceito de sucesso, que está mais ligado ao bem estar social do que ao resultado financeiro. As aspirações delas estão mais ligadas à estruturação e a manutenção dos filhos por perto do que ao crescimento físico da empresa;** **d) importância maior à satisfação pessoal do que ao exercício do poder formal.** A prioridade é agradar as pessoas mais próximas e a satisfação pessoal está ligada à satisfação dessas pessoas dentro da organização ou na família; e) os planos para a empresa e para a vida pessoal estão ligados; f) **o papel de mãe está justaposto ao papel de empreendedora;** g) dificuldades em encontrar o suporte necessário nas fases de crescimento das empresas; h) falta de tempo para si mesmas; i) de um modo geral elas têm pouca preocupação com o processo de sucessão das empresas porque no seu imaginário não existe a empresa dissociada delas. (2002, p. 167-169, grifo nosso)

Dessa forma, como já apresentado anteriormente, tendo em vista que a pós-mulher consiste em um ser que vivencia novas formas do “feminino”, que não se percebe vítima, mas sim protagonista da própria história, primando pela liberdade e autonomia, tendo interesse em combater o patriarcado, mas não os homens, as mulheres empreendedoras se enquadram, em sua maioria, perfeitamente nesse contexto, uma vez que primam por sua autonomia e liberdade, e muitas delas até mesmo possuem figuras masculinas como referências de sucesso, como visto no

estudo de Machado (2002) sobre a identidade da mulher empreendedora paranaense.

Assim, o empreendedorismo favorece essa expansão e libertação feminina uma vez que a atividade empreendedora necessita de características para seu desenvolvimento que são percebidas na “pós-mulher”, como será apresentado no capítulo seguinte.

2 A ATIVIDADE EMPREENDEDORA COMO FERRAMENTA DE LIBERDADE FEMININA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Após a abordagem da literatura sobre gênero bem como sobre a trajetória das mulheres na conquista de direitos e o surgimento do “novo feminismo”, já discutido no capítulo anterior, elenca-se a hipótese da atividade empreendedora ser uma ferramenta de liberdade feminina na contemporaneidade.

Verifica-se, ainda, a hipótese do sucesso destas mulheres ser compreendido como um verdadeiro “capital”, em comparação às pesquisas da antropóloga Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014) e Pierre Bourdieu (2007) que tratam do “corpo belo e jovem” e o “marido” como sinônimo de um verdadeiro “capital” para as mulheres. Esse conceito pode ser percebido a partir de estudos feitos pela antropóloga Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014), no que se refere ao corpo, beleza e envelhecimento, ao estudar mulheres cariocas ao longo de mais de 40 anos (a partir da década de 1980).

Neste aspecto, este capítulo se delimitará à análise da bibliografia que envolve o empreendedorismo feminino contemporâneo, elencando diversas pesquisas acadêmicas contemporâneas em outras regiões nacionais, onde o empreendedorismo pode ser percebido como uma ferramenta para o alcance da liberdade das mulheres empreendedoras.

Adentrar-se-á nos conceitos de empreendedorismo e autores da referida área, no intuito de compreender a atividade empreendedora e sua importância, a fim de contextualizar o empreendedorismo feminino brasileiro, na atualidade.

Ainda será uma abordagem teórica sobre a questão da liberdade e emancipação feminina e o comportamento de Leila Diniz, que foi considerado como revolucionário para os padrões de sua época (GOLDENBERG, 2008) e comparado aos comportamentos das empreendedoras contemporâneas, dentro de suas carreiras.

Por fim, será aprofundado o conceito elaborado por Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014) e Pierre Bourdieu (2007) sobre o “corpo” como um verdadeiro capital e será realizada uma análise comparativa com a possibilidade de o sucesso ser um capital para as mulheres empreendedoras contemporâneas.

2.1 A relação da mulher e do empreendedorismo

Com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro no final da década de 1970 e com a mudança do perfil destas trabalhadoras, que começaram a conquistar suas profissões e ter acesso à educação igualitária, houve uma significativa alteração no perfil econômico nacional, sendo que houve também uma mudança na configuração do próprio mercado de trabalho em si.

Bruschini e Puppini solidificam este panorama relatando a situação das mulheres executivas brasileiras, salientando, ainda, a ausência de equidade no que se refere às remunerações percebidas pelas mesmas em comparação com os salários recebidos pelos homens:

Em suma, os dados revelam que, no Brasil, cerca de 24% dos cargos de diretoria são ocupados por mulheres, percentual mais elevado do que o esperado, à luz dos estudos sobre o trabalho feminino que enfatizam os obstáculos encontrados pelas trabalhadoras para ter acesso a cargos de chefia. Entretanto, os dados mostram também que esses cargos se concentram em áreas tradicionais femininas, como a social, a cultural e a da saúde. Ou seja, mesmo nos níveis mais elevados da carreira, as executivas brasileiras marcam presença sobretudo em tradicionais guetos femininos. Elas são mais jovens do que os diretores, estão há menos tempo do que eles na diretoria e predominam em empresas de maior porte. Tem nível superior de escolaridade, porém, apesar do alto cargo ocupado, recebem rendimentos inferiores aos de seus colegas diretores. (2004, p. 106-107)

Schiavani, Dias e Oliveira (2017) observam que as dificuldades econômicas e desemprego oportunizaram às pessoas outras chances de sair da crise, sendo que neste cenário muitas mulheres decidiram criar seus próprios negócios, aumentando assim, a participação de mulheres na posição de liderança.

Neste contexto também surgiu a figura do “empreendedor”, que segundo Dolabela (1999) é alguém que define por si mesmo o que vai fazer e em que contexto será feito, sendo um sujeito que busca dedicar-se intensamente ao seu ofício para o sucesso de seu empreendimento.

O termo “empreendedor” vem da livre tradução da palavra francesa “entrepreneur” que significa “aquele que assume riscos e começa algo novo”. Ainda, Joseph Schumpeter define o empreendedor como “aquele que destrói a ordem

econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”, se tratando de uma “destruição criativa” para a formação de riqueza do país (DORNELAS, 2008; DOLABELA, 1999; DEGEN, 1989).

Sobre a flexão de gênero no substantivo “empreendedor” para masculino ou feminino, Schiavani, Dias e Oliveira (2017) afirmam que ela não existe, mas sim a sua conotação de gênero referente ao empreendedor: homem empreendedor e mulher empreendedora. Assim, as características empreendedoras seriam independentes do gênero em si, uma vez que podem pertencer a homens e mulheres.

Dornelas (2008), em um breve relato histórico sobre o empreendedorismo no tempo, traz o exemplo de Marco Polo como a primeira definição de empreendedorismo, quando tentou estabelecer uma rota comercial para o Oriente.

Na Idade Média, o termo “empreendedor” era atribuído ao gerenciador dos projetos de produção. Já no século XVII, o escritor e economista Richard Cantillon, foi um dos primeiros a diferenciar o empreendedor (que assumia riscos) do capitalista (que possuía o dinheiro). No século XVIII, a figura do capitalista e do empreendedor foi totalmente diferenciada, por conta da industrialização. Por fim, nos séculos XIX e XX os empreendedores foram frequentemente confundidos com gerentes e administradores, sendo que autores como Henry Fayol reformularam e complementaram o referido conceito, distinguindo o empreendedor por suas características e atitudes diferenciadas dos administradores. O destaque na produção científica da área também fica para David MacClelland, na década de 1960, onde define o empreendedor com um gerente das grandes organizações, diferentemente da definição atual (DORNELAS, 2008; DOLABELA, 1999; FILLION, 1998).

Fillion (1998), por sua vez, também traz a definição do empreendedor como sendo uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos, que tem aptidão para detectar oportunidades de negócios e assume decisões moderadamente arriscadas, sendo, portanto, “uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1998, p. 19). O autor ainda conclui que “o campo do empreendedorismo pode ser definido como aquele que estuda os empreendedores”, examinando suas atividades, características e métodos usados para facilitar a expressão da atividade empreendedora (FILLION, 1998, p. 21).

Dornelas (2008, p. 23-24) também destaca características das pessoas empreendedoras que vão além dos atributos do administrador, dentre elas: são visionárias; sabem tomar decisões; fazem a diferença; sabem explorar ao máximo as oportunidades; são determinadas e dinâmicas; são dedicadas; são otimistas e apaixonadas pelo que fazem; são independentes e constroem o próprio destino; são líderes e formadores de equipes; são organizadas; são bem relacionadas; planejam; possuem conhecimento; assumem riscos calculados e, por fim, criam valor para a sociedade.

Para Dornelas, a globalização, o avanço tecnológico e as novas invenções do século XX foram cruciais para a disseminação de empreendedores no mundo:

Então, por que o ensino do empreendedorismo está se intensificando agora? O que é diferente do passado? Ora, o que é diferente é que o avanço tecnológico tem sido de tal ordem, que requer um número muito maior de empreendedores. A economia e os meios de produção e serviços também se sofisticaram, de forma que hoje existe a necessidade de se formalizarem conhecimentos, que eram apenas obtidos empiricamente no passado. Portanto, a ênfase em empreendedorismo surge muito mais como consequência das mudanças tecnológicas e sua rapidez, e não é apenas um modismo. A competição na economia também força novos empresários a adotar paradigmas diferentes. (2008, p. 06)

O projeto GEM (Global Entrepreneurship Monitor), no ano de 1997, foi uma ferramenta criada por iniciativa do Babson College, nos Estados Unidos e da London Business School da Inglaterra com o objetivo de organização de pesquisas para medir a atividade empreendedora dos países e seu relacionamento com o desenvolvimento econômico. (DORNELAS, 2008, p. 13)

O Brasil participa deste projeto desde o ano de 2000 e a pesquisa é conduzida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) que conta com o apoio técnico e financeiro do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

No Brasil, o empreendedorismo começou a se desenvolver a partir da década de 1990, juntamente com entidades como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) (DORNELAS, 2008; TANURE, 2014; SCHIAVANI, DIAS e OLIVEIRA, 2017; DOLABELA, 1999).

Dornelas (2008) ressalta ainda a disseminação de empreendedorismo no Brasil nos anos de 1999 e 2000, após a explosão de criação de empresas virtuais, com o advento da Internet, o que estimulou o crescimento de pequenas empresas entre jovens empreendedores e também a evolução da legislação brasileira em prol das micro e pequenas empresas (Lei da Inovação, instituição do Simples, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o Programa Empreendedor Individual).

A pesquisa realizada pelo GEM no ano de 2015, no Brasil, revela que entre os empreendedores iniciais a proporção de homens e mulheres é praticamente a mesma, 51% (cinquenta e um por cento) e 49% (quarenta e nove por cento) respectivamente. Já entre os empreendedores estabelecidos, os homens são em maior número do que as mulheres, sendo na proporção de 56% (cinquenta e seis por cento) e 44% (quarenta e quatro por cento), respectivamente (GEM, 2015)⁴.

Sobre a importância da atividade empreendedora, Degen (1989, p. 09) destaca que se trata do melhor recurso para solucionar os problemas socioeconômicos do país, através da livre iniciativa, para a produção criativa de bens e serviços.

2.2 O empreendedorismo como ferramenta de liberdade feminina

Alguns países como Estados Unidos, Canadá, Finlândia e Noruega são pioneiros no incentivo à participação feminina nas micros e pequenas empresas, seguidos por Japão e Alemanha. Na Austrália também existem programas especiais para ajudar jovens a se tornarem empreendedoras, exemplo este seguido pela Coreia, Espanha e Rússia, inclusive com o fomento de crédito e leasing para aquisição de equipamentos (MACHADO, 2002, p. 58-59).

Na América Latina, segundo o estudo realizado por Bruneau e Machado (2006) que analisaram os indicadores de empreendedorismo do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) nos períodos 2000 a 2005, com os países da

⁴ A referida pesquisa classifica os empreendedores novos como aqueles que administram e são proprietários de um novo negócio que pagou salários, gerou pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três e menos de 42 meses. Já os empreendedores estabelecidos seriam os que administram e são proprietários de um negócio tido como consolidado, que pagou salários, gerou pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de 42 meses (3,5 anos).

América Latina (participantes do GEM) que foram comparados com o grupo de países mais industrializados (G-7), pertencentes à União Europeia (G-7U), é possível verificar que as taxas de empreendedorismo por necessidade são maiores do que as taxas de empreendedorismo por oportunidade, quando comparadas com países com maior desenvolvimento econômico.

Para este fato, as autoras ressaltam que as diferenças encontradas são em grande parte devidas à ausência de políticas públicas nos países da América Latina, visando incentivar o empreendedorismo (BRUNEAU; MACHADO, 2006, p. 22), inclusive o empreendedorismo feminino, diferentemente do que ocorre nos países mais desenvolvidos citados anteriormente.

No que se refere às mulheres empreendedoras da América Latina, Jonathan (2005) citando Weeks e Seiler (2001) afirma que:

[...] as mulheres empreendedoras da América Latina e do Caribe compartilham muitas características com outras empreendedoras, independentemente da nacionalidade. Além da semelhança quanto aos tipos de negócio mantidos, há semelhanças em relação aos desafios e questões enfrentados pelas empreendedoras para fazer seus negócios crescerem, tais como o acesso à informação, à tecnologia, ao crédito/capital e às redes sociais. (JONATHAN, 2005, p. 373-374)

Alperstedt, Ferreira e Serafim (2013, p. 223) esclarecem que a atividade empreendedora por si só já possui diversos obstáculos, mas que os mesmos se tornam ainda maiores quando se tratam de empreendedorismo feminino, devido a construção histórica atrelada ao gênero, como por exemplo, a dificuldade de inserção em alguns setores de atuação tidos como carreiras masculinas, o conflito “trabalho-família” e a influência da família (ou cônjuge) na decisão de empreender.

A multiplicidade de papéis assumidos pelas mulheres torna o sucesso do empreendimento muito mais desafiador do que para os homens (FERNANDES, CAMPOS e SILVA, 2013; JONATHAN, 2005). Além disso, o “teto de vidro” já descrito no capítulo anterior, que se refere a tese de barreiras “invisíveis” que impedem o crescimento profissional das executivas aos cargos de chefia, também pode ser citado como uma dificuldade para as mulheres empreendedoras, que do mesmo modo que as executivas, necessitam conciliar suas vidas pessoais e profissionais, sendo um tarefa muito mais árdua para elas do para o gênero masculino.

Cramer, Cappele e Silva (2001) destacam, ainda, que além destas dificuldades, também existe um sentimento de “culpa” que permeia as relações das mulheres entre a família e o trabalho:

Percebe-se, com isto, que a mulher vivencia um processo ambíguo, porque precisa desenvolver habilidades que, às vezes, são opostas, como sensibilidade e frieza, por exemplo. Além disso, as mulheres elaboram um sentimento de culpa alimentado pela família e por elas próprias, em função da necessidade de abrirem mão do tempo destinado à convivência com a família e de suas tarefas de “mãe” e “esposa” para se dedicarem aos negócios. (2001, p. 02)

Alperstedt, Ferreira e Serafim (2013) revelam outra dificuldade encontrada por meio relatório do GEM que no ano de 2010 constatou que 25% (vinte e cinco por cento) das mulheres acreditam que eram tratadas de forma diferente pelas instituições financeiras, pois necessitavam da aprovação do cônjuge para viabilizar o financiamento.

Sob uma ótica mais otimista, em que pese as dificuldades das mulheres atreladas ao gênero, Jonathan (2003) revela que no contexto brasileiro, no setor de tecnologia, as mulheres têm desconstruído os estereótipos e preconceitos, uma vez que recentes estudos demonstram que é crescente o número de mulheres brasileiras que têm alcançado altos níveis de gerência. Entretanto, a autora também observa que o mesmo não ocorre com a porcentagem de mulheres donas de empresas de alta tecnologia.

No estado do Paraná, segundo dados fornecidos pelo SEBRAE, existem, atualmente, 500 (quinhentas) mil micros e pequenas empresas, sendo que as mulheres estão à frente de 30% (trinta por cento) delas (SEBRAE/PR, 2017).

Assim, em relação ao gênero e ao “pós-feminismo”, surge uma reflexão: o empreendedorismo feminino pode ser visto como uma ferramenta para o processo de liberdade feminina? Certamente sim, conforme explicado a seguir.

No capítulo anterior, restou demonstrado que a mulher empreendedora se trata da “pós-mulher”, pois se percebe como protagonista da própria história, possuindo diversas características em comum como, por exemplo: a criatividade; poder de iniciativa; capacidade de assumir riscos; determinação; comprometimento; otimismo; independência e construção do próprio destino (ALVES, 2014;

DORNELAS, 2008; LIPOVETSKY, 2000; TOURAINE, 2011), características estas que são inerentes às “pós-mulheres” e as “empreendedoras”.

As empreendedoras e também as “pós-mulheres” parecem encontrar um caminho para sustentar seu equilíbrio pessoal e obter satisfação, uma vez que conciliando afeto e trabalho, produção e reprodução, alcançam o bem-estar subjetivo, experimentando suas vidas de forma positiva:

A experiência de ser empreendedora proporciona satisfação às mulheres pois é mediadora de um forte sentimento de auto-realização, que se reflete em uma alta auto-estima. Por outro lado, sua grande satisfação decorre do fato de que o negócio próprio é algo com que se identificam, ao qual se dedicam com paixão e que lhes possibilita criar e afirmar seus próprios valores, na medida em que há autonomia, independência e liberdade para ter iniciativa e desenvolver idéias. Complementarmente, as empreendedoras derivam sua própria satisfação da satisfação dos clientes e do reconhecimento manifestado pelo mercado. (JONATHAN, 2005, p. 381)

A maior satisfação das mulheres empreendedoras se deve a capacidade de possuir e gerir seu próprio negócio, que, conseqüentemente, lhes atribui reconhecimento e poder de decisão, sendo possível, ainda o desenvolvimento de novas ideias. Por meio desta atividade empreendedora essas mulheres conquistam autonomia e independência, que lhes proporciona um sentimento de autorrealização.

Ainda, o fortalecimento dos movimentos feministas a partir da década de 1970 entrou em sintonia com o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil e avanços científicos na área, sendo que expansão dos empreendedores chegou a atingir níveis simétricos no ano de 2015, entre homens e mulheres donas da própria empresa, como já exposto.

As mulheres empreendedoras contemporâneas estão provocando uma verdadeira “revolução” no segmento empreendedor, assim como provocou o movimento feminista uma verdadeira “revolução das mulheres” que não tinham acesso aos seus direitos nos séculos e décadas passadas (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992).

Homens e mulheres foram afetados diretamente pela nova estruturação movida pelas mulheres em atividade empreendedora, impondo uma nova realidade

social no mundo das micro e pequenas empresas, onde cerca de metade delas já está sendo gerida por mulheres, conforme apontado nas pesquisas já apresentadas.

Neste viés, retoma-se a figura de Leila Diniz e sua “revolução simbólica” provocada na década de 1960. A autora Mirian Goldenberg (2008, 2016) analisou a trajetória pessoal traçada por Leila como símbolo de “mulher revolucionária” na década de 1960. Leila é vista como símbolo de “mulher livre” por viver de modo notório sua liberdade, sem ocultar qualquer tipo de pensamento ou ação de sua vida dos olhos da sociedade:

Sobre minha vida, meu modo de viver, não faço o menor segredo. Sou uma moça livre. A liberdade é uma opção de vida (Diário de São Paulo, 15/03/1970) (GOLDENBERG, 2016, p. 143)

Com seu comportamento transgressor e ousado, Leila Diniz agia e falava sem medo de repressões, sendo que dessa maneira contestou o modelo tradicional de mulher de sua época, abrindo novas possibilidades para todas as mulheres, que pensavam da mesma maneira, mas não tinham coragem de se expor:

Com a ideia de revolução simbólica pode-se compreender melhor a representação social de Leila Diniz como uma mulher revolucionária. Leila contribuiu para o reconhecimento de comportamentos femininos que contestavam a ética e a estética então existentes. Ela fazia e dizia o que muitas mulheres tinham o desejo de fazer e dizer mas não tinham coragem.

Os depoimentos que colhi para a minha tese de doutorado sobre a sua trajetória destacam que muitas mulheres faziam ou diziam as mesmas coisas que Leila, mas Leila dizia e fazia, acumulando assim reconhecimento dos que desejavam contestar o modelo tradicional de ser mulher. O reconhecimento que Leila conquistou está ligado a correspondência entre seus comportamentos efetivos e seu discurso. (GOLDENBERG, 2016, p. 143-144)

Para as mulheres, em um contexto geral, a década de 1960 inaugurou um “novo ciclo” (LIPOVETSKY, 2000, p. 218). A ideal de “fada do lar” já não tinha mais lugar, aumentando os artigos que evocavam a insatisfação feminina perante os papéis que lhe eram designados.

Naquele tempo o Brasil vivia uma forte repressão por meio da censura, o que levou até mesmo a Leila assinar um “termo de compromisso” junto ao Governo, onde se comprometia a não falar mais “palavrão”.

Hohlfeldt (1999) afirma que a principal característica da década de 1960, no Brasil, é a “contradição” e que ela se expressou em todos os campos: na atividade política, econômica e cultural, havendo “uma vontade de abertura para o mundo e, ao mesmo tempo, um voltar-se para dentro de si mesmo” (p. 38). O autor ressalta ainda que o maior anseio que “se tentou aprender” nesta década foi a liberdade.

Leila Diniz possuía, naquela época, um comportamento fora do “padrão feminino”, pois exercia seu comportamento e manifestava seu pensamento de maneira livre. Essa liberdade aqui retratada vai além da liberdade de consciência do indivíduo, mas se trata também da desvinculação das “amarras sociais” do senso moral inculcados pela cultura machista (PEDRO; GUEDES, 2010).

Ao posar de biquíni, grávida, não sendo casada, na sua época, Leila Diniz provocou um “choque” social. A “subversão” vista em Leila foi assimilada deste modo porque a mesma não se permitia comportar-se dentro da “lógica do padrão feminino” da década de 1960: não falar palavrão, não sair de biquíni grávida na praia, não falar sobre sexo, casar, ter filhos, etc.

Seguindo esse raciocínio, em um comparativo ao comportamento de Leila com as mulheres empreendedoras contemporâneas, ao tomar as rédeas dos seus próprios negócios, gerindo e administrando suas empresas, elas também estão se desvinculando das “amarras sociais do senso moral construído pela cultura machista”, uma vez que o lugar ocupado por elas, atualmente, não lhes “pertencia”.

Assim, o aumento progressivo de mulheres empreendedoras nos últimos anos pode ser vinculado ao período atual em que surge o “novo feminismo” e o novo modo de “ser mulher” na atualidade, onde a mulher prima pela sua independência e liberdade.

As mulheres empreendedoras produzem também uma “revolução simbólica” no mercado de trabalho, onde a maioria, até então, era composta por homens e realizam a mesma “revolução simbólica” que Leila Diniz quando permitiu-se falar em sexo em público, pregar o “amor livre” e ser autora da sua própria vida, sem medo de represálias.

Portanto, a atividade empreendedora pode ser vista como uma ferramenta de liberação, permitindo que as mulheres empreendedoras sejam mais livres em suas decisões do que outras mulheres que atuam no mercado de trabalho.

E essa liberdade vai além da emancipação⁵, permitindo que a mulher se torne independente e autônoma em todas suas decisões, ao passo que a emancipação seria uma “equiparação” jurídica, política e econômica com o homem:

Emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Corresponde à busca de igualdade. Libertar-se é querer ir mais adiante, marcar a diferença, realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente, dotado de plenitude humana e tão sujeito frente ao homem quanto o homem frente à mulher. (CHRISTO, 2001)

Almeida (2010) destaca que a liberdade feminina transformou as relações das mulheres em diversos campos (família, trabalho), bem como afetou diretamente suas questões sexuais, uma vez que o amor livre e troca de parceiros também entrou na pauta de reivindicações feministas.

Bento (2010) cita em Schopenhauer a ideia de liberdade como sendo uma condição de consciência e vontade do indivíduo:

Para Schopenhauer, ser livre é ter consciência da sua condição de ser humano limitado e incompleto. E aceitar esta condição de forma consciente e parcimoniosa. Neste sentido ser livre é querer conscientemente exercer a sua condição de liberdade, desta forma podemos afirmar que para Schopenhauer a liberdade é fruto da consciência e da vontade. (BENTO, 2010, p. 27)

Silva (2017) ressalta que a liberdade vista em Schopenhauer é um conceito negativo, pois pressupõe a ausência de obstáculos e diz respeito a apenas a vontade (liberdade física). A liberdade moral, que está vinculada ao “livre-arbítrio”, por sua vez, supõe que mesmo na ausência de obstáculos materiais (correntes, prisões) o indivíduo poderia agir indiferentemente em fazer ou não fazer o que tem vontade, sendo que a “ação do corpo se seguirá à resolução da vontade, mas sobre esta última, sobre o processo através do qual a vontade chega a querer alguma coisa, nada está decidido” (2017, p. 28).

A liberdade alcançada pelas mulheres empreendedoras e por Leila Diniz se refere, portanto, “como libertação, por um lado, mas como liberdade, por outro, e ao

⁵ O conceito de emancipação feminina possui uma discussão muito extensa e particular dentro da leitura de emancipação humana trazida por Marx. Sendo assim, a presente pesquisa traz o conceito em comparação apenas com a liberdade e não serão aprofundadas as noções a esse respeito, mas apenas no que se refere a sua diferença em relação à liberdade trazida no contexto da pesquisa.

menos tanto quanto busca de produção de si mesmo contra todos os determinismos sociais, culturais, psicológicos ou políticos, que reduzem um indivíduo a mero consumidor”. (TOURAINÉ, 2011, pp. 181-182)

Mirian Goldenberg (2008, 2016) discute a liberdade como um desprendimento da condição de mulher imposta pela sociedade. Não necessariamente como uma emancipação, mas sim como uma libertação do comportamento feminino que era “adequado” às mulheres da época. Como a própria autora destaca, Leila falava e fazia o que pensava, ao passo que as demais mulheres de seu tempo que também faziam não falavam, por medo de repressão moral/social.

Leila também tinha essa consciência de que sua liberdade pessoal não era “completa”. Apesar de não se importar com o que a sociedade pensava de suas ações, ela teve alguns momentos de “privação” de sua própria vontade por circunstâncias externas:

Não me considero totalmente livre. Tenho muita liberdade interior, faço o que quero e não ligo para o que falem. Mas, para ser inteiramente livre é preciso que haja também uma liberdade exterior, e esta não há. Não tenho preconceitos, nem mesmo contra os que têm, porque gosto muito das pessoas e por isso as entendo. Não sou intelectualizada, sinto as coisas simplesmente. Não vou deixar de gostar de uma pessoa só porque ela vê televisão. A única coisa que me arrependo de não ter feito foi um filho com uma determinada pessoa. Não fiz porque considerei muito, raciocinei nas formas ajuizadas – aliás, uma das poucas vezes em que usei essas formas, e me arrependi terrivelmente. O que a gente sente forte e grande aqui dentro deve ser feito. O fato é que é muito difícil eu me fixar num [homem] só. Não quer dizer que eu não ame a um especificamente, e é isto que os homens não entendem. Se eu sou uma ameaça à paz dos brasileiros? Ao contrário, estou aqui para dar paz a eles. (Leila Diniz apud GOLDENBERG, 2008, p. 200)

Na entrevista dada ao “O Pasquim” em novembro de 1969, Leila Diniz falou abertamente de sua vida pessoal, suas escolhas profissionais, seu modo de “amar”, bem como falou o que pensava sobre o casamento e falou contra a censura. Usando uma linguagem totalmente “livre” e transgredindo as regras de comportamento da época, a referida entrevista teve uma enorme repercussão social.

Nos dias atuais Leila é lembrada como uma mulher “revolucionária”, sendo que Mirian Goldenberg (2008) atribui a este fato uma articulação de diversos elementos de sua trajetória que culminaram com a construção desta figura.

Do mesmo modo as mulheres empreendedoras atuais podem ser vistas como transgressoras de seu tempo, uma vez que o lugar atualmente ocupado por elas não lhes pertencia em um passado não muito distante. Elas conquistaram suas carreiras e definiram seu espaço social a partir de sua própria atuação pessoal, onde alcançaram uma liberdade ainda necessária em outros campos do mercado de trabalho.

Portanto, constata-se que a emancipação feminina tem como uma de suas ferramentas de expansão a atividade empreendedora feminina, trazendo às mulheres contemporâneas a libertação em suas escolhas e carreiras e construção social de si mesmas.

Logo, estimula-se a reflexão para passar ao próximo ponto do estudo: se o empreendedorismo significa uma ferramenta para a liberdade feminina na atualidade, como seria compreendido o sucesso nas vidas destas mulheres?

2.3 Mulheres empreendedoras e seus “capitais”

Ao analisar as mulheres da sociedade carioca, desde a década de 1988, Mirian Goldenberg dedicou-se a buscar respostas para diversas questões, dentre elas: “afinal, o que querem as mulheres?” (GOLDENBERG, 2011); “por que determinados homens se casam com mulheres mais velhas?” (GOLDENBERG, 2017), todas estas com foco nas relações conjugais da cultura brasileira.

Assim, ao discutir o papel do corpo como forma de capital físico, simbólico, social e verificar as diferenças, semelhanças, conflitos e contradições em “ser homem” e “ser mulher”, bem como ambos estão lidando com as mudanças nos papéis de gênero, tanto em discursos femininos quanto em discursos masculinos, Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014) constatou que, no Brasil, o corpo “belo e jovem” pode ser considerado um verdadeiro “capital”.

Acerca da reflexão de Gilberto Freyre (1987), que buscou analisar o corpo da mulher brasileira, Mirian Goldenberg (2006) percebe uma preocupação da mulher brasileira em imitar os modelos de padrão de beleza europeus, e de permanecerem jovens, sendo que esta preocupação cresceu enormemente com os novos modelos de mulheres a serem “imitadas”: magras, jovens e belas. A partir desta imitação

surgiriam os novos corpos e comportamentos de cada cultura, culminando em uma “construção cultural do corpo”.

Dentro desta lógica, Goldenberg (2006) conclui que “o corpo e a aparência juvenil”, no Brasil, se tratam de verdadeiros capitais, uma riqueza, um veículo de ascensão social, visto que se trata de categoria presente na maioria dos discursos dos seus entrevistados:

[...] No Brasil, e mais particularmente no Rio de Janeiro, o corpo trabalhado, cuidado, sem marcas indesejáveis (rugos, estrias, celulites, manchas) e sem excessos (gordura, flacidez) é o único que, mesmo sem roupas, está decentemente vestido (GOLDENBERG e RAMOS, 2002). Pode-se pensar, neste sentido, que, além do corpo ser muito mais importante do que a roupa, ele é a verdadeira roupa: é o corpo que deve ser exibido, moldado, manipulado, trabalhado, costurado, enfeitado, escolhido, construído, produzido, imitado. É o corpo que entra e sai da moda. A roupa, neste caso, é apenas um acessório para a valorização e exposição deste corpo da moda. Se o corpo é a imagem da sociedade, que sociedade é essa que está representada nos corpos dos brasileiros? Na última década, tenho me preocupado em pensar sobre que modelo de corpo tem prestígio em nossa cultura e, conseqüentemente, qual é o corpo que é imitado (ou desejado) pelas mulheres e, também, pelos homens. O início desta minha preocupação pode ser verificado no livro “Nu & Vestido” (2002), onde reuni resultados de ampla pesquisa realizada com 1279 moradores da cidade do Rio de Janeiro, analisando seus valores e comportamentos. Pesquisando, desde 1988, os novos e velhos arranjos conjugais em nossa sociedade, fui surpreendida por uma categoria extremamente presente no discurso de meus pesquisados: O Corpo. (2006, p. 118)

Além disso, a autora também verifica que além do corpo, a falta de homem é uma característica marcante no discurso das brasileiras. Assim, a partir destes depoimentos Goldenberg constatou que além do corpo (belo e jovem), existe outra riqueza extremamente valiosa para estas mulheres na figura do “marido”, ao qual denomina “capital marital”:

Ter um marido, um casamento considerado sólido e satisfatório é considerado um verdadeiro capital para as brasileiras. Elas se sentem duplamente poderosas, pois, além de terem um marido, acreditam que são mais fortes, independentes e interessantes do que ele. Em um mercado de casamento em que os homens são escassos, principalmente na faixa etária pesquisada, as casadas sentem-se poderosas por terem um produto raro e altamente valorizado por outras mulheres. Também se sentem superiores, únicas e imprescindíveis para os seus maridos. Com certeza, seria mais adequado chamar esta riqueza que parece ser tipicamente

brasileira, ao menos quando comparada ao que as alemãs valorizam, de *capital marital*. Mas, mesmo perdendo um pouco da precisão da ideia, parece mais elegante denominá-la de *capital marital*. (GOLDENBERG, 2011, p. 56-57)

Para Bourdieu (2007), o capital seria um conceito que analisa a quantidade de acúmulo de forças dos agentes em suas posições de campo. O campo de poder, por sua vez, seria a relação de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um “quantum” suficiente de força social (ou de capital) de modo a que estes tenham possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder:

Pierre Bourdieu (2007) afirmou que as espécies de capital (econômico, cultural, social, político, simbólico, físico, entre outros) são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado. A cada campo corresponde uma espécie de capital particular, ou mais de uma, que funciona como poder e como algo em jogo, neste campo. Portanto, diferentes campos colocam em jogo diferentes capitais, podendo um capital ser extremamente valioso em um campo e não ter o menor valor em outro. No Brasil contemporâneo, acredito que o corpo funciona como um importante capital nos mais diversos campos, mesmo naqueles em que, aparentemente, ele não seria um poder ou um mecanismo de distinção (GOLDENBERG, 2012, p. 48)

Neste sentido, o “capital cultural” seria uma metáfora criada para explicar como a “cultura” em uma sociedade dividida em classes, se transforma em uma “moeda” que as classes dominantes utilizam para acentuar as diferenças. Assim, a “cultura” se transforma em instrumento de dominação e as classes dominantes impõem às classes dominadas sua própria cultura dando-lhe valor incontestável (RHODES, 2014).

Já o “capital simbólico” seria, de um modo geral, a medida do “prestígio” ou de “carisma” que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo, permitindo, assim que este indivíduo desfrute de uma posição de destaque:

[...] O capital simbólico seria outro modo de designar o que Max Weber chama de carisma se, prisioneiro da lógica das tipologias realistas, aquele que sem dúvida melhor compreendeu que a sociologia da religião era um capítulo, e não o menor, da sociologia do poder, não tivesse feito do carisma uma forma particular do poder em vez de ver nele uma dimensão de todo poder, ou seja, outro nome da legitimidade, produto do reconhecimento ou do desconhecimento, ou da crença (esses quase sinônimos) "em virtude da qual as pessoas que exercem autoridade são dotadas de

prestígio". A crença define-se pelo desconhecimento do crédito que ela confere a seu objeto e que contribui para os poderes que esse objeto tem sobre ela, nobreza, notoriedade, prestígio, reputação, honra, renome, ou ainda dom, talento, inteligência, cultura, distinção, gosto — projeções da crença coletiva que a crença crê descobrir na natureza de seus objetos. Esnobismo ou pretensão são disposições de crenças, incessantemente assombrados pelo medo do erro, da falha no tom ou do pecado contra o gosto e inevitavelmente dominados pelos poderes transcendentais a que se entregam pelo simples fato de reconhecê-los, arte, cultura, literatura, alta costura ou outros fetiches da alta sociedade e pelos depositários desses poderes, árbitros arbitrários da elegância, costureiros, pintores, escritores ou críticos, simples criações da crença social que exercem um poder real sobre os crenças, quer se trate do poder de consagrar os objetos materiais transferindo para eles o sagrado coletivo ou do poder de transformar as representações daqueles que delegam a elas seu poder (BOURDIEU, 2013, p. 113-114).

Assim, Goldenberg (2006) conclui que o “corpo” e o “marido” aparecem como valores fundamentais na convivência de novas formas de conjugalidade, sendo verdadeiros capitais. O corpo toma a figura central nos discursos dos desejos e anseios suportados pela maioria de suas entrevistadas (mulheres cariocas, na faixa dos 40 anos), “tanto nas respostas sobre inveja, admiração e atração, como nas que procuram um parceiro amoroso, o corpo aparece como um valor fundamental” (2006, p. 119).

A valorização do “capital marital” acaba por superar até mesmo o “corpo” como capital, pois as mulheres entrevistadas por Goldenberg (2012) que possuíam mais beleza do que as mulheres que possuíam casamentos sólidos apresentaram muito mais queixas e lamúrias do que as que estavam fora do padrão do corpo ideal.

Nesse sentido, essa observação trazida por Goldenberg (2012) inspira a presente pesquisa na medida em que, no decorrer da compreensão da realidade da mulher empreendedora, serão observados quais seriam os “capitais” das mulheres empreendedoras contemporâneas.

Isso porque, consoante observado por Goldenberg (2012), que fez uma análise comparativa de pesquisas entre as mulheres brasileiras e as mulheres alemãs, restou demonstrado que estes capitais (corpo e marido) não têm a mesma importância nesses dois “universos”. Para as alemãs, suas carreiras profissionais estão muito mais presentes em seus discursos, ao passo que as brasileiras centram o seu discurso na figura masculina:

As alemãs me pareceram muito mais individualizadas e independentes da figura masculina. Elas enfatizaram muito em seus discursos a realização profissional, o respeito e o reconhecimento que conquistaram no mundo do trabalho. Ouvi, durante muitas horas, relatos sobre as disputas que venceram em suas profissões. Já as brasileiras falaram a maior parte do tempo sobre o homem, seja pela presença dele em suas vidas, altamente valorizada e necessária para a sua satisfação, seja para reclamar de sua falta (GOLDENBERG, 2012, p. 53)

Neste sentido, para as mulheres alemãs pesquisadas por Goldenberg (2012) possuem outros “capitais”, uma vez que a “realização profissional”, “respeito” e o “reconhecimento” estão presentes em seus discursos de maneira muito clara e objetiva:

Em minha observação comparativa destes dois universos, as alemãs me pareceram muito mais confortáveis com o seu envelhecimento do que as brasileiras. Observei mulheres que pareciam muito poderosas na Alemanha, objetivamente (em suas profissões e relações conjugais), mas, também, subjetivamente. No Brasil, tenho observado um abismo enorme entre o poder objetivo das mulheres pesquisadas, o poder real que elas conquistaram em diferentes domínios (sucesso, dinheiro, prestígio, reconhecimento, e, até mesmo, a boa forma corpo, insônia, doença, medo, solidão, rejeição, abandono, vazio, falta, invisibilidade e aposentadoria). Observando a aparência das alemãs e das brasileiras pesquisadas, as últimas parecem muito mais jovens e em boa forma do que as primeiras, mas se sentem subjetivamente muito mais velhas e desvalorizadas do que elas. A discrepância entre a realidade objetiva e os sentimentos subjetivos das brasileiras me fez perceber que aqui o envelhecimento é um problema muito maior, o que pode explicar o enorme sacrifício que muitas fazem para parecer mais jovens, por meio do corpo, da roupa e do comportamento. Elas constroem seus discursos enfatizando as faltas que sentem, e não suas conquistas objetivas. (GOLDENBERG, 2012, p. 53-54)

Do mesmo modo que as alemãs, Leila Diniz também possuía outros capitais, que não o “corpo” e o “marido”. Suas atitudes revolucionárias questionavam os valores sociais da época, impostos pela sociedade conservadora e machista:

Leila encarnou ao extremo características, marcas e sinais que contrariavam os setores mais conservadores, fazendo delas os elementos indispensáveis para o seu sucesso. Superou o que poderia ser percebido como deficiências no campo artístico (indisciplina, inexperiência, ausência de “escola”) em capital, ao elaborar sua trajetória artística através de papéis em que representa a si mesma ou a pessoas de seu próprio mundo (GOLDENBERG, 2012, p. 167).

Em uma entrevista ao jornal “O Pasquim”, a própria Leila Diniz também destacou que não via o casamento como um valor fundamental (“capital”), aproximando-se, assim, mais do discurso das mulheres alemãs do que das mulheres brasileiras, como um novo modelo de “ser mulher”:

[...] Jaguar – Você disse há pouco que às vezes é bom ter um maridinho do lado.

Leila – Eu não sou uma pessoa vinda de Marte. Eu nasci em 1945 e fui criada por uma família burguesa, razoavelmente bacana, mas eu tenho todos esses problemas dentro de mim. Evidentemente, eu também procuro um pai, um pouco. Tanto eu quero isso que eu sou sozinha. Mas, pra mim, é mais importante as coisas em que eu acredito. Por isso, abro mão dessa proteção pra continuar no meu caminho (GOLDENBERG, 2008, p. 277-278)

Portanto, pela análise teórica elencada, verifica-se que as mulheres alemãs e Leila Diniz possuíam outros capitais que não eram o “corpo” e o “marido”. E as mulheres empreendedoras, objeto da presente pesquisa, teriam outros “capitais” em suas concepções atuais?

Goldenberg afirma que o envelhecimento é visto, pelas brasileiras, como um momento de “grandes perdas” ao passo que para as alemãs envelhecer pode ser muito satisfatório e libertador, pois estão inseridas em uma cultura com valorização de outros capitais:

Em uma cultura, como a brasileira, em que o corpo é um importante capital, o envelhecimento pode ser vivenciado como um momento de grandes perdas (de capital). Em uma cultura, como a alemã, em que os capitais mais valorizados são outros, como o profissional, o científico e o cultural, o envelhecimento pode ser vivido como um momento de inúmeros ganhos e de muitas realizações e, especialmente, de extrema liberdade. Liberdade também muito valorizada, ainda que tardiamente, pelas brasileiras pesquisadas. (GOLDENBERG, 2012, p. 65)

Neste sentido, com base nas categorias definidas por Pierre Bourdieu (1987) e Mirian Goldenberg (2006, 2011), se o corpo é visto com um “valor fundamental”, “veículo de ascensão social”, seria também o sucesso das empreendedoras, objeto do presente estudo, visto como um verdadeiro capital por estas mulheres? Estariam estas empreendedoras mais próximas aos pensamentos das mulheres brasileiras pesquisadas por Goldenberg (2012) ou estariam em maior sintonia com os

pensamentos das mulheres alemãs e da própria Leila Diniz no que se refere aos seus valores fundamentais?

A hipótese aqui levantada serve como instrumento estimulante para a reflexão, uma vez que no capítulo seguinte será abordada a metodologia escolhida para a pesquisa, qual seja a pesquisa qualitativa, que será realizada a partir dos relatos de histórias de vidas das mulheres empreendedoras selecionadas, no intuito de esclarecer a hipótese mencionada.

3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Considerando as características do objeto de estudo bem como as hipóteses já mencionadas no decorrer da pesquisa, a metodologia adotada se deu a partir de uma pesquisa qualitativa, com entrevista semi-estruturada, por meio de roteiro, em uma abordagem interpretativista das histórias de vida de mulheres empreendedoras localizadas na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná.

Nesta pesquisa buscou-se compreender a realidade vivida por estas mulheres empreendedoras na atualidade, bem como foram analisados seus aspectos profissionais e pessoais a partir da percepção que as referidas mulheres possuem de si mesmas. Por meio desta análise se percebeu, ainda, como estas mulheres estão vivenciando os papéis de gênero na contemporaneidade.

Também se buscou compreender qual o valor fundamental para estas mulheres e se o sucesso em suas carreiras pode ser visto como um capital, assim como o “corpo” e o “marido” foram valorizados nos estudos de Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014).

3.1 Pesquisa qualitativa e abordagem interpretativista

Como bem observado por Goldenberg (1997), na pesquisa qualitativa a quantidade de pessoas não é uma preocupação central, uma vez que o intuito é o “aprofundamento da compreensão” de um dado grupo social.

Neste sentido, a referida pesquisa não possui dados padronizáveis, devendo o pesquisador ter cautela na coleta e análise dos dados, sob pena de não atingir bons resultados. A proposta deste tipo de metodologia, portanto, é compreender o objeto de estudo em seus próprios termos (GOLDENBERG, 1997).

Além disso, o sucesso das pesquisas qualitativas vem do interesse real e respeito pelos pesquisados; da flexibilidade e criatividade em explorar novos problemas; da simpatia do pesquisador pelo objeto pesquisado; da sensibilidade para saber o momento de encerrar a entrevista e da disposição para “ouvir” (GOLDENBERG, 1997).

A metodologia qualitativa pode levantar questões éticas no que se refere à proximidade do pesquisador com o objeto pesquisado. Segundo Martins, podem surgir consequências para a vida das pessoas de intromissões de indivíduos portadores do saber, pois “a presença de pesquisadores, muitas vezes disfarçada, pode envolver os observados, pode manipulá-los de acordo com seus interesses e objetivos, introduzindo tensões, provocando rupturas” (2004, p. 295).

Neste sentido, Goldenberg (1997) alerta que é tarefa do pesquisador reconhecer o “bias” para prevenir que sua interferência influencie diretamente suas conclusões. O “bias” a que Goldenberg se refere é um termo amplamente utilizado (em inglês), para definir o termo “preconceito”; “parcialidade”; “viés”. Assim, é fundamental que sejam detalhados todos os passos da pesquisa, o que pode evitar o bias do pesquisador.

Também é importante que o pesquisador que tenha uma afinidade política com seu objeto de estudo se mantenha vigilante para que não se torne um “militante” no lugar de cientista, pois assim o conhecimento se transforma em ideologia, não em ciência:

Seja como cientistas (ou mesmo como assessores), a nossa relação com o outro, que também é sujeito portador de um conhecimento, não deve ser marcada pela intenção de fornecer uma direção, segundo um projeto político que é o nosso. Ou de olhar para o “nosso objeto” a partir de uma concepção política que, antes de permitir uma análise objetiva, nos leve a realizar avaliações. Temos que fornecer um conhecimento que ajude esses sujeitos a se fortalecerem enquanto sujeitos autônomos, capazes de elaborar o seu projeto de classe. Autonomia dos sujeitos pressupõe a liberdade no uso da razão. O papel dos cientistas deve ser, portanto, o de fornecer um conhecimento que ajude o outro a se fortalecer como sujeito autônomo capaz de elaborar seu próprio projeto político. A autonomia dos sujeitos pressupõe precisamente a liberdade no uso da razão. Não cabe ao cientista reforçar ideologias existentes, mas fornecer instrumentos para desvendá-las e superá-las. (MARTINS, 2004, p. 296).

Em que pese às referidas situações, Minayo (2001) afirma que o lado positivo da pesquisa qualitativa é que “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (2001, p. 21-22).

Gilberto Velho (1978) destaca que o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo é inevitável, mas não constitui um defeito.

Sobre a abordagem interpretativista, esta compreende a sociedade sob o ponto de vista do indivíduo participante na investigação, ao invés do observador, em uma realidade considerada subjetiva. Essas características se adequam ao propósito da pesquisa qualitativa na busca do entendimento do mundo social. Cabe ao pesquisador social compreender esse mundo por meio da perspectiva dos indivíduos participantes, além da sua própria. Essa capacidade de observar o mundo faz com que a pesquisa qualitativa se torne apropriada para esse tipo de estudo em investigação social (SNAPE; SPENCER, 2003).

Assim, a pesquisa qualitativa não possui regras específicas e passos a serem criteriosamente seguidos, pois depende apenas da subjetividade do pesquisador, o que permite um potencial de pesquisa extremamente real, permitindo uma compreensão da realidade em profundidade do indivíduo em si mesmo.

Cada vida é única e singular, mas que pode ser vista dentro de uma universalidade o que possibilita a leitura de uma sociedade através de uma biografia (FERRAROTTI, 2007).

O propósito da utilização da metodologia baseada na pesquisa qualitativa foi ouvir as mulheres empreendedoras e compreender suas vidas, pois puderam expressar suas visões e entendimentos a respeito das hipóteses já elencadas ao longo da investigação.

Neste sentido, Ferrarotti (2007) destaca que a história de vida é algo "vivido", com seu próprio significado. Para compreendê-lo é necessário "habitá-lo", estabelecendo uma relação significativa na qual a identidade pessoal do pesquisador não pode prevalecer:

A história da vida é um texto. Um texto é um "campo", uma área mais definida. É algo "vivido": com origem e desenvolvimento, com progressões e regressões, com contornos muito precisos, com suas figuras e seu significado. Devo abordar este texto com humilde atenção, silenciando o "aventureiro interior". É necessário abordar o texto com cuidado e respeito devido a alguém que não seja a si mesmo. Você entra no texto. Não é suficiente lê-lo com a atenção externa daqueles que lêem apenas para se informar. É necessário "habitá-lo".

É assim que eu entro o texto da história da vida. A aldeia. Eu estabeleço com ele um relacionamento significativo em que nem minha identidade nem a alteridade do texto tendem a prevalecer. Eu

leio com calma, e é assim que as áreas problemáticas emergem do texto, aquelas em que a história se move mais rapidamente, momentos de crise tornam-se preciosos, epifânicos e reveladores. A história da vida então me aparece como uma história de constrições que pesam no indivíduo - um conjunto de condições mais ou menos determinantes - e, ao mesmo tempo, como um complexo de estratégias de libertação que o indivíduo coloca em jogo, aproveitando as "boas ocasiões" (FERRAROTTI, 2007, p. 28, tradução nossa).

A entrevista semi-estruturada foi escolhida como técnica por permitir uma coleta de informações de forma mais livre, sem vincular as respostas a um padrão de alternativas, favorecendo, assim, a descrição dos fenômenos sociais e sua explicação e compreensão na sua totalidade (MANZINI, 2003; TRIVIÑOS, 1987). Desse modo, a elaboração do roteiro além de servir como ferramenta de coleta de informações também se transforma em ferramenta de interação com o participante.

Stevenson (1990) afirma que a melhor maneira de desvendar as relações na esfera da mulher empreendedora é entrevistá-la e permitir que ela explique seus relacionamentos, sendo que o presente método possibilita essa questão.

Portanto, a metodologia aqui designada tem o intuito de demonstrar e compreender a realidade vivida por estas mulheres empreendedoras, de maneira aprofundada.

3.2 Procedimento de coleta de dados

Como procedimento para a coleta de dados, para contar as experiências vividas pelas mulheres empreendedoras, utilizou-se a entrevista semi-estruturada como técnica.

A aplicação de entrevistas, segundo Creswell (2010) é favorável quando os indivíduos não podem ser diretamente observados; assim podem informar dados históricos ao pesquisador para coordenar a linha do questionamento, bem como redirecionar quando houver necessidade.

No presente caso, a pertinência em utilizar essa técnica para a compreensão da realidade das mulheres empreendedoras encontra-se justamente no propósito de

se buscar conhecer as experiências profissionais e pessoais vivenciadas por elas, bem como o universo simbólico envolto à questão de estudo (TANURE, 2014).

Com o apoio de algumas “perguntas-chaves”, o propósito da entrevista semi-estruturada foi ouvir as participantes, sem interromper seus raciocínios, permitindo que as mesmas relatassem suas experiências vividas de modo fluido. Os tópicos foram inseridos nas conversas, permitindo que as participantes pudessem expressar suas opiniões e experiências sobre “sucesso”, “liberdade” e “gênero”, a partir de suas experiências vividas.

O roteiro foi elaborado de modo aberto, permitindo uma interação da pesquisadora com a entrevistada, de maneira que, caso ela não comentasse espontaneamente alguns dos tópicos colocados, a pesquisadora estimularia a fala neste sentido, porém sem interferir na opinião pessoal das mesmas. Por isso, as perguntas foram objetivas, com a finalidade de não permitir indução de respostas.

Algumas entrevistas fluíram de modo que apenas a pergunta inicial foi feita de maneira direta, sendo que as repostas para os tópicos seguintes foram sendo expostas pelas próprias participantes de modo espontâneo.

No início de cada entrevista foi esclarecida a finalidade da participação das mesmas e informado que seus nomes e identidades de suas empresas seriam devidamente preservados e que a proposta era ouvir suas histórias de vida e suas experiências pessoais como mulheres na atividade empreendedora.

Uma pergunta-chave era lançada para a entrevistada logo no começo: “O que aconteceu em sua vida que te fez chegar até aqui?”

Apesar da referida pergunta parecer muito subjetiva, podendo adotar diversos caminhos, todas as entrevistadas começaram seus relatos com foco na sua atividade empreendedora.

Em um contato inicial com as entrevistadas, o propósito desta questão logo no começo da entrevista tinha a finalidade de conhecer suas origens e suas personalidades, bem como estimular que relatassem quais foram os primeiros desafios que as mesmas enfrentaram e suas razões em empreender.

4 ANÁLISE DOS RELATOS DAS EMPREENDEDORAS E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

O presente capítulo foi abordado com base nas entrevistas que ocorreram com as mulheres empreendedoras selecionadas para a pesquisa que relataram seus comportamentos na atividade empreendedora.

Descrever e compreender a atividade empreendedora nas vidas das mulheres selecionadas, com base em seus relatos, bem como constatar quais são seus preceitos fundamentais, com inspiração nos estudos realizados pela antropóloga e escritora Mirian Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014) que traz a figura do “corpo” e do “marido” como capitais para as mulheres brasileiras, foi o eixo central do presente capítulo.

Na primeira parte, foram descritas as trajetórias profissionais das quatro mulheres selecionadas, no intuito de conhecer suas personalidades e suas histórias de vida na atividade empreendedora, os caminhos tecidos e as escolhas que as trouxeram até a situação profissional atual. Também se fez um comparativo entre as características das mulheres empreendedoras e as características percebidas na “pós-mulher” para demonstrar que as empreendedoras participantes vivenciam o “pós-feminismo” no seu cotidiano.

Em seguida, foi realizada análise de seus relatos e comportamentos como empreendedoras, sob a perspectiva de gênero, onde as mesmas descreveram suas dificuldades, desafios e o modo como superaram, demonstrando como vivenciam o seu comportamento nas relações de gênero na contemporaneidade. Também revelam as alianças existentes entre as mulheres, o comportamento dos homens que lhe são subordinados, seus “jogos de cintura” ao lidar com “cantadas”, as novas formas de lidar com seus problemas, suas opiniões sobre as mulheres submissas e a conciliação que têm com a criação dos filhos juntamente com suas carreiras de empresárias.

Por fim, foram analisados os preceitos fundamentais nas vidas destas mulheres empreendedoras, suas percepções sobre o sucesso e a liberdade na atividade empreendedora, bem como os reflexos provocados em suas esferas pessoais. Nesta etapa final, foram verificadas semelhanças no comportamento das

participantes que se assemelham à revolução comportamental provocada por Leila Diniz (GOLDENBERG, 2008).

4.1 Mulheres empreendedoras participantes

Os critérios utilizados para as participantes da pesquisa consistiram em escolha de mulheres que tivessem sua própria empresa e que estas estivessem situadas na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Ao todo, foram selecionadas 4 (quatro) mulheres, cujos nomes foram citados aleatoriamente por diversas pessoas da sociedade, que possuíam conhecimento de suas histórias de empreendedorismo e foram indicadas para o presente estudo, de modo informal.

O ponto em comum entre todas as participantes é que são empresárias e atuam profissionalmente na cidade de Foz do Iguaçu/PR, estando em plena atividade empresarial, sendo que todas se consideram mulheres de sucesso. Essas mulheres possuem orientação heterossexual, pertencem ao círculo de relacionamento pessoal da pesquisadora e tiveram seus nomes citados, aleatoriamente, por diversas pessoas que souberam da referida pesquisa com mulheres de sucesso e tem referência dessas participantes em suas atividades.

Em um primeiro momento, o contato com elas ocorreu por meio das redes sociais (“Facebook” e “Whatsapp”), de modo privado, onde a pesquisadora verificou a disponibilidade delas para a participação na presente pesquisa.

No contato inicial, nada foi detalhado, apenas realizado um convite para a participação em uma pesquisa com mulheres empreendedoras de sucesso, para estudo desenvolvido junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no Programa de Mestrado.

Inicialmente, todas concordaram em colaborar e se demonstraram disponíveis para o encontro a ser agendado, onde seria feito o contato de modo presencial, mesmo sem saber maiores detalhes sobre o que lhes seria perguntado.

Das quatro mulheres, apenas uma não perguntou sobre o tempo de duração da entrevista, sendo que as demais indagaram sobre o tempo necessário para a

conversa pessoal a fim de programarem uma data certa e menos atribulada para tanto.

Todas as entrevistas foram realizadas de modo presencial, nos meses de novembro e dezembro de 2017, sendo que a maioria ocorreu na própria empresa da entrevistada e apenas uma das participantes optou por um restaurante, durante seu horário de almoço, com a finalidade de otimizar seu tempo.

As entrevistas duraram cerca de uma hora e foram gravadas com o consentimento das participantes. Após transcrição das gravações, realizou-se uma análise de dados dos relatos, focalizando cada um dos tópicos da entrevista.

Apenas uma das entrevistadas demonstrou desconforto com a gravação que estava sendo feita pelo celular, sendo que com esta participante a entrevista acabou sendo dividida em duas partes: a primeira meia hora sobre a sua história como empreendedora (gravada) e a segunda meia hora, quando foi desligado o celular e a mesma ficou mais a vontade para contar sua história de vida, em geral, em detalhes.

Ao final da entrevista, todas assinaram um termo de consentimento, onde consta a permissão para o uso dos seus relatos de vida e responsabilidade da pesquisadora na preservação de suas identidades e finalidade estritamente acadêmica.

As identidades destas mulheres, bem como o nome de suas empresas, não foram divulgadas, e foram criados nomes fictícios para designá-las de modo anônimo, são elas: Vilma, Diana, Jane e Vera.

4.1.1 Vilma: “eu me sinto realizada”

Vilma tem 59 anos, é viúva, possui curso superior e é proprietária de uma floricultura na cidade de Foz do Iguaçu. Atua há 34 anos no mesmo segmento, que se ramificou em outras atividades comerciais e administra seus negócios juntamente com seus filhos. Em decorrência da morte do seu marido quando seus filhos ainda eram pequenos, teve que assumir todos os negócios da família sozinha, além da floricultura que já geria.

Ela se considera uma empreendedora de sucesso e uma pessoa realizada pela sua história de superação de desafios. Vilma conseguiu contornar o fato ter que

lidar com todos seus negócios sem o apoio de seu marido, por ocasião do falecimento dele, mas ela acredita que sua vontade pessoal em “vencer” a guiou ao caminho que chegou hoje.

Em 2016, ela foi homenageada com um prêmio “Guerreira do Comércio” em reconhecimento pela sua história de superação de desafios na atividade empreendedora:

Acho que a coisa andou mais pela **minha vontade, de querer crescer e vencer**, né? Vencer, sei lá, eu sempre falo pros meus filhos, a gente tem um nome pra zelar né? (Vilma, grifo nosso)

A responsabilidade pessoal trazida pelas empreendedoras na construção de seus destinos, metas e vidas, percebidos nos relatos de Vilma e das demais participantes demonstra a capacidade que todas têm em atuar por si próprias, na construção de sua própria identidade.

Lipovetsky (2000) ressalta que uma característica da mulher pós-moderna é a recusa de uma identidade exclusiva de “mãe” e “esposa”, sendo que o trabalho exercido por ela se transforma em um meio de realização pessoal.

Os relatos demonstraram que as mulheres empreendedoras são atrizes de sua própria história e suas identidades femininas se compõem a partir de suas atividades empresariais, não atendendo somente ao papel exclusivo de “mãe” e “esposa”, sendo que no caso de Vilma a própria perda súbita de seu marido e necessidade de assumir a responsabilidade pelos negócios da família, que gerava o sustento de todos, reforçou sua capacidade de superar seus desafios pessoais, fazendo de seus próprios problemas uma oportunidade de crescimento pessoal.

Neste sentido, se percebeu no relato de Vilma e das demais participantes, a todo tempo, uma manifestação de vontade de se afirmarem como protagonistas de sua própria história. Elas possuem vontade em conquistar uma identidade profissional plena, bem como o desejo de serem reconhecidas a partir do que “fazem” (LIPOVETSKY, 2000, p. 224).

Assim, como já relatado no primeiro capítulo, a figura da “pós-mulher” no contexto das relações de gênero contemporâneas pode ser aplicada ao contexto vivido por todas as empreendedoras participantes, cujas características se alinham perfeitamente entre si.

4.1.2 Diana: “sucesso é o reconhecimento daquilo que você faz bem e bem feito”

Diana tem 38 anos, é casada e possui curso superior completo. Trabalha no ramo de alimentos e tem um restaurante na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Está há 8 (oito) anos na atividade empreendedora, tendo iniciado seu próprio negócio após verificar uma oportunidade na região, com um produto comum mas de boa qualidade. Com o apoio de seu irmão e com muita determinação, conseguiu abrir seu próprio restaurante.

Além dos desafios agregados em sua jornada empreendedora, Diana veio do interior do estado do Tocantins para Foz do Iguaçu, no Paraná, sem conhecer ninguém, ainda muito jovem, com 17 anos, para trabalhar como babá na casa de uma família. Ela demonstra muita determinação e vontade de “vencer” ao longo de todo seu relato, passando por muitas atribulações até chegar ao estágio atual.

Aos 17 anos de idade atravessou o país, vindo do interior do Tocantins motivada apenas pela vontade de “mudar de vida” e por seu crescimento pessoal:

Eu morava na roça lá em Tocantins e a gente foi pra cidadezinha estudar e a minha mãe começou a vir pro Paraguai fazer compra na década de 90. [...] ela fez amizade com a mulher do restaurante e a mulher do restaurante tinha uma criança [...] ela falou pra minha mãe: “ah eu gostaria de ter uma menina que morasse lá em casa pra poder levar meu filho na escola e tal”. A minha mãe falou assim: “eu vou arrumar uma pra você”. Quando chegou lá na nossa casa, a mãe comentou, e daí eu falei assim: “eu quero!” eu já tava cansada de morar em casa de parente, eu falei assim: “eu quero!” Ela falou: “você é louca minha filha!”, eu falei: “não, pode arrumar pra mim que eu vou!” e nisso a mulher mandou o dinheiro da passagem daqui que nós não tínhamos [...] aí, a minha mãe tinha que vir fazer compra e minha mãe me trouxe e me entregou pra essa mulher, e eu morei na casa dela dois meses. (Diana)

Diana se considera uma empreendedora de sucesso, é realizada com sua profissão, afirmando ser uma mulher livre em todos os sentidos e que o resultado do seu sucesso é o reconhecimento do que faz, porque é feito com muita dedicação e esforço pessoal:

Eu amo isso, por isso que eu sou feliz no que eu faço. Eu amo o que eu faço, não quero parar. (Diana)

“Amor” pelo que fazem é uma condição que aparece constantemente no relato de Diana e das demais participantes. Essas mulheres empresárias dedicaram suas vidas, tempos e objetivos em troca de uma satisfação pessoal e reconhecimento que somente podem ser exercidos com fundamento em suas convicções íntimas, fazendo o que gostam, fazendo o que amam. É um “amor” que as liberta. A realização profissional destas mulheres se torna inerente à suas próprias identidades.

Este fato pressupõe que Diana e as demais participantes não se dedicariam a atividades empresariais que não lhe trouxessem algum significado pessoal, primando pela sua satisfação pessoal em primeiro lugar. Lipovetsky (2000) explica que o novo modelo de vida feminina e a nova cultura centrada na livre escolha individual garantiram os interesses das mulheres em um desejo mais voltado para sua satisfação pessoal:

A nova cultura, centrada no prazer e no sexo, no lazer e na livre escolha individual, desvalorizou um modelo de vida feminina mais voltada para a família do que para si mesma, legitimou os desejos de viver mais para si e por si. O reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma ‘vida sua’, à independência econômica, na linha direita de uma cultura que celebra cotidianamente a liberdade e o maior bem-estar individual. (LIPOVETSKY, 2000, p. 228-229).

A vontade de trilhar seu próprio caminho, construir sua própria identidade, sem vincular-se a comportamentos dentro do “padrão” esperado e muito presente no relato de Diana, se traduz na composição da própria “pós-mulher” (LIPOVETSKY, 2000; ALVES, 2014), que transforma uma realidade social existente, dentro da lógica patriarcal para “governar a si mesma” e é um desejo inerente a todas as participantes.

4.1.3 Jane: “sucesso é ter liberdade de vida”

Jane tem 52 anos, é divorciada e possui título de pós-graduação. Tem 30 anos de experiência como empreendedora e já atuou em diversos segmentos, desde o vestuário até a consultoria como “coaching”, na qual está atualmente. Jane

também relata ter alçado o sucesso e ainda relata a ausência do medo de se reinventar.

Aos 15 anos, já era uma exímia costureira e se formou em estilismo e moda pelo SENAC. Durante anos de sua vida atuou como estilista e conquistou sua própria loja de confecções, já com 19 anos. Relatou ter sofrido um “golpe” financeiro de um fornecedor que provocou a falência da sua empresa. Com os recursos que havia alcançado como empresária da área de confecções, na época, conseguiu abrir uma casa que vendia hora de “videogame” para as crianças e adolescentes.

Posteriormente, por motivo de transferência de trabalho de seu ex-marido, mudou de cidade juntamente com seu ex-marido e filhos, vindo a residir em Foz do Iguaçu, onde começou a vender salgadinhos que fazia para as pessoas de forma itinerante: em suas residências, escolas, etc.

Com o despertar do interesse pela panificação e a percepção de uma oportunidade neste segmento, Jane abriu uma padaria no bairro onde morava e que se tornou a melhor padaria da cidade de Foz do Iguaçu/PR. Por esta realização, foi premiada neste ramo, recebendo o Prêmio de Mulher Empreendedora do SEBRAE pela Região Sul no ano de 2004.

Atualmente, já não está mais a frente da referida empresa, mas atua na consultoria de outras empresas e pequenos negócios na região, na função de “coaching”. Para a empreendedora, o sucesso se traduz na liberdade de vida que possui, sem estar “presa” a nada, proporcionando sua própria felicidade:

Tem muitas formas de ser referência, hoje pra mim o maior sucesso é ter liberdade de vida, liberdade de gerir, estabilidade, ir onde eu quero, falar com quem eu quero, sem estar presa a nada, isso pra mim é o meu sucesso, porque é um conjunto de coisas que me faz estar sempre bem, sempre feliz. (Jane)

Assim como Jane, todas as empreendedoras recusam o discurso que coloca a mulher como vítima e sem responsabilidade pelo seu destino. Ao contrário, a pesquisa evidenciou que estas quatro mulheres escolheram seus caminhos e assumiram as responsabilidades delas decorrentes, ainda que encontrassem adversidades. Elas procuram sua autorrealização e não se satisfazem com pouco: querem atingir o máximo de liberdade possível fazendo o que lhes proporciona felicidade.

Sobre a cultura da felicidade, Mirian Goldenberg (2013) afirma que “32% das mulheres dizem que não são felizes por serem perfeccionistas, insatisfeitas, críticas, ocupadas, preocupadas, estressadas, inseguras etc. No entanto, 60% afirma que quer ser mais feliz, leve e divertida”. Pelos relatos destas empreendedoras, constatou-se que um dos caminhos que as conduzem a felicidade é o modo como vivenciam sua liberdade a partir da atividade empreendedora.

Neste sentido, o trabalho feminino torna-se uma exigência individual e identitária, sendo uma condição para Jane e as demais participantes para se realizarem na sua própria existência, como um meio de autoafirmação (LIPOVETSKY, 2000).

4.1.4 Vera: “tem sucesso quando você é reconhecido por boas causas”

Vera tem 54 anos, é casada e possui pós-graduação. Está há 30 (trinta) anos trabalhando no comércio, juntamente com seu marido. Vera mudou de cidade ao casar e a empresa fundada por ela e por seu marido iniciou um mês após o casamento. Juntos administram o seu comércio, sendo que Vera possui autonomia e liberdade para expor suas ideias, inspirar novos projetos e cuida diretamente do setor financeiro da empresa.

Ela atua em diversos grupos de mulheres empreendedoras e já foi presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da ACIFI (Associação de Comerciantes de Foz do Iguaçu). Vera relatou que o sucesso para ela é o reconhecimento da sociedade por ter feito boas causas e não somente o lado financeiro.

Vera não se delimitou ao papel de “mãe” e “esposa”, sendo que no início da empresa seu marido era mais atuante. Porém, como não era seu objetivo ficar atrelada às atividades do lar, ela afirmou que assumiu juntamente com ele a responsabilidade direta pelos negócios da família, sendo que renunciou a uma posição mais cômoda:

Quando o (marido) chegou aqui, ele veio pra começar, né? Vinha na segunda e voltava na sexta. Dois, três meses depois eu falei: “Tá, escuta, é lá que a gente vai morar? Porque eu não quero ficar aqui

com dois filhos, cuidando da casa, esperando a semana inteira você chegar. É lá? Vai dar certo? Vamos encarar? Vamos encarar então! Tô indo pra lá!” [...] Porque se eu fosse a do tipo que queria ficar lá, querer ficar encostada na mamãe, a gente ia estar de volta lá no Rio Grande do Sul ou separados né? [...] não, eu não queria isso! Queria participar, queria tocar junto! (Vera)

Pode-se perceber que os relatos de Vera e das demais participantes indicaram que seus comportamentos são “livres” e suas atividades como empresárias permitem que isso aconteça de modo a construir suas próprias identidades. Elas narraram, a todo tempo, a autonomia que possuem em suas vontades de gerir, decidir e escolher o que lhes traz satisfação pessoal.

Do mesmo modo que as “pós-mulheres”, estas empreendedoras estão longe de “se assumirem como inferiorizadas, coitadas e submissas”, mas se identificam plenamente com “o discurso da mulher liberada, independente e, principalmente, ‘dona de si’ e de seus próprios gostos” (ALVES, 2014, p. 97).

Desta forma, pelas inúmeras características percebidas nas mulheres empreendedoras e nas “pós-mulheres”, as participantes conduzem a pesquisa a primeira hipótese: seriam as mulheres empreendedoras as “pós-mulheres”? As respostas e os relatos realizados pelas mesmas nos conduzem a possibilidade positiva neste sentido, conforme se expõe a seguir.

4.1.5 Elas são “pós-mulheres”

No decorrer das entrevistas realizadas com as mulheres empreendedoras participantes foi possível perceber em seus relatos o quanto as mesmas vivenciam o “pós-feminismo” em suas carreiras empresariais e suas vidas, tendo em vista as inúmeras características que elas se atribuíram e que está em sintonia com os fundamentos vividos pela “pós-mulher”: elas são liberadas, independentes, “donas de si” (ALVES, 2014), “sujeitos” de suas próprias existências (TOURAINÉ, 2011) e suas carreiras de empresárias as realizam em sua própria existência, como um meio de autoafirmação (LIPOVETSKY, 2000).

Quando indagadas dos motivos que as levaram a optar pela carreira de empresária ou porque são empreendedoras, elas relatam ser uma “característica”

própria ou que “já está no sangue”. Vilma afirmou que o início da sua carreira ocorreu desde pequena, enquanto ajudava seus pais no comércio, e por isso seria uma condição que já está “no sangue”, inerente a sua própria personalidade:

Eu acho que, assim, **já tá no sangue** né? Porque desde que eu nasci, meus pais sempre tiveram no comércio e eu lembro que desde pequena eu já gostava de ficar atrás de balcão atendendo e tal, acho que isso é uma coisa que eu sempre gostei. (Vilma, grifo nosso)

A noção de “empreendedorismo no sangue” também é trazida pela participante Jane que afirmou que o início da sua carreira começou também na sua infância, “desde que se conhece por gente”, quando sua mãe pedia que a mesma vendesse uma cesta de verduras de porta em porta, estabelecendo metas para ela:

Bom, eu tenho 52 anos desde que eu comecei a empreender, eu falo que é **desde que eu me conheço por gente** porque com 7 anos a gente já vendia cebolinha, salsinha essas coisas, que a minha mãe fazia os macinhos, pedaços de sabão e ia vender e ela falava, tinha que vender e tinha que sair com aquela cesta e só voltar pra casa quando aquela cesta estava vazia. Então, às vezes a gente até tinha medo de chegar em casa com a cesta vazia, tinha que vender! Então, inconscientemente a gente tinha meta, eu não sabia que era uma meta né? Mas hoje vejo, por isso que eu amo meta e sou fissurada em meta. (Jane, grifo nosso)

Vera iniciou sua carreira de empreendedora juntamente com seu marido, onde ambos superaram junto o desafio de abrir uma empresa, mas, do mesmo modo que as demais participantes, Vera afirma que o empreendedorismo é uma característica inerente à sua personalidade:

No meu caso, eu acredito que é uma **característica minha** mesmo né? É que hoje, mesmo se eu tivesse ficado na condição que eu vou citar a seguir, eu provavelmente não seria realmente alguém de carteira assinada. (Vera, grifo nosso)

Diana já não relatou ser empreendedora como uma “característica” como as demais participantes, mas como uma oportunidade que encontrou para abrir seu próprio negócio. Entretanto, mesmo que Diana não tenha dito que o “empreendedorismo” é uma característica inerente a sua própria personalidade, como ocorreu com Vilma, Jane e Vera, nota-se que Diana também tem essa característica do empreendedorismo inerente a si mesma, uma vez que aceitou um

convite para mudar de estado ainda muito jovem, motivada apenas pelo desafio de mudar de vida.

Essa característica relatada pelas empreendedoras participantes como inerente “ao sangue” ou “características suas” pode ser comparada a característica percebida nas também nas “pós-mulheres” que são protagonistas da própria história e tomam as rédeas do próprio destino.

Ao afirmarem que a característica “empreendedora” é algo inerente a suas próprias identidades, elas afirmam que o fato de serem empresárias já se manifestava muito antes de efetivamente abrirem suas empresas, pois percebiam nelas mesmas uma capacidade de iniciativa, modo de lidar com as demais pessoas e criatividade que as destacava no meio social que viviam.

Essas mulheres empreendedoras entrevistadas se atribuíram uma identidade positiva, afirmando-se como mulheres e protagonistas da sua história e não como vítimas, uma vez que elas são “criadoras” dos próprios destinos e responsáveis pela própria história e caminho percorridos:

Eu acho que aqui ó: **você cria o seu mundo, sabe? Igual te falei que a gente faz a história da gente, a gente que realiza!** A primeira vez que eu fui pros Estados Unidos que tem a minha amiga que sabe de toda a minha história, sério, me arrepiei, quando eu cheguei ela falou assim: “Não tem pessoa no mundo que eu admiro mais do que você!” Aí eu falei: “Você é louca? Que você está falando?” E ela disse: “Tudo que você faz se realiza, se concretiza. Você falou eu vou fazer tal coisa, você acontece!”, mas é o poder da palavra, do pensamento [...] **porque é o pensamento, é o que você fala, é a tua atitude, é o que a gente é.** (Diana, grifo nosso)

Estas empreendedoras têm a noção de que apenas a atitude que elas tomam pode mudar sua condição pessoal, sendo diretamente responsáveis por tornarem-se empreendedoras de sucesso, atingindo suas metas pessoais, construindo sua própria condição profissional.

Conforme amplamente abordado no primeiro capítulo, a construção de si mesmas e de seu próprio destino são características encontradas na “pós-mulher” (LIPOVETSKY, 2000).

Nesse sentido, as empreendedoras participantes trazem a noção do “pós-feminismo” ao passo que suas atitudes provocam “profunda transformação social, em que se destaca sobretudo a ruptura com os padrões patriarcais machistas e conservadores da sociedade brasileira” (GOLDENBERG e TOSCANO, 1992, p. 16).

Touraine (2011) busca a compreensão da mulher que vivencia seu papel no “pós-feminismo” e inverte a lógica de dominação e passa a ser criadora e consciente dela mesma, surtindo efeitos no meio social (p. 182).

Essas mulheres “pós-feministas” relataram constantemente a construção de suas vidas com liberdade, sendo que a “emancipação aos moldes ocidentais é a maior força colocada a serviço da mulher na qualidade de sujeito em formação” (TOURAINÉ, 2011, p, 182), fator este também encontrado nos discursos das empreendedoras, que possuem consciência das próprias responsabilidades e constroem a si mesmas como protagonistas de sua história:

Empreender não é só aquela habilidade de empreendedora. É como se fosse uma roda com vários aros e cada aro desse tem uma responsabilidade, é assim que eu vejo: quando um deles está meio tortinho você tem que arrumar. (Jane)

Neste sentido, Kassai (1996) destaca as características mais presentes em pesquisas que examinam o perfil dos empreendedores, sendo que entre elas se destacam: a necessidade de autorrealização; necessidade de desenvolver sua criatividade; autoconfiança; dedicação; busca de conhecimento; iniciativa; independência e disposição para assumir riscos.

Essas características permeiam a identidade das mulheres empreendedoras participantes da pesquisa do mesmo modo que permeiam as identidades das mulheres que vivenciam o “pós-feminismo”.

4.1.6 Elas superam desafios

Pelos relatos das participantes se percebe que elas buscam sua autonomia, liberdade e independência com a prática do empreendedorismo. O fato de não se vislumbrarem como vítimas as mobiliza no enfrentamento de superar desafios. No relato de Diana, é possível observar uma atitude positiva para viabilizar seu projeto empreendedor, mesmo sem recursos financeiros pessoais:

Eu não tinha dinheiro pra investir, nisso eu tava terminando a faculdade [...] aí eu tinha minhas economias, mas não era algo que

dava pra mim abrir meu negócio naquela época. Aí ele foi e falou pra mim: “não, eu te ajudo... escolhe um local, vê a maneira que você colocar aí e eu vou ajudar você.” Nisso eu fiquei bem animada né? Daí eu falei pra ele: “ah então tá bom vou procurar”. Na hora que ele me falou “procura” eu já pensei que era no centro de Foz, quero atingir o público tal, não quero ser mais uma, sei que vai ser desafiador, mas é assim que eu quero, e já pensei nisso desde o início [...] terminei a faculdade, montei meu negócio, e foi dito e feito, fui planejando, fui pesquisando, vim várias vezes nesse, nesse local, foi o primeiro local que eu vi, e eu pensei: “é aqui!” (Diana)

O relato de Diana a aproxima da “pós-mulher” ao relatar que em uma negociação, ao ouvir um “não” não se comportou de maneira passiva. Ao contrário, se mobilizou no sentido de conseguir o “sim”. Diana não possuía recursos para alugar o imóvel no qual pretendia, desde o início, abrir seu restaurante. Mas após longas tentativas para convencer o proprietário do imóvel, ela conseguiu a isenção do pagamento de aluguel pelo período de um ano, tudo pelo fato de que o proprietário percebeu nela uma determinação e persistência que o sensibilizou o suficiente para acreditar no seu potencial e lhe ceder o ponto da venda:

Um belo dia eu peguei e liguei pro Doutor falei pra ele: “Doutor, e aí o ponto é meu?” Ele falou: “Diana, vem aqui que eu não aguento mais esse ver você ligar pra mim! Traz seus documentos e vamos fazer o contrato!” Aí ele fez o contrato, aí ele foi e falou assim: “R\$ 1.800,00 o aluguel.” Eu falei: “O senhor tá louco, não tenho dinheiro para lhe pagar!” E aqui tava tudo feio, caindo. Aí eu falei: “O senhor viu como tá seu imóvel? Eu não tenho condições de já abrir, de fazer uma reforma e fazer tudo que eu preciso e ainda lhe pagar o aluguel, não tenho condições!” Daí ele foi e falou assim: “Menina, pela sua persistência, pela sua determinação, já tô vendo que você não vai me decepcionar, vai lá, faça seu negócio, daqui um ano você volta aqui que você vai começar a pagar o aluguel.” Já era um sinal pra mim: vai dar certo, não vou desistir. (Diana)

Essa determinação e persistência de Diana demonstram que a mesma recusa o papel de vítima e mulher frágil, pois tinha um objetivo maior que era ser dona de sua própria empresa e conquistou esse objetivo contornando as adversidades que apareceram em seu caminho.

Pelo eixo destas narrativas nota-se que as mulheres empreendedoras trabalham porque isso lhes proporciona a felicidade e assim inventam novas formas de ser mulher, desvinculando-se do papel de mulheres frágeis, dependentes e “vítimas”. A atividade empreendedora, na vida destas mulheres, se trata de uma

ferramenta que lhes permite exercer sua própria liberdade, independência e autonomia.

As mulheres aqui estudadas podem ser vistas como pertencentes à geração “pós-feminista” (TOURAINÉ, 2011). Elas não existem para satisfazer os desígnios alheios, mas vivem pela própria existência, sendo que em seus relatos é possível perceber uma determinação própria e particular de cada uma em “vencer” e “superar desafios” por conta própria:

Quando eu vim pra cá, quase vinte anos atrás, pra Foz eu sabia que eu queria vencer, não importava aonde, mas como eu caí aqui, eu sabia que eu ia vencer na minha vida. Eu não vim “em vão” pra cá. Eu acho que a gente tem que ter ambição, a gente tem que ter persistência, que nada vem por acaso e nada vai chegar na sua porta e bater: “Ó, a oportunidade tá aqui!”. Não, você faz a sua oportunidade, eu fiz as minhas e fiz as minhas escolhas. Então, assim, nunca desistir, Adri, nunca desistir dos sonhos. Mas pra realizar você tem que construir, entendeu? Não é assim: “ah, eu vou acordar um belo dia linda maravilhosa e estou realizada” Não é assim, não é do dia pra noite. (Diana)

Neste sentido, Jane também relata ser uma pessoa determinada e que busca oportunidades para ter seu próprio negócio, ficando sempre atenta a novas possibilidades, sem desistir em face de diversas adversidades que apareceram em seu caminho. Ela narra que não tem medo de se reinventar e ficar atrelada apenas a uma atividade comercial. Ela já trabalhou em diversos segmentos e que não vê isso como prejudicial, ao contrário, acredita que deve fazer o que lhe faz bem:

Eu falo: não tem nada a ver você ser uma advogada, trabalhar um tempo e depois falar “ah não quero mais, quero fazer tal coisa” e pegar esse aprendizado e somar e fazer uma coisa nova. Não é obrigatório ficar na mesma coisa a vida inteira. Já fiz várias coisas e, olha, ainda acho que vou mudar, não tem nada errado. O que importa é aquilo que te faz bem e te faz feliz. (Jane)

Vilma também relata os desafios que superou após o falecimento de seu marido que era gestor de um dos negócios da família, onde teve que assumir a posição de empreendedora, mesmo após o tratamento de um câncer o qual conseguiu se curar e continuar trabalhando:

Eu também adoeci, tive problema de saúde e tal. Então, nossa, você tem um baque né? Tive câncer, nossa foi assim uma queda né? Mas,

como sou uma pessoa de muita fé, vamos em frente né? E a gente se apega a tudo que é santo! E graças a Deus eu consegui fazer um tratamento e me curei. (Vilma)

A forma como as mulheres empreendedoras participantes vivenciam sua liberdade, autonomia e independência a partir de suas profissões exemplifica a “pós-mulher”, comprovando que as mesmas vivenciam seus papéis de gênero nesta condição: na condição de “pós-mulher” (ALVES, 2014, p. 109).

Como observado por Touraine (2011), as mulheres que vivenciam o “pós-feminismo” não são vítimas, mas atrizes que consolidam suas funções com uma vitalidade raramente encontrável em outras categorias sociais, sendo que as mesmas, atualmente, tem mais capacidade se comportar como “sujeitos” do que os homens.

A “pós-mulher” tem como objetivo a proclamação da liberdade e se enxerga como criadora e libertadora dela mesma, sendo que essa liberdade também está presente no discurso das mulheres empreendedoras atuais. Ela transforma seu destino e faz da atividade empreendedora uma ferramenta de libertação.

Estas empreendedoras se negam ao papel exclusivo de “mãe” ou “esposa”, pois possuem no seu trabalho um meio de realização pessoal, consoante já observado por Lipovetsky (2000), sendo esta uma característica da mulher “pós-moderna”.

Portanto, em razão das inúmeras características que compõem a essências das mulheres empreendedoras participantes, percebidas por meio de suas entrevistas, e das características que compõem a “pós-mulher” (ALVES, 2014; LIPOVETSKY, 2000) se chega a uma conclusão: elas são, de fato, “pós-mulheres” e vivenciam o “pós-feminismo” em suas vidas profissionais e pessoais.

4.2 Gênero

No decorrer das entrevistas realizadas, as participantes também foram indagadas, diretamente, se já haviam sofrido algum tipo de dificuldade ou de discriminação pelo fato de serem mulheres na atividade empreendedora. Algumas dificuldades foram percebidas e relatadas pelas mesmas e alguns exemplos de

situações vivenciadas pelas empreendedoras foram relacionadas para ilustrar essas questões.

4.2.1 Papéis designados

Diana relatou que algumas vezes já foi confundida com “funcionária” da empresa, por pessoas que chegaram ao seu estabelecimento pedindo pelo “patrão”.

Chimamanda Ngozi Adichie, em sua obra “Sejamos todos feministas” (2015), relata uma passagem que aqui pode ser perfeitamente relacionada com o fato ocorrido com Diana para demonstrar os papéis de gênero na atualidade.

Adichie (2015) relata que ao entregar uma gorjeta ao “flanelinha”, ele virou para o homem que a acompanhava e lhe agradeceu, ignorando o fato dela ter lhe entregue o dinheiro. A autora conclui que o agradecimento dirigido ao seu amigo seria apenas pelo fato de ser o homem e por isso, o dinheiro “deveria ser dele”:

Abri a bolsa, peguei o dinheiro e lhe dei. E ele, feliz e grato, pegou o meu dinheiro, olhou para o meu amigo e disse: “Muito obrigado, senhor!”. Surpreso, Louis me perguntou: “Por que ele está me agradecendo? Não fui eu quem deu o dinheiro”. Percebi então, pela expressão de meu amigo, que a ficha tinha caído. Para o flanelinha, qualquer dinheiro que eu pudesse ter certamente provinha de Louis. Porque Louis é homem. (2015, p. 18-19)

Os fatos ocorridos com Diana, ao ser confundida com uma funcionária e com Adichie (2015), ao não ser agradecida pela gorjeta e sim seu amigo que a acompanhava, ainda que ocorridos de maneiras diferentes, em ambientes diferentes, em países diferentes, demonstram, igualmente, que ainda na atualidade os papéis de gêneros existem e são vivenciados de modo “designado”, onde se negam papéis em cargos de comando, chefia e liderança às mulheres, “porque sempre foi assim”.

Esses fatos, por mais “simples” que pareçam, demonstram o pensamento ainda enraizado na sociedade, onde mulheres ainda não são “vistas” em determinadas funções, somente pelo fato de serem mulheres ocupando o referido

cargo, como no caso de Diana, que é a proprietária da empresa, mas foi confundida com uma “funcionária”:

Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens. (ADICHIE, 2015, p. 14)

Esse “papel designado” da mulher na sociedade também fica marcado no relato de Vera, onde é possível verificar que, na sua juventude, a mulher que estudava tinha apenas um caminho, que era o de ser professora:

A gente só tinha um caminho assim que era ser professora, todo mundo era professor, até porque era meio status assim, era um negócio que tinha a sua importância, lá no interior, então eu, eu era concursada, trabalhava pelo município, concursada do estado, eu tinha essa já estabilidade já bem jovem, com 17, 18 anos eu já estava nessa condição. (Vera)

Do mesmo modo, Vilma relata que também estava condicionada a isso, mas não era esse seu objetivo de vida. A empresária relata que estudava no período diurno, pois era a condição que seu pai lhe impôs:

Eu casei muito cedo, casei com 18 anos né? E me formei na escola normal que era pra ser professora e tal, mas não era isso que eu queria. Na verdade eu fui estudar isso porque era o que tinha de dia, porque meu pai não deixava eu estudar a noite. (Vilma)

Entretanto, ambas empreendedoras se desvincularam e optaram por seguir a carreira de empresárias e não seguir o “papel designado” de professora, demonstrando assim, suas atitudes de mulheres a frente de seus tempos. Ambas estavam encaminhadas ao papel de “professora”, mas mesmo assim optaram por ter seu próprio negócio e gerir seu próprio empreendimento.

Do mesmo modo que Leila Diniz é um “retrato das transformações dos papéis femininos em sua geração” (GOLDENBERG, 2008), referidas empreendedoras podem ser vistas como um comportamento transgressor, que rompe “tabu”. A capacidade de se adaptar, mudar e renovar tem feito da mulher um

ser em constante estado de lapidação, que segundo Lipovetsky (2000), passa por vários momentos e construções até chegar a ser dona de si mesma.

Leila Diniz também negou o papel de professora. Aos 15 anos, Leila foi professora do maternal e do jardim de infância. Goldenberg (2008) afirma que a mesma deixou de ser professora por não se adaptar às exigências dos pais e dos diretores da escola. Deixou a carreira de professora para ser atriz, que lhe trazia mais liberdade.

Coincidentemente, duas das quatro entrevistadas também negaram a condição de serem “professoras” para assumir o papel de empreendedoras e donas do próprio negócio, que também lhes trouxe mais liberdade de atuação, tanto profissional quanto pessoal. Sobre a liberdade na atividade empreendedora, será aprofundado no tópico seguinte.

Sobre os papéis de gênero designados e relatados nas entrevistas e a condição da “cultura” para explicá-los, Adichie (2015) conclui que o problema da questão de gênero é prescrever o modo como as pessoas “devem ser” no lugar de “reconhecer” como as pessoas são. “Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero.” (ADICHIE, 2015, p. 42-43).

Em outro momento de seu relato Diana alegou que percebeu mudanças positivas neste sentido com o passar do tempo:

Diana: [...] Ahhh hoje, hoje não mais como era antes, hoje eu acho que já tá bem balanceado as coisas sabe? Mas antes, há oito anos atrás, eu acho que o homem também via a gente como frágil, como a coitada, e mulher não é isso, a gente não tá aqui pra isso né? Ih, mais hoje é diferente! Hoje eles me veem totalmente diferente.

Entrevistadora: Mas você acha que eles te veem diferente porque eles já te conhecem ou porque isso mudou mesmo?

Diana: Eu acho que no nosso cenário muita coisa mudou pra nós mulheres [...] queira ou não a mulher deu, deu um “boom” assim, a gente melhorou muito o que eles viam da gente, eu creio nisso e eu acho que só tende a crescer.

Estas mudanças positivas observadas por Diana, afirmando que antigamente era “pior” e que “hoje já não funciona assim”, segundo Lipovetsky (2000), se explicam pelos “resquícios históricos” ainda existentes que o “tempo e a dinâmica igualitária” se encarregarão de eliminar naturalmente.

Porém, mesmo com a sensação percebida por Diana em uma “melhora” neste sentido, o que se verifica, ainda nos dias atuais, é uma desigualdade entre homens e mulheres em cargos de comando e chefia dentro das empresas (LIMA *et al*, 2013). Do mesmo modo, as mulheres ainda são minoria a frente das micro e pequenas empresas no estado do Paraná, compondo apenas a margem de 30% das 500 mil micros e pequenas empresas em funcionamento atualmente (SEBRAE/PR, 2017). A disparidade salarial entre homens e mulheres com a mesma idade e mesmo nível de instrução chega a 30% (trinta) por cento de diferença em favor dos homens, no Brasil, e isso em pleno ano de 2016 (OBSERVATÓRIO BRASIL DA EQUIDADE DE GÊNERO, 2016).

Assim, o aumento de mulheres em cargos de chefia, posições de comando e de mulheres donas de suas próprias empresas poderão influenciar nas mudanças positivas neste segmento, sendo que o comportamento das mulheres empreendedoras de hoje pode servir de exemplo para um futuro com menos disparidades neste sentido.

Não obstante, é inegável a disparidade ainda existente entre homens e mulheres no mercado de trabalho, que de acordo com os dados expostos ao longo de toda pesquisa, estão diminuindo com o passar do tempo, mas estão longe de ser superados.

4.2.2 Homens subordinados

A percepção de mudança positiva no comportamento masculino também foi percebida por Vilma, mas no que se refere a questões relacionadas com o comportamento de homens que lhe são subordinados. Vilma declara que no início de sua jornada empreendedora teve alguns problemas, mas que hoje eles já não acontecem mais com tanta frequência:

Entrevistadora: E como é que você sente, eles te vendo como chefe, você tem alguma dificuldade ou é tranquila a relação de vocês?

Vilma: Não, é tranquilo, assim, sabe, eu tive no começo quando eu lá tive que assumir lá atrás em 1997, aí tinha isso, sabe, tinha, tinha um, dois, umas duas pessoas assim que não aceitavam muito ser chamada atenção, ser mandado e tal, mais isso foi lá mesmo.

Vera e Diana também não relataram problemas neste sentido, pelo contrário, afirmam que seus funcionários e subordinados sempre as trataram com muito respeito:

Aqui a gente trata todos iguais e eles também têm o respeito por mim. [...] eu não preciso exigir eles tem gratuito por mim o respeito, a consideração, entendeu, então isso é muito bacana. (Diana)

A gente tem uma convivência bem tranquila assim, nunca tive problemas de alguém não obedecer ou não fazer em função porque eu sou uma mulher e eu pedi, nunca tive e eu acho que não tem. Eu acho que é o ambiente da empresa que faz isso, se essa situação acontecesse aqui dentro, acho que ia ficar bem ridículo assim pra pessoa que tentou. (Vera)

Neste sentido, Lipovetsky (2000) afirma que a insubordinação masculina perante a feminina e o desconforto dos homens em relação às mulheres no comando está em declínio, se tratando apenas de “resquícios históricos”, mas que o tempo e a dinâmica igualitária, se encarregarão, pouco a pouco, de eliminar.

Assim, diante dos relatos das empreendedoras e da ausência de queixas neste sentido, pode-se afirmar em Lipovetsky sua previsão positiva, e talvez, um dia, este tipo de problema em relação ao gênero possa realmente ser superado.

Importante registrar que o alvo das lutas do movimento feminista atualmente é outro, pois já foram conquistados alguns espaços no passado (TOURAINÉ, 2011). Assim, a questão da insubordinação masculina já não parece ser mais o alvo das bandeiras feministas atuais, pois as mudanças positivas percebidas pelas participantes demonstram a desnecessidade neste sentido.

Em que pese a subordinação masculina não seja mais um obstáculo ou uma situação que gera desconforto para as empreendedoras participantes, o mesmo não se verifica quando os homens estão em condições de igualdade ou em condições mais favoráveis em negociações com estas mulheres, como se expõe a seguir.

4.2.3 Jogo de cintura

Conforme se extrai dos relatos das empreendedoras, uma das conquistas femininas ainda necessárias é em relação à mudança do comportamento masculino

em certas negociações, pois alguns homens ainda se sentem à vontade em exigir “troca de favores”.

Vilma relata ser sua maior dificuldade lidar com “jogo de cintura” em certos momentos com os homens, pois sua empresa depende de licitações e alianças políticas (espaço no qual a maioria é composta pelo masculino). Neste sentido, a empresária relata ter havido dificuldades, mas que as superou sempre com uma postura profissional:

Você tem que pisar em ovos, você não pode se envolver na política [...] eu sim sabia distinguir uma cantada, fazer de conta que não tinha entendido e isso que eu fiz [...] você sabe, qualquer lugar, se você quisesse, se você se deixar levar né? Mas eu não, eu tinha um pensamento “nunca vou querer envergonhar meus filhos, eu tenho que vencer, eu tenho filho pra estudar” então eu me dediquei àquilo de corpo e alma entendeu [...] então, assim, mas é tudo a gente batalhou muito né? Tem que ter cabeça, porque senão... (Vilma)

Jane e Diana também afirmam que sentiram esse desconforto quando tiveram que impor respeito em situações nas quais os homens demonstraram algum tipo de “segunda intenção” ou que de alguma forma lhe ofereceram alguma vantagem ou benefício em troca de favores:

Eu falei [...] eu me recuso [...] se eu crescer aqui dentro vai ser por competência e não porque eu tenho que dar pra alguém [...] se algum dia alguém tentar me assediar com alguma coisa vai se dar mal. (Jane)

Se eu não impor a pessoa não vai me respeitar, jamais. [...] Eu chego no patamar, me esforço, trabalho, como o pão que o diabo amassou, é luz cortando ou é água cortando e isso, aquilo, pra mim dormir com um cara por causa de um carro? Por causa de um vestido? Por causa de uma bolsa? Não! Não faz meu tipo! (Diana)

Esse desconforto pode ser explicado pelo fato dessas empreendedoras, que vivenciam o pós-feminismo, se recusarem a serem objetos de desejo e poder masculino, se distanciando de estereótipos de mulheres que se vendem ou trocam favores em troca de emprego, dinheiro, etc. Do mesmo modo que as empreendedoras relataram desconforto nessas situações, Leila Diniz também se sentia incomodada, pois também se recusava a ceder aos homens que lhe assediavam em troca de favores não-profissionais:

Tarso – Quer dizer que o pessoal de televisão tem exigências não-profissionais? Ficam querendo faturar as moças, é isso?

Leila – Não está tanto mais assim, não. Já esteve muito. A mim, nunca quiseram, porque eu mando logo tomar no (*). Quando eu quero, eu vou com o cara. Comigo não tem esse negócio de ninguém querer, não. Quer dizer: pra mim não tem. Talvez tenha pras mocinhas que estão começando. Eu não sei, não. Tem é muita zona em volta que não é negócio do (*), que talvez fosse até mais fácil, você chegava lá e pronto, afinal, (*), não é tão ruim não é mesmo. O que tem é toda uma paparicação que é desagradável, entende? Você tem de jantar com fulano, conviver com sicrano, bater papo, tomar uisquinho, nhem, nhem e tal. Isso existe muito mais do que o dar. Está até fora de moda esse negócio de (*). (Leila Diniz apud GOLDENBERG, 2008, p. 265)

A negação ao papel de “mulher-objeto” compõe uma das inúmeras características encontradas na “pós-mulher”. Elas não vivem em função do olhar masculino. Elas não se arrumam para conquistar a aprovação dos homens, mas para se sentirem bem consigo mesmas (ALVES, 2014). Elas também não cedem aos desejos masculinos se esta não for a sua vontade. Isso explica essa recusa completa em permitir uma situação de “assédio” ou não aceitarem presentes em troca de favores e o desconforto que sentem quando passam por situações assim.

Lipovetsky (2000) expressa sobre este “jogo de cintura” das mulheres em relação às investidas masculinas, afirmando que as mulheres que sabem utilizar este artifício para afastar estes homens, sem necessariamente ter que denunciá-los à Justiça ou “às proteções vitimárias”, são insuperáveis:

É preciso valorizar uma pedagogia da autodefesa feminina: se os homens devem respeitar a sensibilidade e a vontade das mulheres, estas devem reforçar sua capacidade de recolocar os homens em seu lugar e não renunciar a enfrentá-los diretamente. O feminismo demandista não basta: o poder da réplica, a força de retuque e de ironia são objetivos a que as mulheres deveriam visar para afirmar-se, pelo menos em alguns conflitos com os homens. Rir do masculino, saber manter os homens a distância pela presença de espírito, isso não é reabilitar as repostas individuais aos problemas da condição feminina, mas atrair com seus votos uma reorientação da cultura feminina para uma maior apropriação do poder irônico. (2000, p. 87)

Os relatos das empreendedoras demonstram que mesmo ainda nos dias atuais, com o amplo e irrestrito acesso à informação e medidas jurídicas contra assédio, os homens continuam com “insinuações” e “cantadas” em momentos inadequados. Seria esta uma questão entre os gêneros que não terá resolução e

sempre dependerá do “jogo de cintura” feminino, ou, em uma visão mais otimista, no futuro, os homens de um modo geral saberão seu lugar e se portarão de modo a não provocar mais esse “desconforto”?

Sem uma resposta concreta e definitiva para estas reflexões, Lipovetsky (2000) traz uma solução para isso:

As conquistas econômicas, sociais, e jurídicas das mulheres representam etapas muito importantes rumo à liberdade, mas esta permanecerá abstrata sem a razão do independente e zombeteira, sem o riso e a ironia. Feminismo do poder? Certamente. Com a condição de que não arruíne as possibilidades do riso feminino, a capacidade de tomar distância diante de alusões e das ofensivas masculinas. Não haverá nenhuma liberdade real sem o poder de se impor, de se defender, de zombar das atitudes machistas ou mesmo de ridicularizá-las. O político é apenas um dos caminhos para a soberania do feminino: esta se desenvolverá tanto melhor quanto mais souber mostrar-se zombeteira com relação à “superioridade” masculina. (2000, p. 88)

Neste sentido, uma crítica não pode passar despercebida ao referido pensamento: incumbe apenas às mulheres o papel de “contornar” referidas situações e de manter sempre esse “jogo de cintura” em dadas situações? Pelos relatos das participantes e de Leila Diniz, isso é um fato extremamente incômodo e cansativo. No entanto, perceber uma mudança definitiva do comportamento masculino dentro da lógica universal da sociedade patriarcal e dos “resquícios históricos” ainda existentes também não seria também uma solução prática e eficaz, para não dizer utópica.

Portanto, concorda-se em partes com o pensamento de Lipovetsky (2000): deverá haver uma postura feminina de impor-se, sim, no combate de referidas situações desconfortáveis, mas também deve haver uma mudança no comportamento masculino neste sentido, por ser ele o causador dos constrangimentos provocados.

4.2.4 Novas formas de lidar com problemas

Mas o riso, o “jogo de cintura”, a ironia que Lipovetsky (2000) aconselha às mulheres pode ser visto como uma saída para lidar com este problema, o que, por sinal, é uma capacidade percebida nas “pós-mulheres”: inventar novas formas de lidar com seus problemas.

Em uma analogia ao comportamento de Leila Diniz, as empreendedoras participantes também encontraram formas particulares de lidar com seus próprios problemas:

Leila conseguiu transformar seus dramas, e mesmo sua falta de capital escolar, em trunfos para sua particular inserção no campo artístico. Leila “fez um nome” ao se distinguir no campo artístico por meio da afirmação de seus comportamentos considerados, pelas normas tradicionais, desviantes. Particularmente após a entrevista a *O Pasquim*, ela passou a encarnar socialmente a liberação sexual feminina. Todos os artistas estilizaram suas vidas, mas Leila fez uma estilização muito particular, em que a elaboração de sua carreira de atriz parece ter sido também uma forma de elaborar sua vida pessoal. (GOLDENBERG, 2008, p. 247)

Neste sentido, as empreendedoras também transformaram seus dramas pessoais em escadas para o sucesso. Jane poderia ter ficado exclusivamente na condição de mãe e cuidadora do lar, mas preferiu encarar todos os desafios que lhe foram colocados: falência de empresa, ausência de recursos financeiros para financiamento de seus novos negócios, sendo que superou todos eles com muita criatividade, reinventando-se a cada momento.

Do mesmo modo Vilma poderia ter desistido de ser empresária após o falecimento de seu marido, mas preferiu tomar as rédeas das empresas e ampliar ainda mais os negócios, ramificando-o em diversos segmentos.

Vera também poderia ter optado por uma situação mais cômoda, mas preferiu encarar junto com seu marido a condição de ser empresária e de administrar os negócios da família ao invés de ser “professora”, por se sentir mais realizada como empresária.

E Diana, se não tivesse optado em mudar de estado, aos 17 anos, poderia até hoje estar no interior do Tocantins, mas ela preferiu mudar seu destino e construir toda sua história empreendedora do “zero”, aventurando-se numa nova cidade motivada apenas pelo desejo de vencer.

As adversidades e obstáculos presentes nas vidas destas mulheres não foram motivos suficientes para que abdicassem de suas metas e objetivos, sendo que as mesmas sempre procuraram soluções criativas para superá-los.

Elas também não culpam os outros pelos seus fracassos, assumindo a responsabilidade por suas vidas e permitindo-se viver transformações necessárias para ser quem realmente desejam ser.

Todas essas características e opiniões, vinculadas ao comportamento de Leila e ao conceito de “pós-mulher” em Lipovetsky (2000) somente confirmam que as mulheres empreendedoras possuem comportamento transgressor e revolucionário, se tratando das próprias “pós-mulheres”.

Touraine (2011, p. 182) expressa que “a construção das mulheres como sujeitos começa através das lutas pela igualdade, mas somente se afirma realmente com a reivindicação de sua diferença”.

Nas entrevistas percebe-se que as mulheres não negam suas feminilidades e suas atividades no lar e no cuidado de seus filhos, mas essas atividades não detêm papel exclusivo em suas vidas e não lhes determina seus espaços.

4.2.5 Conciliação com os papéis de “mãe” e “esposa”

A conciliação da vida profissional e do “papel de mãe” também foi uma das dificuldades apontadas pelas participantes, sendo possível perceber no relato de Vilma uma “culpa” sofrida pela mesma nos momentos que precisou se ausentar e deixar seus filhos:

Eu tinha que ser forte, eu tinha que ser forte pros meus filhos, eu tinha filho pequeno, eu tinha que viajar, eu tinha que ir pra feira, em congresso, eu tinha e deixava eles, né? Meu coração lá e cabeça aqui. (Vilma)

Sobre essa “culpa” relatada pela participante, Porto (2002) destaca que as mulheres empresárias por vezes se sentem culpadas por deixarem seus filhos e buscar sua realização profissional e que isso se deve a “cultura da culpa”, originária do cristianismo, onde a culpa é interiorizada na mulher quando não está

exclusivamente cumprindo seu papel de “mãe” e abdicando de outras esferas, inclusive a profissional.

Entretanto, embora existisse esse sentimento de culpa sofrido por Vilma, em seu discurso se percebe que ela o enfrenta: “eu tinha que ser forte”, superando esse sentimento em busca do seu objetivo, que era vencer.

Jane também tinha sua motivação profissional na conquista de boa formação educacional dos seus filhos e relatou que agora que conseguiu uma boa formação para todos eles seu maior foco é ela mesma:

Eu falo que eu lutei muito por que eu tinha objetivos que era o estudo dos meus filhos (quando eram pequenos) [...] agora o meu foco maior sou eu. (Jane)

Lipovetsky (2000) assevera que mesmo após as diversas conquistas femininas nos campos da independência econômica e mercado de trabalho, a preponderância da mulher na esfera doméstica continua gritante:

O momento da terceira mulher combina, assim, um modelo igualitário com um modelo não-igualitário: a ideologia das “esferas separadas” dos dois sexos está certamente caduca, mas, ao mesmo tempo, as mulheres são sempre destinadas prioritariamente à esfera doméstica: o trabalho é uma atividade legítima tanto para as mulheres como para os homens sem que por isso reine uma relação indiferenciada dos dois gêneros com o trabalho profissional. (2000, p. 241)

As empresárias participantes demonstram novas formas de lidar com os filhos e com suas carreiras, sem que tenham que abdicar completamente de um ou de outro:

O escritório era em casa, então, eu ficava o tempo todo com eles ali na boa. Trabalhava no meu ritmo e ajudava a cuidar deles ali tranquilo. Quando a gente veio pra cá, a gente teve que deixar eles com uma empregada em casa. Mas, o fato de você ser proprietário te dá algumas liberdades né? Consegue fazer seu horário, precisa ir ao médico, precisa levar algum lugar e tal você consegue administrar isso, mas quando você é funcionária fica mais difícil, mas eu nunca enfrentei essa situação. (Vera)

Pelo fato de nós morarmos no mesmo lugar, eu morava em cima, então, estava sempre muito junto com eles, então, meus filhos cresceram nesse ambiente [...] então eu consegui ficar, atendê-los e tal porque a gente morava em cima, então, era mais fácil. (Vilma)

Coloquei essa padariazinha do lado da minha casa onde eu moro porque eu queria ficar perto dos meus filhos e não tinha empregada, era essa a minha visão. (Jane)

Elas não negam seus papéis de mães e não medem esforços em proporcionar boas condições de vida aos seus filhos. Porém, elas não abandonam suas carreiras profissionais para atender a este papel “exclusivamente”. Pelos relatos, é possível verificar que os filhos são uma preocupação constante em suas vidas e essa preocupação não as paralisa, mas as move em direção ao seu êxito profissional.

Desse modo, elas conciliam ambos os papéis: mães e empresárias. Essa preocupação em conciliar estes papéis é predominantemente feminina, vinculada ao gênero, pois os homens não possuem esse “encargo” nas suas vidas:

Por mais significativas que sejam, essas mudanças continuam, apesar de tudo, lentas, limitadas, incapazes de aproximar os homens e as mulheres de uma democracia doméstica. O mais notável, afinal, é menos a transformação dos papéis do que sua forte permanência. Pesquisa após pesquisa, a mesma realidade aparece: são as mulheres que continuam maciçamente a assumir a maior parte da responsabilidade pela educação dos filhos e pelas tarefas da casa. (LIPOVETSKY, 2000, p. 248)

O homem não apresenta esse sentimento de “culpa” percebido nos relatos das mulheres. Isso se deve ao fato de haver uma validação cultural do modelo em que o homem é o provedor de alimento, no sentido material/financeiro, ao passo que o modelo feminino seria a atribuição de tarefas domésticas e o cuidado com os filhos (LIMA *et al*, 2013).

Assim, os relatos das participantes comprovam que a mulher ainda possui o encargo de cuidados do lar e dos filhos, uma vez que ainda necessitam de “conciliação” entre seu papel de “mãe” e de “empresária” e sentem “culpa” quando optam por priorizar suas carreiras profissionais. O encargo mental que permeia as mulheres se trata de uma dificuldade inerente ao gênero feminino, pois como já ressaltado, os homens, em sua maioria, não os possuem. Percebe-se que essa cultura social, de que o homem é o provedor, ainda persiste, mesmo com uma grande parcela de mulheres inseridas no mercado de trabalho.

Portanto, uma questão ainda a ser conquistada pelas empreendedoras e pelas mulheres “pós-modernas” é a superação da “culpa” na conciliação de papéis

de “mães” e “empresárias”. Essa carga mental ainda presente nas mulheres prejudica seu desenvolvimento pleno em suas atividades, pois necessitam conciliar esses papéis para obter êxito em suas carreiras.

4.2.6 Alianças femininas

Em relação às alianças femininas, todas as entrevistadas relataram, espontaneamente, que participavam de encontros com outras mulheres empreendedoras, com objetivo de compartilhar experiências pessoais e adquirir novos conhecimentos. Vera, Vilma e Jane relataram uma participação mais aprofundada nesses grupos, sendo que já compuseram até mesmo cargos administrativos dentro deles.

A troca de experiências e de aprendizado parecem ser os grandes “motores” para a existência destes tipos de associações, onde as empresárias mais experientes compartilham seus conhecimentos com as empresárias mais jovens, no intuito de ajudar suas com suas vivências pessoais:

E tem aquelas que tão começando que tão assim super ansiosas e querem fazer curso e querem fazer isso, querem fazer aquilo, são bastante preocupadas, então assim me vejo assim, como fui lá atrás entendeu? Então, mas é legal, a gente é um grupo bem homogêneo, se a gente aprende muito porque como a gente ensina a gente também aprende né? Elas aprendem com a nossa experiência e a gente vê isso muito nelas que tão começando [...] Mas é muito bom, eu gosto muito de participar (Vilma)

A gente tem intenção justamente de trocar experiências se ajudar, [...] Hoje se você observar esses grupos, o MEX, o nosso, a gente acaba participando de uma, participando da outra e é uma rede de negócios que acontece meio que sem o pessoal perceber. (Vera)

Percebe-se, assim, entre essas mulheres, um elevado grau de “sororidade”, cuja ideia é de que juntas as mulheres são mais fortes. Silva (2009) destaca que a “sororidade” se trata de uma concepção que foi embutida de que as mulheres, sendo todas iguais, deveriam lutar contra a desigualdade em relação aos homens.

Nesses grupos onde as empresárias trocam experiências e ideias, se denota a vontade em ajudar e compartilhar suas experiências pessoais com a finalidade de

ajudar outras mulheres que estejam iniciando suas carreiras, de maneira positiva. As mais experientes participam no intuito de estimular e ajudar as menos experientes, e estas, por sua vez, participam para adquirir novos conhecimentos a partir das experiências vividas.

Essa “sororidade” também aparece de outra forma, além das associações entre as mulheres. No relato de Vilma se percebe que logo no começo de sua atividade empresarial a empreendedora contou com a ajuda de outra mulher empresária do mesmo setor que lhe repassou muitos ensinamentos da área:

Eu devo muito a ela, que é a Leila⁶, da (nome da floricultura). Ela me ensinou muito, viajei com ela pra São Paulo e tudo, sabe, me mostrou os caminhos. [...] eu aprendi bastante com ela [...] eu agradeço muito a ela pelo que eu aprendi com ela, aprendi com ela, as meninas dela também [...] eu acho que ela também teve um, não digo um coração bom, mas me abriu as portas da empresa dela pra eu aprender e eu ia ser uma concorrente dela, mas tudo bem, eu fiz a minha clientela, ela tinha a dela né? (Vilma)

Todas as participantes relataram a ajuda mútua que, de alguma forma, ocorre entre mulheres empreendedoras e que elas não se vislumbram como “concorrentes”, mas se permitem trocar experiências e ideias de negócios para auxiliar umas às outras.

O fato chamou atenção por estar presente no discurso de todas as participantes de modo muito aberto e sem objeções, que pode ser problematizado a partir da perspectiva de gênero.

Essas mulheres substituem a mente competitiva, que as leva à escassez, por uma mente criativa, capaz de realizar novas alianças e novos contatos, beneficiando, desse modo, a todas as mulheres, que integradas, podem ir mais longe.

Para Touraine, estas reuniões entre mulheres “são os lugares privilegiados onde o ‘eu’ e o ‘nós’ livram-se de tudo aquilo que os encobrem e os interdita” (2011, p. 169).

Desse modo, as alianças femininas podem ser vistas como soluções positivas encontradas pelas “pós-mulheres” para conquistar espaço e para consolidar vínculos entre as mulheres, no intuito de auxiliar em um progresso para todas. A união entre mulheres para auxiliar no caminho da atividade empreendedora

⁶ Nome fictício para preservar a identidade da entrevistada.

foi vista como uma solução para estimular outras mulheres a empreender e superar seus problemas.

4.2.7 Submissão feminina

As participantes foram indagadas sobre a existência de submissão feminina e violência doméstica contra as mulheres e se manifestaram abertamente sobre o tema. Nenhuma delas relatou ter sofrido agressões ou violência, mas todas se manifestaram sobre o fato. Na opinião pessoal da participante Jane, esta situação ocorreria por conta de uma “permissão” da própria mulher:

Eu acho que é uma permissão. Porque a pessoa se permite. É igual a gente falar assim: “ah, o meu marido fez isso comigo”, eu acho que a mulher se permite, entendeu? De algum modo ela tá sabotando alguma coisa. [...] E isso acontece com as mulheres também, elas fazem alguma sabotagem no meio e elas acabam se permitindo. (Jane)

Vera não enxerga isso como uma permissão, mas afirmou que as mulheres que sofrem violência doméstica são pessoas que não sabem como “sair” da situação, que em sua percepção, seriam por falta de conhecimento ou apoio:

Não dá pra gente simplesmente julgar né? “ah, sofre violência e não reage” Como assim não reage? Não, ela não reage, às vezes porque não tem conhecimento, porque não tem nenhum tipo de apoio [...] então não dá pra julgar o ato em si, tem que ver o que vem antes disso e se tiver encaminhado pros lugares certos ela vai ter como agir. Porque eu não acredito que alguém fique em uma situação dessa achando que tá bom. Eu acho que é simplesmente porque não sabe como sair dela. (Vera)

Diana lamentou pelas mulheres que estão em situação de submissão e sugere que estas mulheres tenham “voz” para agir contra as atitudes de violência que sofrem:

Eu lamento pelas mulheres também que deixam certa forma ser influenciada ou ser minimizada. A gente tem que soltar o grito, não é ninguém que vai fazer pela gente. (Diana)

Estes relatos demonstram uma negação destas mulheres ao papel de mulher submissa: para as participantes, uma mulher submissa “se permite”, “se sabotar”, “não tem conhecimento” ou “não sabe como sair disso”, porque tem uma “saída”. O modo como elas percebem estas mulheres demonstra que as empreendedoras rejeitam o papel designado de “mulher frágil”. Nenhuma delas enxerga isso como algo “natural” à mulher. Para elas, alguma coisa não está certa quando uma mulher reage assim, porque elas podem e devem se impor neste sentido.

Ressalta-se que o foco desta pesquisa não é a mulher submissa em si ou a mulher que sofre a agressão, mas a percepção das mulheres participantes quanto a estes fatos.

A existência de violência contra a mulher, ainda nos dias atuais, é inegável. Os dados apontam isso: no Brasil, mesmo com a criação de medidas jurídicas e leis protetivas - Lei Maria da Penha, por exemplo - ainda aumentam os casos de violência contra as mulheres, sendo muito mais significativo no que se refere às mulheres negras. Nos últimos 10 (dez) anos houve o aumento de 54% (cinquenta e quatro por cento) de assassinatos praticados contra as mulheres negras, sendo que, das 2,4 milhões de mulheres que sofreram violência em 2015, 1,5 milhão são negras (FUNDO FALE SEM MEDO, 2015).

O motivo que leva essas mulheres à condição de submissão e o problema da situação da violência doméstica que persiste ainda nos dias atuais não será abordado neste momento, porquanto somente as opiniões das participantes quanto a estes fatos que realmente interessam nesta pesquisa. Porém, desde logo, se ressalta a importância e necessidade de atenção ao referido tema, ficando a sugestão de novas pesquisas neste sentido.

4.3 Sucesso e liberdade

Ao contarem suas histórias de vida as empreendedoras participantes foram estimuladas a falar sobre o significado pessoal de sucesso e se consideravam “mulheres de sucesso”. Também falaram de liberdade e foram indagadas se o fato

de serem empresárias lhes possibilitava uma atuação mais livre que em outras atividades.

Diana, em seu relato, se atribui uma identidade positiva de uma empreendedora de sucesso e justifica isso no fato de ser reconhecida, prestigiada na cidade, pela sua história e por ser uma pessoa honesta:

Eu acho que o sucesso é o reconhecimento daquilo que você faz bem e bem feito né? Hoje, graças a Deus, a gente ser reconhecida, prestigiada na cidade, não tem dinheiro que pague, é ter portas abertas, isso é o resultado do que você faz. O sucesso é esse resultado. Então, quem não gosta e quem não quer fazer parte né? E eu sim, eu sou uma pessoa de sucesso, tenho certeza disso. (Diana)

Vilma justifica seu sucesso na sua realização pessoal e a vontade de vencer sempre a motivou nesse caminho. Para ela, “dar um caminho” aos seus filhos por meio da sua carreira profissional significou alcançar seu objetivo pessoal de vida:

Olha eu me sinto realizada assim, sabe? Uma pessoa que é persistente [...] mas é uma coisa que vem de mim, assim, que eu precisava vencer, que eu precisava, principalmente, chegar lá na frente, para meus filhos e dar um caminho pra eles entendeu? Porque hoje eles são todos trabalhando comigo, entendeu? Então, assim, fiz um caminho pra eles seguirem a vida [...] mas, assim, eu sou muito realizada. (Vilma)

Vera relata que o sucesso é o reconhecimento da sociedade em relação a sua empresa, que conseguiu fazer “seu nome”. Para ela, o reconhecimento por ter uma empresa honesta vale mais que uma conta bancária farta:

Eu não encaro ser uma empresária de sucesso, vamos dizer assim, a conta bancária, ou o resultado financeiro disso né? Até porque é muito raro uma empresa que não tem que lutar dias após dias pra estabilizar né? Não sei se tem, não é o nosso caso de ter assim uma folga de ficar tranquilo, não.. é uma luta diária mas eu acho que dá pra dizer que tem sucesso quando você é reconhecido por boas causas. Mas aí, no caso eu não vou falar de mim só, eu acho que no caso, eu sou empresária junto com o [marido], a gente construiu junto né? Então, vou falar assim da nossa empresa, mas a gente é reconhecido por ser uma empresa honesta, por ser uma empresa que se pode confiar, com indicações que a gente oferece. A gente está no mercado praticamente trinta anos, a empresa. [...] Então assim, eu acho que isso é ter sucesso né? Porque eu não sei se eu saberia conviver legal assim de ser só uma figura na coluna social, sem um certo reconhecimento ali né? Não gosto dessa coisa fútil de sair na mídia, como alguém que vai numa festa, ou alguém que vai

numa viagem se não tem uma outra história por trás. Então, eu acho que nós temos essa outra história por trás. A gente é uma empresa que tem uma credibilidade, um nome bom e tal e isso deixa a gente muito satisfeito e deixa a gente bem feliz. (Vera)

O relato de Jane apresenta a compreensão da mesma sobre sua atividade de empresária, seu sucesso e sua liberdade, estando todos em sintonia entre si. Jane percebe o empreendedorismo como sendo uma ferramenta para exercer a sua própria liberdade, sendo que essa liberdade lhe proporciona satisfação e felicidade:

Tem muitas formas de ser referência, hoje pra mim o maior sucesso é ter liberdade de vida, liberdade de gerir, estabilidade, ir onde eu quero, falar com quem eu quero, sem estar presa a nada, isso pra mim é o meu sucesso, porque é um conjunto de coisa que me faz estar sempre bem, sempre feliz. (Jane)

A liberdade para gerir a empresa, criar e expor ideias também foi percebida no relato de Vera, onde a mesma alega que mesmo sendo uma empresa familiar, onde divide decisões com seu marido, ela se sente totalmente livre para expor suas ideias e sugestões:

Eu tenho total liberdade e assim me sinto bem acolhida nas minhas ideias. (Vera)

Assim, do mesmo modo que Leila Diniz, as mulheres empreendedoras também expressam o anseio pela liberdade. E do mesmo modo que Leila, as mulheres empreendedoras abriram possibilidades para outras mulheres com seus comportamentos transgressores. Diana narrou as possibilidades que poderia ter escolhido, dividindo-as em “lado fácil” e “lado difícil”, onde se percebe que ela optou pelo caminho “difícil”, que apesar de trazer maiores desafios, foi o que lhe proporcionou maior liberdade:

Igual eu te falei, tem o lado fácil e o difícil. Eu escolhi o lado difícil, o lado fácil Adriana tá assim ó chamando: “vem, vem, vem” mas, e o sabor da conquista? De que você nunca pegou nada de ninguém e nunca passou por cima de ninguém, é o melhor que tem, por isso, que você alcança sucesso, realizado e feliz e livre que você não tem um “rabo preso” com ninguém, ninguém te deu, você não passou rasteira, você não foi amante, você não foi sabe? Não, não precisa disso não Adriana, quem eu conheço que já foi assim tão na (*) hoje, entendeu, tipo se um dia eu chegar a fechar, mais o que eu vou

fazer, fechou mas eu não precisei estar ruim na pendura, ai que chega, ai que a tentação vem mais ainda, mais eu não preciso, não preciso, vou vender minhas pizzas honestamente. (Diana, grifo nosso)

Esse “sabor da conquista” relatado por Diana é o que impulsiona as pós-mulheres em suas trajetórias e também parece ser o combustível que move as empreendedoras rumo ao sucesso, se traduzindo no próprio caminho da conquista da liberdade:

O caminho correto é o mais difícil, mas é o mais gratificante, demorou, demorou chegar, mas é essa sensação de que você não passou por cima de ninguém, você não precisou de esmolas, você não precisou de uma ajudinha como os brasileiros são acostumados. Nunca precisei disso não, quantas portas na cara, mas nunca desisti, isso que eu te falo, quando você falou para definir, é persistência, não desistir, persiste que as coisas acontecem né? (Diana)

O “caminho correto”, na percepção de Diana, é aquele que ela mesma traçou, sem “facilidades” ou outros meios de conquista além do seu esforço pessoal. Touraine (2011) observa que as mulheres contemporâneas, vivendo no “pós-feminismo”, carregam o desejo de viver uma existência transformada por elas mesmas:

O sujeito não depende de nenhuma forma de individualismo ou de emancipação: ele é a afirmação do direito de cada um à liberdade e à responsabilidade. O que implica que a liberdade individual seja concebida como libertação, por um lado, mas como liberdade, por outro, e ao menos, tanto quanto de busca de produção de si mesmo contra todos os determinismos sociais, culturais, psicológicos ou políticos, que reduzem um indivíduo a mero consumidor. (TOURAINÉ, 2011, pp. 181-182)

Essa ferramenta para liberdade em que se transforma o empreendedorismo nas vidas destas mulheres foi percebido no relato de todas as participantes. Jane, Diana e Vera verbalizaram explicitamente os termos “liberdade” e “livre” atrelados ao sucesso pessoal e as suas carreiras de empresárias e Vilma manifestou essa liberdade que possui com a atividade empreendedora de modo implícito, pois ela acredita que ser empresária lhe possibilita criar, vencer e atingir suas metas pessoais:

Tem que ser criativo, tem que estar sempre buscando alguma coisa né? Porque você não pode se acomodar, então, você tem que estar sempre apreendendo, o empresário que se acomodar, meu deus do céu! Tem que estar sempre buscando né? [...] Então, eu acho que é isso, eu acho que às vezes a pessoa quer ser empreendedora mais não consegue ser eu acho que tem que ter um pouquinho no sangue, sei lá, acho que a gente nasce um pouco com isso né? (Vilma)

Assim, foi possível compreender ao longo de todos os relatos que estas empreendedoras também trazem esse desejo de vencer por seus próprios méritos e serem “livres”. Leila Diniz ressalta em seu discurso a liberdade como principal chave para a realização pessoal, também optando pelo “caminho difícil” ao invés do “caminho fácil”:

Sou uma pessoa livre e em paz com o mundo. Conquistei a minha liberdade a duras penas, rompendo com as convenções que tolhiam os meus passos. Por isso, fui muitas vezes censurada, mas nunca vacilei, sempre fui em frente. Tudo o que eu fiz me garantiu a paz e a tranquilidade que tenho hoje. Sou Leila Diniz, qual é o problema? (Leila Diniz apud GOLDENBERG, 2008, p. 249)

Essa necessidade de liberdade percebida nos relatos das empreendedoras demonstra que o empreendedorismo se transformou em um caminho para estas mulheres; “difícil”, porém necessário, para que as mesmas pudessem romper com as convenções de suas épocas, transformando-as em protagonistas de suas próprias carreiras, desvinculando-as dos papéis designados.

Além da comparação com o comportamento de Leila Diniz, constata-se que, do mesmo modo que o “corpo” e o “marido” foram vistos como verdadeiros capitais para as mulheres de Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014), os relatos das empreendedoras demonstraram mudanças nos papéis de gênero na atualidade, uma vez que o “reconhecimento”, a “realização pessoal” e a “liberdade” foram vistos por elas como a tradução perfeita de “sucesso”.

Assim, comparativamente ao estudo de Goldenberg sobre o “corpo” e o “marido” como capitais, tendo em vista que as empreendedoras citaram, em seus relatos, que são mulheres de sucesso porque são “reconhecidas”, “realizadas” e “livres”, conclui-se que estes sejam os verdadeiros capitais de suas vidas.

Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014) afirma que observou que o “corpo” pode ser observado como objeto de extremo sofrimento quanto de extremo prazer. Neste sentido, as mulheres empreendedoras afirmam que o caminho para o

sucesso, nesse caso, o caminho para o “reconhecimento”, “realização pessoal” e “liberdade”, também não é um caminho fácil, mas que tratam de preceitos extremamente prazerosos para todas.

Elas relataram diversas adversidades que ocorreram no decorrer de suas carreiras como empresárias, mas veem isso como uma escolha pessoal que traz o sucesso como uma consequência.

A felicidade provocada ao atingir um reconhecimento social e a liberdade pessoal é extrema e lhes provoca o êxtase máximo da realização pessoal:

Hoje eu quero empreender, mas eu quero empreender de forma que não esteja assim, amarrada, possa ter liberdade pra fazer e que eu tenha um bom rendimento. Eu já tô no caminho isso me deixa bastante feliz [...] e assim ajudar os outros isso me deixa feliz também [...] em qualquer (forma), uma palavra uma ajuda ou mesmo fazendo uma consultoria que eu vejo que o outro tem um pouco de transformação, não precisa muito, um pouco de transformação, isso me deixa muito feliz porque há entrega, entendeu? Há entrega daquilo que eu faço, eu quero, que realmente deixa o outro feliz e que eu posso deixar um legado ali, isso me deixa muito feliz. (Jane)

A partir do momento que você ama o que você faz, não tem como não ser feliz. (Diana)

Ainda, Vilma e Jane relataram ter recebido prêmios nacionais e regionais de instituições que reconheceram suas histórias de vida como empreendedoras:

Nossa, eu fiquei muito lisonjeada porque a indicação foi do Sindicato do Comércio né? Eu fiquei muito feliz com aquilo [...] eles reconheceram minha história né? Acho que me valorizaram bastante, foi ano passado que eu recebi o prêmio lá em Curitiba da Federação é o “Guerreiro do Comércio”. (Vilma)

Em 2005 que eu ganhei o prêmio do SEBRAE. Na época fiquei em São Paulo na Fundação Nacional da Qualidade, fui pra Brasília, fui pra Cuiabá, fui pra vários lugares e cada lugar, eu me encontrava com uma pessoa, com uma mente um pouco mais aberta e aquilo foi abrindo contato com outras pessoas [...] aí eu comecei a pegar gosto pelos estudos porque eu não tinha estudo né? Não tinha nem segundo grau quando eu ganhei o prêmio. (Jane)

Todas narraram que estas conquistas demandaram muito esforço pessoal e tempo dedicados por elas mesmas, pois nada “caiu do céu”. Muitas se dividiram em outras esferas pessoais (família, estudos) para atingir suas metas e seus objetivos, conciliando os papéis que ainda lhe são designados.

Hoje elas se consideram mulheres de sucesso por terem conseguido a realização pessoal, o reconhecimento social e a liberdade, conquistadas por seus próprios esforços. Todas reconhecem ter necessitado de apoio de outras pessoas (financeiro, moral), mas que suas forças de vontade e suas determinações foi o que as moveu ao caminho da conquista e por isso se orgulham de suas histórias de vida.

Assim, Lipovetsky assegura uma mudança no comportamento da mulher na atualidade, estabelecendo um novo padrão de comportamento na atualidade:

O modelo da mulher apagada conciliadora sofre cada vez mais a concorrência do modelo da “ambiciosa”. A cultura competitiva do desafio e da estratégia de carreira fez sua estréia no universo feminino. Ser bem-sucedida nas organizações, visar aos postos de responsabilidade tornou-se um objetivo feminino midiaticizado e socialmente legítimo. (LIPOVETSKY, 2000, p. 264)

Com suas atitudes elas abrem novos caminhos para novas mulheres conquistarem seu espaço no empreendedorismo e as estimulam com suas experiências de vida. Essas mulheres têm em suas veias uma determinação que corre nas veias das pós-mulheres, que são protagonistas da própria história e donas do seu próprio destino.

Além disso, ao longo da leitura dos relatos das participantes, foi possível notar a semelhança nas atitudes que as mesmas tiveram ao longo de suas jornadas empreendedoras com o comportamento de Leila Diniz, que “inventou seu lugar no mundo, fez um nome” (GOLDENBERG, 2008, p. 248), quebrou padrões e revolucionou o comportamento feminino de sua época com suas próprias atitudes.

Leila foi uma revolucionária em seu tempo, mesmo sem saber e querer isso, fazendo de maneira “intuitiva” (GOLDENBERG, 2008). Neste sentido, após os relatos das participantes na presente pesquisa, seria possível dizer que as mulheres empreendedoras são o símbolo da revolução feminina atual? Acredita-se que sim, pois seus comportamentos, ainda nos dias atuais, podem ser vistos como inovadores, uma vez que ainda são minoria a frente de pequenas e microempresas.

Neste sentido, Lipovetsky (2000) salienta ainda, na atualidade, a ausência de mulheres nos postos de comando e que “o fato mais marcante não é as mulheres estarem abrindo caminho até o topo, mas a persistência de seu isolamento e a reprodução social do poder masculino” (2000, p. 266).

Ademais, tendo em vista que a “realização pessoal”, “reconhecimento social” e a “liberdade” estiveram presentes em seus relatos como a verdadeira tradução do sucesso para estas mulheres, constata-se que estes preceitos são extremamente valiosos para as mesmas, mais até mesmo do que o próprio sucesso financeiro em si, sendo a condição financeira uma mera “consequência” destes preceitos.

Assim, ao compreender os papéis de gênero vivenciados pelas participantes na contemporaneidade por meio das suas histórias de vida, verifica-se que estes preceitos: “reconhecimento”; “realização pessoal” e “liberdade” estão centralizados em seus discursos e lhes motivam ao crescimento pessoal e profissional, se tratando da verdadeira “riqueza” de suas vidas (GOLDENBERG, 2011).

Como já ressaltado no capítulo anterior, Bourdieu (1987) afirmou que as espécies de capital são os poderes que definem as probabilidades de ganho em um campo determinado, sendo que alguns capitais podem ser extremamente valiosos para alguns mas podem não ter nenhuma importância em outros campos.

Dessa forma, as mulheres participantes ao centralizarem esses preceitos como “valiosos” nas suas vidas trazem a noção de que se tratam de seus verdadeiros capitais. Para estas mulheres ser realizada, livre e reconhecida pela sociedade tem valor incontestável:

Hoje pra mim o maior sucesso é ter liberdade de vida, liberdade de gerir, estabilidade, ir onde eu quero, falar com quem eu quero, sem estar presa a nada, isso pra mim é o meu sucesso, porque é um conjunto de coisa que me faz estar sempre bem, sempre feliz. (Jane)

E o sabor da conquista? De que você nunca pegou nada de ninguém e nunca passou por cima de ninguém, é o melhor que tem, por isso, que você alcança sucesso, realizado e feliz e livre que você não tem um “rabo preso” com ninguém, ninguém te deu, você não passou rasteira, você não foi amante, você não foi, sabe? (Diana)

Importante ressaltar o entendimento trazido por Lipovetsky (2000), que não nega que em situações diferentes as dimensões e significações pessoais sejam diferentes. Lipovetsky pondera que “existem fortes diferenças nos modos do compromisso profissional das mulheres: um abismo separa o investimento de uma diretora de marketing das motivações de uma caixa de supermercado” (2000, p. 225), afirmando, assim que as motivações entre ambas seriam completamente diferentes. No entanto, a presente pesquisa se centraliza no contexto das

empreendedoras participantes e, para estas, suas profissões e responsabilidades profissionais se confundem com suas próprias identidades.⁷

Estas mulheres praticam o empreendedorismo como uma ferramenta para sua própria libertação feminina, pois reconhecem em suas carreiras uma autoafirmação de sua própria personalidade.

Portanto, da mesma forma que o “corpo” e o “marido” estiveram presentes nos discursos das mulheres participantes dos estudos realizados por Goldenberg (2006, 2011, 2012, 2014), o “reconhecimento”, a “realização pessoal” e a “liberdade” estão presentes no discurso das mulheres empreendedoras participantes do presente estudo e podem ser considerados como seus verdadeiros “capitais”.

⁷ Não se pretende, aqui, com estes exemplos, desmerecer a profissão de caixa de supermercado em detrimento da profissão de diretora de marketing. O intuito foi demonstrar que existem outras realidades mas que a presente pesquisa somente pode abordar o conteúdo trazido pelas participantes das entrevistas e a referida citação se encaixa nisso. Outros estudos seriam necessários para se aprofundar em relação às aspirações de mulheres subordinadas, ficando, aqui, desde logo uma sugestão neste sentido. A presente explicativa segue no intuito de dirimir interpretações equivocadas do contexto da citação referenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou a compreensão da atividade empreendedora nas vidas das mulheres empreendedoras participantes da investigação. Por meio de seus relatos, foi possível perceber que elas atuam no mercado de trabalho como empresárias pelo fato de possibilitar o desenvolvimento de suas características pessoais, como uma ferramenta utilizada para sua libertação e construção social de si mesmas.

Além disso, também permitiu a compreensão de seus verdadeiros “capitais”, sendo que o “reconhecimento”, a “realização pessoal” e a “liberdade” estiveram muito presentes em seus discursos, visto que as participantes se consideram mulheres de sucesso com fundamento nestes fatores: elas se sentem realizadas, reconhecidas e livres.

Estas histórias de vida podem demonstrar que as bandeiras do feminismo atualmente são outras, mas ainda existem diversas conquistas a serem alcançadas. As empreendedoras relataram dificuldades que sofreram durante o desenvolvimento de suas atividades empreendedoras, atreladas ao gênero, sendo que o “jogo de cintura”, a necessidade de conciliação entre trabalho e família e os papéis designados ainda necessitam ser superados, todos os dias.

Também por meio de seus relatos foi possível perceber que estas mulheres criam suas próprias formas de lidar com seus problemas e não possuem mais problemas com subordinação masculina. Elas se sentem respeitadas por seus funcionários do gênero masculino, mas atribuem a isso o fato de suas posturas profissionais e construídas por elas mesmas.

Elas revelaram, ainda, as alianças femininas que existem na atualidade, demonstrando uma verdadeira “sororidade”, onde mulheres empreendedoras promovem reuniões para compartilhar experiências e ajudar as jovens iniciantes no setor. Este fato, por si só, mereceria uma análise especial que poderia demandar novas pesquisas neste sentido, no intuito de desvendar e fortalecer as alianças femininas na atualidade, até mesmo com o desenvolvimento de políticas públicas que fomentem este tipo de rede.

As empreendedoras participantes se manifestaram, ainda, sobre o modelo de “mulher submissa” e, pelo modo como elas perceberam este modelo de mulher,

sugerindo que as mesmas são livres e não se sujeitariam a sofrer nenhuma submissão ou situação de violência, uma vez que todas possuem voz ativa e reivindicam suas liberdades como direito essencial às suas vidas.

Deste modo, foi possível analisar que as empreendedoras participantes se tratam das “pós-mulheres” descritas por Lipovetsky (2000), Alves (2014) e Touraine (2011) e, entre suas características pessoais, a que mais se destaca é a construção individual e o fato de serem donas de si. Também foi possível perceber uma semelhança no comportamento destas empresárias com o comportamento de Leila Diniz, que mudou o padrão de comportamento das mulheres de sua época.

Tal como a suposição inicial da pesquisa, foi possível perceber que estas mulheres fazem da atividade empreendedora um meio de exercer sua própria liberdade, sendo que o cenário do “empreendedorismo” lhes parece muito favorável para a expansão de suas carreiras e ambições pessoais de vida, se transformando em uma única figura: a mulher e a empreendedora se tratam da mesma pessoa.

Tanto em suas casas, quanto em suas empresas, seus objetivos pessoais e as motivações que as mantêm no caminho do sucesso podem ser percebidas da mesma maneira, pois elas conduzem suas vidas pessoais e suas carreiras em plena sintonia. Não significa que elas não enfrentem desafios: elas encaram seus problemas de frente e buscam soluções para superá-los. Seguem seus caminhos, fazendo dos seus obstáculos uma fonte de aprendizado.

São mulheres que estão mudando comportamentos, rompendo “tabus” e mudando o mundo do “empreendedorismo”: são mulheres que inspiram!

Remetendo-se, assim, às questões que originaram a presente investigação, pode-se verificar que, dentro do escopo de um estudo qualitativo, estas foram respondidas.

Uma das limitações desta pesquisa refere-se ao fato de que foram ouvidas apenas mulheres empreendedoras da cidade de Foz do Iguaçu/PR. Deve-se levar em consideração que a cidade é fronteira e possui uma dinâmica diferente de outras cidades e este fato pode ter interferido nas análises. Faz-se necessário, portanto, que esse aspecto seja analisado em outras regiões do país. Outra sugestão de pesquisa seria a investigação científica com mulheres em outros segmentos do mercado de trabalho com a finalidade de verificar se também fazem de suas profissões uma ferramenta de libertação ou quais são os motivos que as levam a buscar espaço no mercado de trabalho em que atuam.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALMEIDA, F. L. *Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino nas artes visuais*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 238 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/mqk8h/pdf/almeida-9788579831188-05.pdf>>. Acesso em 25 nov 2017.

ALPERSTEDT, G. D.; FERREIRA, J. B.; SERAFIM, M. C. Empreendedorismo feminino: dificuldades relatadas em histórias de vida. *Revista de Ciências da Administração*. v. 16, n. 40, p. 221234, dezembro, 2013.

ALVES, F. L. *Pós-mulher: corpo, gênero e sedução*. Curitiba: Editora Champagnat, 2014.

AMORIM, R. O.; BATISTA, L. E. Empreendedorismo feminino: razão do empreendimento. *Núcleo de Pesquisa da Finan*, v. 3, n. 3, 2012. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115149.pdf> Acesso em 27 jan. 2018.

BARREIRA, I. A. F. Uma história de feminismo no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 34, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9815/1/2003_art_iafbarreira.pdf> Acesso em 30 jul 2017.

BAUER, C. *Breve História da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Edições Pulsar. 2001.

BEAUVOIR, S. *A força das coisas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

_____. *O Segundo Sexo*. V.1. São Paulo: Difel, 1970.

BENTO, L. C. *Breves considerações sobre o conceito de liberdade na filosofia e sua possível efetivação na práxis social da vida humana*. 2010. Disponível em: <<http://www.unifaj.edu.br/NetManager/documentos/BREVES%20CONSIDERA%C3%87%C3%95ES%20SOBRE%20O%20CONCEITO%20DE%20LIBERDADE%20NA%20FILOSOFIA%20E%20SUA%20POSS%C3%8DVVEL%20EFETIVA%C3%87%C3>>

%83O%20NA%20PR%C3%81XIS%20SOCIAL%20DA%20VIDA%20HUMANA.pdf>. Acesso em 25 nov. 2017.

BLAY, E. A. *8 de março: conquistas e controvérsias*. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.601-607. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200016>> Acesso em: 13 mar. 2017.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Capital simbólico e classes sociais. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 96, p. 105-115, Julho 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>> Acesso em 4 de maio 2017.

_____. *O poder simbólico*. (Trad. Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BRUNEAU, J. e MACHADO, H. V. *Empreendedorismo nos países baseado nos indicadores do da América Latina Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*. Revista Panorama Socioeconómico. Ano 24, nº 33, p. 18-25 (Julho-Dezembro 2006). Disponível em: <<http://panorama.usalca.cl/dentro/2006-dic/articulo2.pdf>> Acesso em 08 maio 2017.

BRUSCHINI, C. *Trabalho Feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro: Estudos feministas, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16287/14828>> Acesso em 15 mar 2017

BRUSCHINI, C; PUPPIN, A. C. *Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX*. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. p. 105-138, jan./abr. 2004

BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identify*. Nova York: Routledge, 1997.

CARRASCO, C.; BORDERÍAS, C. e TORNS, T. *EL TRABAJO DE CUIDADOS: Historia, Teoría y Políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011.

CHRISTO, C. A. Marcas de Batom. *Revista Caros Amigos*, p. 16-17. 2001. Disponível em: <<https://secundo.wordpress.com/2010/11/21/marcas-de-batom-parte-i/>>. Acesso em: 03 de jan 2018.

CRAMER, L; CAPPELE, M. C. A.; SILVA, A. L. A inserção da mulher no mundo dos negócios: construindo uma identidade. *Anais do Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes*, Ouro Preto, 2001.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa – Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEGEN, R. J. *O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial*. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DEL PRIORE, M. *A mulher na história do Brasil*. 4ª Edição. São Paulo: Contexto, 1994.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do Empreendedor*. 6ª Edição. São Paulo: Editora de Cultura, 1999.

DORNELAS, J. C. de A. *Empreendedorismo Corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DUARTE, C. L. *Feminismo e literatura no Brasil*. *Revista Estudos Avançados*, nº 17, vol. 49, 2003.

FERNANDES, J. A. T; CAMPOS, F. de; SILVA, M. O. da. *Mulheres empreendedoras: o desafio de empreender*. Junho, 2013. Disponível em: <www.eumed.net/rev/cccss/24/familia-trabalho.html> Acesso em 13 de março de 2017.

FERRAROTTI, F. *Las historias de vida como método*. Universidad Sapienza de Roma. ISSN 1405-1435, UAEM, México, núm. 44, pp. 15-40, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/105/10504402.pdf>>. Acesso em 14 set 2017.

FILLION, L. J. *Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios*. *Revista de Administração*, São Paulo. V. 35, n. 2, p. 05-08, abril/junho, 1998.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2003.

_____. *Modos de homem, modas de mulher*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FUNDO FALE SEM MEDO. “Violência doméstica contra as mulheres negras cresce no país”. 2015. Disponível em: <
<http://www.fundosocialelas.org/falesemmedo/noticia/violencia-domestica-contras-mulheres-negras-cresce-no-pais/15913/>> Acesso em 19 janeiro 2018.

GEM - BRASIL. 2015. *Global Entrepreneurship Monitor*. Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2015. Curitiba: IBQP.

GOLDENBERG, M. Afinal, o que quer a mulher brasileira? *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol.23, n.1, p.47 – 64, 2011. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000100004&lng=en&nrm=iso > Acesso em 08 set 2017.

_____. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. A arte de dizer não. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º de jan. 2013. Coluna equilíbrio, p. C7. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/miriangoldenberg/2013/01/1207603-a-arte-de-dizer-nao.shtml?loggedpaywall#_=_>. Acesso em 17 jan 2018.

_____. Casamentos invertidos: acusações e preconceitos em arranjos conjugais desviantes. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.04.02: 495 – 518, outubro, 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/sant/v4n2/2238-3875-sant-04-02-0495.pdf>> Acesso em 08 set 2017.

_____. Leila Diniz (1945-1972). In: Assis, Maria Elisabete Arruda de; Santos, Taís Valente dos (Org.) *Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres*. Recife: Editora Massangana, 2016.

_____. Mulheres e envelhecimento na cultura brasileira. *Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 25, n. 2 - Jul./Dez, 2012*. Disponível em:<
<http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/21803>> Acesso em 08 set 2017.

_____. *O corpo como capital: para compreender a cultura brasileira*. Revista Eletrônica da Escola de Educação Física e Desportos, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9083>> Acesso em 08 set 2017.

_____. *Por que os homens preferem as mulheres mais velhas?*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

_____. *Toda mulher é meio Leila Diniz*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

GOLDENBERG, M; TOSCANO, M. *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOMES, O. *Curso de direito do trabalho*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1976.

GOTARDO, R. e CORCETTI, E. *Empreendedorismo Feminino: estudos das mulheres empreendedoras de Guarapari/ES*. VIII EGEPE. Goiânia, 2014. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/9099789-Empreendedorismo-feminino-estudo-das-mulheres-empreendedoras-da-cidade-de-guarapari-es-rayane-bazoni-gotardo-1-elisabete-corcetti-2.html>.> Acesso em 15 mar 2017.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609. Set/dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>> Acesso em: 02/02/2017.

HOHLFELDT, A. A fermentação cultural da década brasileira de 60. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 11, dezembro 1999. semestral. Disponível em: < http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/lmat/A_a_H/estrut_politica_e_gestao/aula_01/imagens/05/efervescencia_cultural_1960.pdf> Acesso em: 16 jan 2018.

JONATHAN, E. G. *Empreendedorismo feminino no setor tecnológico brasileiro: dificuldades e tendências*. In: EGEPE – Encontro de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. UEM/UEL/UnB, p. 41-53. Brasília, 2003.

_____. *Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 373-382, set./dez, 2005.

KASSAI, S. *As Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade*. São Paulo: 1996. Dissertação de Mestrado, FEA /USP. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cest/n15/n15a04> >. Acesso em: 15 mar. 2016.

LIMA, G. S. et al. *O Teto de Vidro das Executivas Brasileiras*. Belo Horizonte: Pretexto, 2013.

LIPOVETSKY, G. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOPES, C. M. S. *Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção*. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398.pdf>> Acesso em 15 mar 2017.

MACHADO, H. V. *Identidade empreendedora de mulheres no Paraná*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002.

MAGESTE, G. de S. et al. *Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações*. 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2008/2008_ENEO548.pdf> Acesso em: Acesso em 15 mar 2017.

MANZINI, E. J. *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf> Acesso em 10 jan 2018.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07/pdf>>. Acesso em 14 set 2017.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 14 set 2017.

MIRANDA, C. M. *Gênero, Desenvolvimento e Território: novas semânticas e antigas práticas*. Organizado por Cynthia Mara Miranda; Denyse Côté; Milena Fernandes Barroso; Marcos André Ferreira Estácio. Manaus: Editora Valer, 2015.

MOISÉS, J. A.; SANCHEZ, B. R. *Representação política das mulheres e qualidade da democracia: o caso do Brasil*. 2013. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35529742/FKA_-

_Representacao_politica_das_mulheres_e_qualidade_da_democracia_-_o_caso_do_Brasil.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1505360922&Signature=5ZEtqeCN03rQwk4U9F6eXaIEook%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DRepresentacao_politica_das_mulheres_e_qu.pdf>. Acesso em 14 set 2017.

MORAES, M. L. Q. de. *Simone de Beauvoir e o amor americano* (Um tributo a Simone de Beauvoir). Cadernos Pagu (12) 1999: pp.93-101. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634695>>. Acesso em: 13 de mar de 2017.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez, 2006.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA EQUIDADE DE GÊNERO. *Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil*. 2016. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil>> Acesso em: 22 jul 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL – ONU/BR. *Apenas 5% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres, afirma novo relatório da OIT*. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/apenas-5-dos-cargos-de-chefia-sao-ocupados-por-mulheres-afirma-novo-relatorio-da-oit/>> Acesso em: 22 jul 2016.

OTTO, C. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 237-253, maio-agosto, 2004.

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. de S. *As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres*. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010.

PEREIRO, X. *Apontamentos de Antropologia Sociocultural*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD. 2005. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8753011-Apontamentos-de-antropologia-sociocultural.html>> Acesso em: 27 abril 2017.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em: 15 mar 2017.

PORTO, M. de F. S. *Com licença, eu vou à luta: mulheres empresárias de patos de minas – 1980-90*. Uberlândia, 2002. 250 f. Tese (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em História. Uberlândia, 2002. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp081448.pdf>> Acesso em 11 jan 2018.

PRADO, V. M. do; DI GIORGI, C. A. G.; RIBEIRO, A. I. M. Capítulo 4 - Identidade e gênero: reflexões sobre feminismos e o pensamento de Alain Touraine. In: BRABO, T. S. A. M. (org.). *Mulheres, gênero e violência*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 73-99, 2015.

REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS. *Mercado de trabalho discrimina mulheres, revela pesquisa do IBGE*. 2016. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/12/mercado-de-trabalho-discrimina-mulheres-revela-pesquisa-do-ibge.html>> Acesso em 02/02/2017.

RHODES, C. de A. A. *Crônicas do cotidiano universitário: um estudo sobre os sentidos da experiência da graduação no discurso de um grupo de acadêmicos da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, 2014. 151 f. Orientadora: Prof^ª. Dra. Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/psicologiamestrado/files/2014/12/Carine-Rodhes-disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 13 set 2017.

SCHIAVANI, C. V; DIAS, T. de O.; OLIVEIRA, E. C. *Elas no comando: a percepção de colaboradores sobre a liderança exercida por mulheres*. Revista Conbrad Maringá, v.2, n.1, p. 141-160, 2017. Disponível em: <<http://www.revistaconbrad.com.br/editorial/index.php/conbrad/article/download/108/69>> Acesso em 06 maio 2017.

SEBRAE-PR, 2017. Disponível em: <<http://www.sebraepr.com.br/PortalSebrae/artigos/Pequenos-Neg%C3%B3cios-no-Paran%C3%A1>> Acesso em 09 maio 2017.

_____. *Análise dos resultados do GEM 2015 por gênero*: julho, 2016. Disponível em: < [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4ee07253fa008eb297c4585b988b0a43/\\$File/7216.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4ee07253fa008eb297c4585b988b0a43/$File/7216.pdf) > Acesso em 20 set 2017.

SEIXAS, A. M. R. *Sexualidade feminina: História, cultura, família – personalidade & psicodrama*. São Paulo: SENAC, 1998.

SENA, M. L., et al. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: reflexões teóricas a partir das desigualdades de gênero*. 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-insercao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-reflexoes-teoricas-a-partir-das-desigualdades-de-genero.pdf>> Acesso em: 25 julho 2016.

SILVA, G. C. C. da et al. *A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais*. Rev. SBPH, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 nov 2015.

SILVA, H. L. *A Liberdade de Escolha em Bergson e Schopenhauer*. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v40n1/0101-3173-trans-40-01-0025.pdf>> Acesso em 25 nov 2017.

SILVA, J. S. da. *Crítica feminista no Brasil. Vozes femininas da poesia latino-americana: Cecília e as poetisas uruguaias* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 221 p. ISBN 978-85-7983-032-7. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3vj9m/pdf/silva-9788579830327-04.pdf>>. Acesso em 10 jan 2018.

SIMONS, M. A. *Beauvoir e Sartre: a questão da influência* (1981). Sapere Aude – Belo Horizonte, v.3, n.6, p.3 40-356, 2012.

SNAPE, D.; SPENCER, L. The foundations of qualitative research. In: RITCHIE, J.; LEWIS, J. *Research Practice: A guide for social science students and researchers*. SAGE Publications Ltda, 2003.

STEVENSON, L. Some Methodological Problems associated with researching women entrepreneurs. *Journal of Business Ethics*, 9:439-446, 1990. Disponível em: <<https://page-one.live.cf.public.springer.com/pdf/preview/10.1007/BF00380343>> Acesso em: 15 jan 2018

TANURE, P. T. *Empreendedorismo e família: quando flexibilizar horários se torna uma sobrecarga para as mulheres* - 2014. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11560/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20%C3%BAltima.pdf?sequence=1>> Acesso em 27 abril 2017.

TOURAINÉ, A. *O mundo das mulheres*. 3ª Edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>> Acesso em: 24 agosto 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, G. *Observando o Familiar*. In: NUNES, Edson de Oliveira – *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

WEEKS, J. R.; SEILER, D. *Women's entrepreneurship in Latin America: an exploration of current knowledge*. Inter-American Development Bank: Washington, 2001.

WEINSTEIN, B. *As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais*. Cadernos Pagu, 1995. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>>. Acesso em: 13 de março de 2017.

APÊNDICE A – ROTEIRO

TEMAS	"PERGUNTAS-CHAVES"	PERGUNTAS
HISTÓRIA	<i>O que aconteceu em sua vida que a fez chegar até aqui?</i>	INÍCIO - Como tudo começou?
		PRIMEIROS DESAFIOS - Como foram seus primeiros anos como empreendedora?
		RAZÕES DE EMPREENDER - Por que optou pelo próprio negócio?
		REFLEXOS EM OUTRAS ESFERAS - Como o empreendedorismo afetou nas suas questões pessoais?
		DESAFIOS PONTUAIS - Quais foram os momentos definitivos que a fortaleceram como empreendedora?
GÊNERO	<i>Já sentiu alguma dificuldade/discriminação por ser mulher empreendedora?</i>	EXPERIÊNCIA PESSOAL - Como é ser empreendedora, onde a maioria dos empreendedores são homens?
		DISCRIMINAÇÃO - Sente alguma desvantagem em relação a homens empreendedores?
		HIERARQUIA - Possui funcionários (subordinados) homens? Qual sua relação de trabalho com eles?
		CONCORRENTES MULHERES - Possui concorrentes que são geridas por mulheres? Qual a sua percepção sobre isso?
		APRENDIZADOS/EXPERIÊNCIAS - O que aprendeu com essas experiências? Cresceu ou sofreu com estas situações?
SUCESSO	<i>O que você acha do sucesso?</i>	IMPORTÂNCIA - Qual a importância do sucesso na sua vida profissional?
		AUTORREALIZAÇÃO - Você se considera uma empreendedora de sucesso atualmente? Por quê?
		FATORES - Quais são os fatores que levam uma mulher a ser uma empreendedora de sucesso?
LIBERDA-DE	<i>Empreender é um ato de liberdade?</i>	FERRAMENTA DE LIBERDADE - Vê o empreendedorismo como uma "libertação"?
		PÓS-MULHER - Ser empreendedora te permite ser você mesma?
		LIBERDADE REAL - Você já se privou de fazer alguma coisa por ser empreendedora?
		ROMPER PADRÕES - Rompeu algum padrão de comportamento "feminino" enquanto empreendedora?
		Ser empreendedora lhe permitiu chegar mais longe do que se fosse funcionária/contratada?

Fonte: Tópicos elaborados pela autora